

UNIVERSIDADE LUSÓFONA DE HUMANIDADES E TECNOLOGIAS

“CULTURA DE DESENVOLVIMENTO”

**DE QUE FORMA UM MUSEU MUNICIPAL PODE
CONTRIBUIR PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL**

O CASO DO MUSEU MUNICIPAL DE RESENDE

Inês Cândida dos Santos Correia

LISBOA

2006

UNIVERSIDADE LUSÓFONA DE HUMANIDADES E TECNOLOGIAS

**DEPARTAMENTO DE ARQUITECTURA, URBANISMO, GEOGRAFIA
E ARTES PLÁSTICAS**

“CULTURA DE DESENVOLVIMENTO”

**DE QUE FORMA UM MUSEU MUNICIPAL PODE
CONTRIBUIR PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL**

O CASO DO MUSEU MUNICIPAL DE RESENDE

Inês Cândida dos Santos Correia

**Dissertação apresentada na UHLT para a obtenção do
Grau de Mestre em Museologia**

Orientador: Professor Doutor Mário Canova Moutinho

2006



**À MEMÓRIA DO
MESTRE JOAQUIM
PELA SUA SIMPLICIDADE
E TESTEMUNHO DE VIDA.**

RESUMO

A presente pesquisa e proposta de intervenção compreende os museus, as suas valências e funções e, as metodologias de acção como catalizadores de desenvolvimento social, cultural e económico de um território.

Em tempo de mudanças rápidas e de transformações radicais pretende-se saber até que ponto os museus podem ajudar a colmatar as necessidades das sociedades actuais, nomeadamente as de âmbito local e rural.

Partindo do pressuposto que os Museus têm como função a constituição e conservação de colecções que possam ser socialmente úteis ao nível identitário, de sociabilidade, de participação cívica, de solidariedade, de inclusão multicultural, de informação e de aquisição/transmissão de conhecimentos, importa reflectir, problematizar e propor formas, acções ou eventos que, possibilitem a estas instituições infringir e participar no desenvolvimento local. Isto porque os museus, no século XXI, são um campo apetecível para muitas áreas das novas economias e de novos modelos de vida social e cultural.

RESUM

This research and proposal of intervention comprehends museums, their valencies and functions and methods of action as promoters of social, cultural and economical development of a territory.

In a time of rapid changes and radical transformations, it is important to know how museums can help to filling in the necessities of the actual societies, mainly local and rural ones.

Supposing that Museums have the function of constituting and conservating collections that can be socially useful to identity and knowledge acquisitio/transmission. It is important to reflect, to question and to propose ways, actions and events that make possible to these institutions to infer and to participate in local development. It can not be forgotten that, in the XXI st century, museums are a desirable field to many areas of new economics and new models of cultural and social life.

INDICE:

INTRODUÇÃO 8

CAPÍTULO I – FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

1 – A MUSEOLOGIA

1.1 – CONSIDERAÇÕES INICIAIS E A FORMAÇÃO DOS MUSEUS 13
1.2 – A MUSEOLOGIA CONTEMPORÂNEA 20
1.3 - A MUSEOGRAFIA, COMUNICAÇÃO E PÚBLICO DE MUSEUS 27
1.4 – MUSEOLOGIA, CIÊNCIAS E AMBIENTE 32

2 – CULTURA DE DESENVOLVIMENTO

2.1– DEFINIÇÃO DE CULTURA E OUTRAS CONSIDERAÇÕES 40
2.2 - IDENTIDADE, MEMÓRIA E PATRIMÓNIO 44
2.3 – MUSEUS LOCAIS E ECOMUSEUS..... 50
2.4 – HISTÓRIA LOCAL E EDUCAÇÃO 55
 2.4.1 – O PATRIMÓNIO HISTÓRICO E CULTURA LOCAL 55
 2.4.2 – EDUCAÇÃO E CULTURA 57
2.5 – O TURISMO CULTURAL 65

3 – A ANIMAÇÃO SÓCIO-CULTURAL COMO MÉTODO

3.1 - CONTEXTUALIZAÇÃO, CONCEITOS E MODALIDADES 71
 3.1.1 – CONTEXTUALIZAÇÃO 71
 3.1.2 – CONCEITOS 73
 3.1.3 – MODALIDADES 77
3.2 – O PAPEL DO ANIMADOR 79
3.3 – A EDUCAÇÃO PERMANENTE 82
3.4 – OS SERVIÇOS EDUCATIVOS 87

4 – O DESENVOLVIMENTO LOCAL.....	92
4.1 – CONCEITOS E COMPONENTES	92
4.2 – OS PROTAGONISTAS DO DESENVOLVIMENTO	97
4.3 - O PLANO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL	101
4.4 – A FUNÇÃO DOS MUSEUS	106
4.5 – O TURISMO COMO ELEMENTO DINAMIZADOR	111

CAPÍTULO II – APLICAÇÃO PRÁTICA

1 – CARACTERIZAÇÃO GERAL DO CONCELHO	115
A) MORFOLOGIA	116
B) REDE HIDROGRÁFICA	116
C) DEMOGRAFIA, ENSINO E ECONOMIA	117
D) PATRIMÓNIO E HISTÓRIA LOCAL	119
E) EQUIPAMENTOS E PARCEIROS	123
F) RECURSOS HOTELEIROS E RESTAURAÇÃO	127
G) POLOS DE ATRACÇÃO	128
2 – O MUSEU MUNICIPAL DE RESENDE	131
2.1 - A VOCAÇÃO DO MUSEU	131
2.2 - AS COLECÇÕES	133
2.3 - O ORGANOGRAMA DO MUSEU	135
2.3.1 - O EDIFÍCIO E SUAS INFRA-ESTRUTURAS	135
2.3.2 - O QUADRO DE PESSOAL DO MUSEU	138

3 - PROPOSTA DE INTERVENÇÃO	140
3.1 – INTRODUÇÃO	140
3.2 - ANÁLISE SWOT	143
3.3 - PLANO ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO	145
3.3.1 - OBJECTIVOS GERAIS	147
3.3.2 – OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS	148
3.3.3 - PROPOSTAS DE ACÇÃO	151
3.3.3.1 - PROGRAMAÇÃO/ANIMAÇÃO PARA O MUSEU	151
3.3.3.2 - PROMOÇÃO E ANIMAÇÃO TURÍSTICA	155
3.3.3.3 - OUTRAS PROPOSTAS	163
CONCLUSÃO	172
BIBLIOGRAFIA	175

ANEXOS

- ANEXO II – Dados Estatísticos, relativos ao Concelho
- ANEXO III – Descrição do Património e História Local
- ANEXO IV – Descrição dos Parceiros
- ANEXO V – Prospecto do Museu

INTRODUÇÃO:

Nascida e criada na Freguesia de Anreade, do Concelho de Resende, Distrito de Viseu, por educação e feitio, sempre dei valor as coisas da terra, aos ensinamentos dos velhos, à paisagem natural e construída, às histórias de outros tempos. No entanto, por obrigação e sentido prático, nunca fiquei presa a definições, regras ou ao passado.

Como toda a gente, também eu tenho um herói. Chama-se Mestre Joaquim, por respeito e, Joaquim Alvelos, por baptismo. A sua vida foi passada na encosta da serra das Meadas e Montemuro que, tendo como companhia a sua burra, calcorreou acima e abaixo, à procura do barro e dos torrões, para cozer as peças que sentado na ladeira da porta de sua casa, na sua roda, fazia. Ganhou um prémio Nacional de Artesanato, com o seu Santo António. Mas, não é apenas pela sua obra que admiro o Mestre Joaquim. Mestre Oleiro de barro preto. A grandiosidade do Mestre está sobretudo na forma como viveu a sua vida e a sua arte, no gosto e na dedicação com que brindou o seu trabalho; na forma simples como viveu, na simplicidade e humildade que sempre demonstrou. Nas histórias que contava e que encantavam miúdos e graúdos. As rugas que lhe marcavam a cara e as mãos nunca lhe marcaram o coração e, os seus olhos continuavam a brilhar, qual criança à beira mar.

Por paixão e sentido cívico, sempre tive necessidade de participar na manutenção e reforço da identidade da minha região. Muitas foram as formas que encontrei. Não sei qual delas a melhor ou se alguma delas deu frutos, segui sempre o meu coração e o bom senso.

Chegado o tempo de obter formação académica, o caminho seguido foi a Animação Sócio-Cultural. Penso que a escolha se deveu à missão que julgava ter. A Museologia não se trata de um complemento, mas sim de um aperfeiçoamento ou um novo caminho para atingir os fins propostos.

Nas três décadas por mim já vividas tentei sempre aprender alguma coisa, por mim mesma, com os professores e os livros, mas fundamentalmente com os outros. Sou aquilo que se pode chamar de “uma filha da terra”. E, quem me tira Resende tira-me tudo. A minha paixão pela terra, por mais contraditório que possa parecer, não me leva a fechar a sete chaves as portas da mesma. Gostava, no entanto, que a paisagem, as gentes, os cheiros e os gostos se preservassem. O amor que sinto pela terra leva-me a querer partilhá-la com todos aqueles que também sentem carinho e gosto pela terra, pela história de um povo, pelas tradições, pelo sossego e pela paz de uma noite estrelada.

Sentir o cheiro da terra depois de uma tarde de chuva, num dia de verão. Poder ver um pôr de sol do cimo do Monte, ouvir uma cantiga num dia de vindima, ouvir a água correr

pelas pedras do ribeiro e, que faz o moinho moer a farinha que fará o pão da merenda da vessada, escutar uma história de lobisomens à lareira num serão de Inverno, pisar a terra que esconde a história dos nossos antepassados, passear nos jardins que presenciaram casos de amor e de vinganças, momentos históricos e de sobrevivência, apreciar técnicas ancestrais de construção de edifícios monumentais e simples objectos, recordar formas de vida, usos e costumes, pela voz cansada e saudosista dos idosos que construíram a sociedade em que vivemos. Estas são sensações que gostava de preservar e partilhar.

No entanto, não pretendo que os meus conceterrâneos fiquem parados no tempo, vivendo as mesmas dificuldades dos tempos da velha senhora. Pelo contrário, gostava que todos tivessem as melhores condições de vida e bem-estar, que pudessem realizar todos os seus sonhos e desejos, ou seja, que se realizassem pessoal e profissionalmente. Muitos daqueles com quem partilhei a mesa da escola já partiram, na busca de emprego e melhores condições de vida. Gostava que um dia voltassem, vivessem e trabalhassem na terra que nos viu nascer e foi palco das nossas brincadeiras, aprendizagem e formação daquilo que hoje somos.

Actualmente, já não é suficiente ter pão para comer, roupa para vestir, uma casa para morar e um carro para passear. A maioria das pessoas tornou-se mais exigente e com mais sede e fome de educação e cultura. E, também a sociedade exige, para existir e evoluir, que cada indivíduo desenvolva as suas competências. Quanto à restante percentagem das pessoas, que ainda não acordaram para a necessidade de absorver cultura, importa criar meios, instrumentos e equipamentos, capazes de incutir essa mesma necessidade, não só para o seu desenvolvimento pessoal mas, a médio e longo prazo, para criar desenvolvimento local.

Assim,

Considerando que um dos postulados mais básicos do desenvolvimento comunitário reside na participação das comunidades no seu próprio desenvolvimento, propiciando a vitalidade do associativismo e a vigência de um política social que favoreça o estabelecimento e a consolidação dessa participação;

Considerando que a Animação Sócio-Cultural assume um papel estruturante na criação de uma “cultura de desenvolvimento”, porque é um elemento fundamental nos processos de mudança social ao promover dinâmicas locais de desenvolvimento integrado; que a sua acção suscita e orienta iniciativas, promove a optimização de recursos, favorece a participação dos indivíduos, organiza a vida dos grupos, favorece a autonomia dos indivíduos e dos colectivos, cria condições favoráveis à comunicação entre indivíduos, grupos e instituições;

Considerando que nas etapas fundamentais do projecto de desenvolvimento local, a dimensão da animação está sempre presente, quer na fase de definição da estratégia, em que o animador assegura a informação à comunidade local no sentido de promover a sua participação na elaboração da estratégia, quer na fase de planeamento das actividades, em que ao animador compete promover a animação das comunidades locais com vista à promoção de projectos de desenvolvimento; quer na fase de avaliação e regulação, em que se espera que o animador organize e estimule a participação dos principais representantes da comunidade no processo de avaliação e, consequentemente na própria dinâmica de desenvolvimento;

Considerando que o trabalho de animação cultural e social é muito importante quando se pretende lançar e apoiar um processo de desenvolvimento rural, que eleve a auto-estima colectiva, que teste a capacidade local para traduzir ideias em projectos, para trabalhar como uma equipa, para relacionar objectivos com os meios; que a Animação Sócio-Cultural tem um papel importante e uma especificidade, se esta for entendida como um conjunto de processos que permitam potenciar, em termos educativos, as situações sociais quotidianamente vividas;

Considerando que o estudo do património constitui uma importante experiência educativa, facilitadora da integração das crianças e dos jovens na comunidade, quer local, quer nacional ou internacional e, que se torna pertinente, oferecer às escolas e às entidades responsáveis no âmbito do património uma oportunidade de desenvolver ou reforçar a cooperação neste domínio; que existe um deficit generalizado relativamente às práticas da população escolar na exploração e no estudo do património, que contém um importante vertente de educação para a cidadania;

Partindo do pressuposto que a actividade turística se tornou um dos principais caminhos para o desenvolvimento e que existem um sem número de casos onde esta proporcionou criar novas imagens territoriais, promoveu novas dinâmicas económicas e melhorou a qualidade de vida das populações locais. Mas que, porque o território é um recurso finito, a actividade turística deve pautar-se pela procura de uma sustentabilidade, pelo respeito pelas populações locais e pelas identidades culturais que constituem o património colectivo;

Considerando que o Museu é *“uma instituição permanente, sem fins lucrativos, ao serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, aberta ao público e que realiza investigações que dizem respeito aos testemunhos materiais do homem e do seu meio ambiente, adquire os mesmos, conserva-os, transmite-os e expõe-os, especialmente com intenções de estudo, de educação e deleite”*.

Tendo em conta que a evolução histórica do conceito de Museu e da sua própria formação, fruto das mudanças profundas que ao longo dos tempos a sociedade “sofreu”, também foi admitindo mudanças na forma de actuação o que levou a que houvesse novas propostas museológicas e novos perfis dos animadores. Ou seja, que os museus estão em movimento, pressionados pelas transformações políticas, sociais, económicas e tecnológicas. E que, fruto do alargamento da noção de património, da redefinição de “objecto museológico”, da ideia de participação da comunidade na definição e gestão das práticas museológicas, da museologia como factor de desenvolvimento, das questões de interdisciplinaridade, da utilização das novas tecnologias de informação e a museografia como meio autónomo de comunicação, os museus estão também em constante mutação;

Considerando que a civilização contemporânea, em permanente mutação, transformou as metas da produção em favor da utilização e o museu passou da “era da aquisição” à da “utilização”, em que o principal objectivo é a exploração dos materiais, documentos e objectos. Consequente é também a importância e valorização do indivíduo enquanto produtor, autor e actor integrante da obra. Que esta metamorfose, a presença do indivíduo sobre o objecto, pode ser a primeira etapa de uma mudança mais profunda que marcará o museu do futuro: chegar a um ponto de consciência tal que o património do museu seja a própria acção da colectividade. E, que a visita ao museu não será mais um “frio monólogo” mas uma aproximação gradual a um diálogo aberto entre a obra/conteúdo e o espectador, mediatizados pelo papel intermediário do museu e da sua equipa.

E, partindo do pressuposto que somos aquilo que vivemos, por “culpa” da formação académica e do local de residência e vivência, os temas Cultura, Património, História Local, Educação, Animação, Turismo e Desenvolvimento, são a base fulcral deste trabalho, não só por serem temáticas consideradas fundamentais para as funções dos museus, mas, fundamentalmente, por haver sobre elas uma profunda convicção de serem solução para muitos dos problemas de muitas comunidades de todo o País, associado à temática do Ambiente, não só por este ser o suporte físico da vida, mas também pelo facto de o surgimento da questão ter provocado uma reestruturação da forma como o desenvolvimento humano e da sociedade esta a influenciar a relação homem/natureza.

A proposta que apresento vai no sentido de aproveitar a absoluta interdependência e complementaridade do triângulo de ouro da Animação Sócio-Cultural (escola, comunidade e instituições) e os pólos do triângulo da Museologia (Museu, Sociedade e Território), através da cultura, da educação, do turismo e da animação, contribuir para a promoção do

desenvolvimento local do Concelho de Resende, tendo como ponto de partida o património museológico e a identidade do povo, como elementos fundamentais.

Isto, porque se considera que no mundo rural a expressão cultural representa uma enorme fonte de riqueza, pois é o reflexo da sua própria identidade. O que para além de constituir um potencial recurso para o desenvolvimento é também um reforço do orgulho local e de sentimento de propriedade.

CAPÍTULO I – FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

1 – A MUSEOLOGIA

1.1 - CONSIDERAÇÕES INICIAIS E A FORMAÇÃO DOS MUSEUS

Do ponto de vista etimológico, a palavra *muscu* provém do grego “*museion*”, que se aplicou na Alexandria à Instituição fundada por Ptolomeo. Esta compreendia um museu científico, com parque botânico e zoológico, salas de anatomia e instalações para observações astronómicas. Por outro lado, no mundo romano o termo *muscu* designava uma vila particular onde tinham lugar as reuniões filosóficas.

O conteúdo semântico e a acepção moderna da palavra aparece no baixo Renascimento, quando o humanista Paolo Giovio (1483-1552), ao descrever as suas colecções emprega o termo “*muscu*” e inclusive o coloca como inscrição no edifício onde guardava as colecções.

De acordo com Francisca Hernández Hernández¹, nos finais do século XVI, construiu-se o primeiro edifício destinado a expor uma das colecções privadas mais importantes do momento. E, assim, a associação da colecção com o edifício, determinou a concepção moderna de Museu. Durante os séculos XVII e XVIII a existência de galeria é um ponto comum em todos os palácios, onde se expunham, fundamentalmente pinturas e retratos do século anterior. Por outro lado, em 1727 aparece o termo “*Muscografia*” – título de uma obra cujo autor, Neickel, escreve em latim para assegurar a sua difusão por toda a Europa. Trata-se de um tratado teórico em que se descreve uma série de orientações sobre classificação, ordenações e conservação de colecções e, onde se encontram referências concretas à forma da distribuição dos objectos artísticos e dos espécimes da história natural.

No entanto, já desde o século XVI, se verificava a restauração de peças, sobretudo tendo em conta que a mudança das obras e as diferenças climáticas afectavam a integridade das mesmas.

Assim, como afirma Hernández², a origem dos *muscu*s é sobretudo: coleccionismo e ilustração.

¹ HERNÁNDEZ, F. H. (2001). *Manual de Museologia*. Madrid: Editorial Síntesis, S.A.

² *idem*

Relativamente ao coleccionismo, segundo a autora, muitos são os autores que situam a sua origem no momento do saque da Babilónia, pelos Elamitas, no Antigo Oriente e, foi um fenómeno generalizado a toda a Europa que se estendeu também ao Continente Americano. Quanto à Ilustração – processo que culminará com a Revolução Francesa, aquando da criação, com carácter público, do Museu do Louvre (1793), que viria a servir de modelo a grandes museus nacionais europeus.

Podemos assim considerar que o passo mais decisivo foi a conversão das colecções privadas em património colectivo (dependente de um acto jurídico institucional) e a abertura ao público. E, assim, o conceito de Museu aplica-se às instituições oficiais de interesse público.

A partir da segunda metade do século XIX, os críticos de arte põem em dúvida o valor destas instituições, considerando-as como “asilos ou hospitais de inválidos, prisão de artes ou cemitério de beleza”³. Isto porque estes museus tinham como objectivos o incremento das suas colecções e a sua guarda para serem contempladas pelo público. E, de acordo com uma nova visão, este tipo de instituições passam a ser antiquadas, quer pela grande concentração de obras, quer pela ausência de meios didácticos na exposição. Sendo, no entanto, lugares quase sagrados por constituírem um símbolo da identidade cultural de um povo.

Se pretendermos encontrar as raízes do processo de formação do Museu, concluímos que é a sua colecção ou colecções que lhe confere a sua singularidade e a sua razão ontológica.

No entanto, como afirma Luís Alonso Fernández⁴

“La historia y la evolución del museo están íntimamente ligadas a la propia historia humana. Especialmente, a la necesidad que el hombre de todos los más diversos objetos y de preservarlos para el futuro”.

Assim, podemos entender por colecção aquele conjunto de objectos que se mantêm temporal ou permanente fora da actividade económica, que se encontra sujeito a uma protecção especial, com a finalidade de ser exposto à contemplação dos homens.

Mas, como afirma Guillaume⁵ “colecção supõe uma relação dialéctica entre o elemento e a série. É uma simulação da relação entre o Estado e o sujeito moderno. Por

³ ibidem

⁴ FERNANDEZ, L. A. (1999). *Museologia y Museografía*. Barcelona: Ediciones del Serbal.

⁵ GUILLAUME, M. (2003). *A Política do Património*. Porto: Campos das Letras.

outro lado, a colecção é o equivalente do eu narcísico do seu autor (este ignora sempre o que “ganhou”, visando continuamente aumentar a colecção). “

Ou seja, o coleccionismo, que se tem vindo a desenvolver ao longo de todas as etapas históricas, foi a origem dos museus. Todas as culturas e instituições fomentaram esta prática, reflectindo as suas diversas motivações: de ordem política, religiosa ou de prestígio social. E, também ao nível privado e particular se verificou este fenómeno.

As transformações políticas e sociais iniciadas com a Revolução Francesa (aliadas às mudanças económicas operadas pela Revolução Industrial) alteraram as condições de vida dos homens e das instituições.

Com a Revolução Francesa, como afirma Fernandez:

“(…) una revolución ideológica y social – se consagro en la práctica la teoría de que el arte era creación del pueblo. Su disfrute, por tanto, no podía ser privilegio de una clase social potentada. Ello impulsó más el desarrollo del museo a la pública. El gobierno republicano decidió en 1793 la instalación definitiva de las colecciones en el Louvre y, mediante decreto, abrió el museo al público el 10 de agosto de 1793, pudiendo ser visitado, en principio, tres días de la “década”⁶

O que nos leva a afirmar que a data de 1793 é a chave da história dos museus, uma vez que vai influenciar o nascimento dos museus nacionais da Europa. E, sobretudo, que a criação do Museu do Louvre é a afirmação de um novo conceito de propriedade e o respeito pelo património cultural de um país, uma vez que reconverte as colecções privadas em património colectivo e introduz um novo elemento: o público.

Como diz Hernández,

“Puede decirse que el Museo del Louvre es el resultado histórico de una Nación que culmina con la Revolución Francesa. Las causas de su creación se deben al coleccionismo Monárquico, a la labor científica de los hombres de la Ilustración y a la acción desamortizadora de la Revolución. Por otra parte, la novedad que suponen la creación de este museo es la de expresar un nuevo concepto de propiedad respecto al patrimonio cultural de un país, considerando al pueblo como el usufructuario de dicho patrimonio.”⁷

⁶ FERNÁNDEZ, L. A. (1999). *Museología y Museografía*. Barcelona: Ediciones del Serbal.

⁷ HERNÁNDEZ, F. H. (2001). *Manual de Museología*. Madrid: Editorial Síntesis, S.A.

A partir do século XVIII e XIX, que se caracterizavam pelos famosos museus enciclopédicos, assistimos a uma rápida e intensa multiplicação de museus assim como, ao alargamento do seu papel. Ou seja, o Museu passa a ter como função a defesa e divulgação do património nacional, o de participar na educação do indivíduo e o de incentivar o seu senso estético. No entanto, isto não impediu que surgissem críticas sociais à instituição, tanto que no início do século XX sente-se um profundo criticismo. Como se pode confirmar no Manifesto Futurista⁸ “*Queremos destruir os museus, as bibliotecas, as academias de todo o tipo e combater o moralismo, o feminismo e todas as vilezas oportunistas ou utilitárias.*”. Isto porque, os futuristas consideravam os museus

“cemitérios idênticos pela sinistra promiscuidade de tantos corpos que não se conhecem, dormitórios públicos onde se repousa para sempre junto a seres odiados ou ignotos, absurdas misturas de pintores e escultores que se vão trucidando ferozmente a golpes de cores e de linhas contidas ao longo de paredes.”⁹

Podemos assim afirmar que até meados do século XX o Museu pensa e age em função da investigação e da necessidade de conservação do objecto.

“Este origen tan esquemático se há transformado, desde la antigüedad, en los llamados tesoros: primero, los tesoros eclesiásticos, cuando la Iglesia era el lugar de estudio y de conservación de los conocimientos humanos; después, los tesoros reales, en las cortes, consideradas éstas como los centros de las relaciones internacionales; por último, los tesoros llamados “gabinetes de curiosidades” de la gran burguesía y de los aristócratas “cultos”, que en última instancia poseían el privilegio de transmitir los conocimientos y la cultura. De este modo se llegó en el siglo XVIII a la creación de los museos institucionales, abiertos a un cierto tipo de público. En los siglos XIX y XX los museos se abren definitivamente a todos los públicos.”¹⁰

⁸ MARINETTI, F. T. (1909) Manifesto Futurista (documento fornecido no seminário do Mestrado de Museologia, de 19 de Dezembro de 2003)

⁹ idem

¹⁰ VARINE-BOHAN, H., apud, FERNÁNDEZ, L. A. (1999). Museología y Museografía. Barcelona: Ediciones del Serbal.

Segundo Hernández¹¹ as primeiras definições oficiais de museu surgiram no século XX, pelo cunho do Comité Internacional de Museus. Assim, nos seus estatutos de 1947, no artigo 3.º, os mesmos afirmam que *“reconhece a qualidade de museu a toda a instituição permanente que conserva e apresenta colecções de objectos de carácter cultural, científico, com fins de estudo, educação e deleite.”*

Em 1974 o referido Comité volta a dar uma nova definição e, no número 1 do artigo 2.º, afirma que museu é

“uma instituição permanente, sem fins lucrativos, ao serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, aberta ao público e que realiza investigações que dizem respeito aos testemunhos materiais do homem e do seu meio ambiente, adquire os mesmos, conserva-os, transmite-os e expõe-os, especialmente com intenções de estudo, de educação e deleite”.

Na alínea b) (redacção de 1983) do mesmo artigo admite como correspondendo a esta definição, para além dos “museus” designados como tal:

“-» os sítios e os monumentos naturais, arqueológicos e etnográficos e os sítios e monumentos históricos que possuam a natureza de um museu pelas suas actividades de aquisição, de conservação e de transmissão dos testemunhos materiais dos povos e do seu meio ambiente;

-» as instituições que conservam colecções e que apresentam espécimes vivos de vegetais e de animais tais como os jardins botânicos e zoológicos, aquários, viveiros;

-» os centros científicos e os planetários;

-» os institutos de conservação e galerias de exposição que dependem das bibliotecas e dos centros de arquivo;

-» os parques naturais;

-» as organizações nacionais, regionais ou locais de museu, as administrações públicas de tutela dos museus tal como foram acima definidas;

-» as instituições ou organizações com fins não lucrativos que exercem actividades de investigação, educativas, de formação, de documentação e outras relacionadas com os museus ou a museologia;

-» qualquer outra instituição que o Conselho (...) considere como detentoras de algumas ou da totalidade das características de um museu, ou que possibilite aos museus e

¹¹ HERNÁNDEZ, F. H. (2001). *Manual de Museologia*. Madrid: Editorial Síntesis, S.A..

aos profissionais de museu os meios de fazerem investigações nos domínios da museologia, da educação ou da formação.”

De salientar que os parques estão considerados como uma organização de interesse público com vocação científica e cultural, responsável por um território controlado e delimitado, conservando a unidade representativa do tipo de natureza selvagem ou humanizada, propícios à preservação de faunas e floras selvagens ou domésticas onde esta unidade constitui habitat permanente.

Assim, segundo a autora, podemos afirmar que

*“Del carácter sagrado del museo se está pasando a la concepción del museo-mercado que oferta productos culturales que son consumidos por el grand público y, como todo producto de mercado, debe renovarse constantemente”.*¹²

Mas, para isso, necessita também de se dotar de meios humanos, materiais e financeiros, para levar a cabo a sua missão.

Para Guillaume¹³, o Museu visa dar nova utilidade ao que foi repellido como inútil ou ultrapassado. E, a ideia de musealização estendeu-se a todo o planeta, considerando a terra como museu, em relação com a prática e ideologia do turismo. Para este autor o Museu é um local de culto dos tempos modernos e um aparelho de propaganda retrospectiva.

Poderá, pois, afirmar-se que os Museus caracterizam-se pela dupla responsabilidade de preservar o nosso património e contribuir para a evolução da sociedade através da sua missão educativa. E, que já não são mais templos das musas mas sim locais de encontro e pontos de referência cultural.

E, como afirma Riviére:

*“(…) el público se siente cada día más interesado por la institución museal, como consecuencia de la multiplicación de las exposiciones temporales e itinerantes, de los servicios de animación y de los talleres de creación. Esta política está dando sus frutos y los políticos locales y la población en general están preocupándose cada vez más por la salvaguardia de su patrimonio cultural. Concretamente en Francia, la creación de ecomuseos va a constituir sin duda una fórmula con futuro.”*¹⁴

¹² HERNÁNDEZ, F. H. (2001). Manual de Muscologia. Madrid: Editorial Síntesis, S.A.

¹³ GUILLAUME, M. (2003). A Política do Património. Porto: Campos das Letras.

¹⁴ RIVIÈRE, G.H. (1993). La Muscologia. Madrid: Akal/Arte y Estética.

Cristina Bruno¹⁵ considera que a Museologia responde a dois problemas básicos, nomeadamente: identificar e analisar o comportamento individual e/ou colectivo do Homem frente ao seu património; desenvolver processos técnicos e científicos para que a partir dessa relação o património seja transformado em herança e contribua para a construção das identidades.

Assim, às funções tradicionais de conservar, expor e investigar as colecções anexaram-se outras, mas dirigidas ao público, como sejam a comunicação e a difusão, o carácter educativo e o sentido lúdico. Em consequência, o Museu deixou de ser estático e imóvel para ser algo dinâmico e criativo, não se podendo prever no que se vai transformar.

¹⁵ BRUNO, M. C. (2002). Entre a Museologia e a Museografia: propostas, problemas e tensões - Texto apresentado no Seminário Internacional História Representada: o dilema dos museus realizado no Rio de Janeiro – 7 a 11 de Outubro e, cedido no âmbito do Seminário do Mestrado de Museologia

1.2 – A MUSEOLOGIA CONTEMPORÂNEA

Fruto de uma série de trocas que levaram o museu a uma crise de identidade, durante os finais do século XIX e século XX, cujas consequências foram evidentes, na segunda metade do século XX, surge uma Nova Museologia, que vai transformando o seu interesse sobre o objecto, para a comunidade, dando lugar à aparição de um novo conceito de museu, como instrumento ao serviço da sociedade.

Assim, na sequência dessas trocas e no sentido de reorganizar a museologia é criado, pela UNESCO, o ICOM – Conselho Internacional de Museus, que leva a cabo uma série de iniciativas com esse intuito.

Como refere Fernández ¹⁶

“La nueva museología há sido propiciada e impulsada realmente por una evolución de apertura en la mentalidad de los museólogos. Ésta se corresponde con la constable en la demanda sociocultural del público o de comunidades concretas, que ha tenido un continuo crecimiento desde el fin de la Segunda Guerra Mundial. Entre estas causas o circunstancias, es necesario citar la apertura proveniente de una mayor investigación científica y sus consiguientes aplicaciones tecnológicas sobre los objetos de la cultura material, sobre la conservación del patrimonio en suma.”

Entre 1971 e 1974, Hugues de Varine-Bohan e Georges Henri- Rivière, levam a cabo um projecto com a participação dos próprios habitantes, cuja criação ficou a dever-se a uma reflexão que pretendia associar a ecologia e a etnologia regional para conservar um novo tipo de museu mais participativo e de autogestão. O resultado configura-se num museu de tempo e de espaço uma representação “*in situ*” realizada pela própria comunidade – o *ecomuseu*. E, para alguns especialistas¹⁷ este foi um enorme impulso nas novas tendências nos museus e na museologia.

Na sequência da mesa redonda organizada pela UNESCO, em Santiago do Chile, sobre a função do Museu, surge o conceito de museu integral. Um museu com o objectivo de proporcionar à comunidade uma visão de conjunto do seu contexto e da sua cultura, um instrumento de mudança social, de educação, de desenvolvimento e acção.

¹⁶ FERNÁNDEZ, L. A. (1999) *Introducción a la nueva museología*. Madrid: Alianza Editorial.

¹⁷ Entre outros, vejam-se Fernández, L. A. (1999) *Introducción a la nueva museología*. Madrid: Alianza Editorial.

Considerando que,

“o museu é uma instituição a serviço da sociedade, da qual é parte integrante e que possui nele mesmo os elementos que lhe permitem participar na formação da consciência das comunidades que ele serve; que ele pode contribuir para o engajamento destas comunidades na acção, situando as suas actividades num quadro histórico que permita esclarecer os problemas actuais, isto é, ligando o passado ao presente, engajando-se nas mudanças de estrutura em curso e provocando outras mudanças no interior das suas respectivas realidades nacionais” – Mesa Redonda de Santiago do Chile¹⁸

Podemos afirmar que

“o museu passa a ser um instrumento de intervenção capaz de mobilizar vontades e esforços para a resolução de problemas comuns, no seio das comunidades humanas onde se encontra. (...) Tudo funciona e se justifica num quadro de profundas relações e trocas sociais, em áreas tão aparentemente diversas que vão da animação cultural ao desenvolvimento económico, passando pelas funções tradicionais que aos museus é suposto cometer.”¹⁹

A Mesa Redonda de Santiago do Chile, adoptou como resoluções, entre outras,

“que os museus intensificassem os seus esforços na recuperação do património cultural; que sirvam para a consciencialização dos problemas do meio rural e do meio urbano; que levem à consciencialização da necessidade de um maior desenvolvimento científico e técnico; que desempenhe um papel na educação permanente da comunidade.”²⁰

Desde então surgiu a noção de museu como instrumento de desenvolvimento e a noção de função social do museu e, assim, *“o museu está pronto para desempenhar o seu papel libertador das forças criativas da sociedade para a qual o património não é mais somente um objecto de deleite, mas antes de tudo uma fonte de maior desenvolvimento.”²¹*

¹⁸ PRIMO, J. (1999) *Pensar contemporaneamente a Museologia*. Cadernos de Sociomuseologia n.º 16. Lisboa: UHLT.

¹⁹ RIBEIRO, A. (1993) *Sobre o Conceito de Museologia Social* – Cadernos de Sociomuseologia. Lisboa: ULHT.

²⁰ PRIMO, J. (1999) *Museologia e Património: Documentos Fundamentais*. Cadernos de Sociomuseologia. Lisboa: UHLT.

²¹ Rede Portuguesa de Museus (s/d). *Papel Social dos Museus e Intervenção Comunitária*. Lisboa: Ministério da Cultura e Instituto Português de Museus

Com a declaração do Québec, em 1984, proclamam-se os princípios básicos da nova museologia, que reafirmam a projecção social do museu sobre as funções tradicionais do mesmo, apoiando-se na interdisciplinaridade, nos novos meios de comunicação e na problemática do ponto de vista científico, cultural, social e económico.

Desta forma, o Museu passa a ser visto como um ser social adaptado às necessidades de uma sociedade em constante e rápida mutação, procurando-se, por isso, desenvolver um museu vivo, participativo, que se defina pelo contacto directo entre o público e os objectos mantidos no seu contexto.

Ou seja, como afirma Moutinho²² *“Por oposição a uma museologia de colecções tomava forma uma museologia de preocupações de carácter social”*, tendo em vista a utilização de testemunhos materiais e imateriais no intuito de dar conta, explicar e desenvolver experimentação antes de serem transformados em objectos passíveis de constituir colecções; a investigação e a interpretação assumirem toda a importância se estivessem voltadas para as questões de ordem social. E, assim, *“o objectivo da museologia passa a ser o desenvolvimento comunitário, promotor de postos de trabalho, pela revitalização artesanal, agrícola e industrial”*²³

Com a extensão da concepção de património, o museu sai dos seus próprios muros e, passa-se a valorizar o objecto não só como valor artístico, arqueológico, etnográfico e histórico, mas também como documento, reflexo de uma cultura e de uma sociedade.

A partir desta altura, o conceito de património vai além do puramente material, característico das políticas de aquisição dos museus e, por consequência, património passa a ser também, os mitos, a poesia, as canções e as danças. E, verifica-se uma tendência de conceptualização, que leva à situação de substituição de objectos autênticos por representações halográficas e reproduções dos objectos. Um exemplo é as denominadas exposições temáticas, pois transmitem conhecimentos, suscitam a tomada de consciência e ensinam através de diversões, sendo estas já realizadas sobre a influência das técnicas de publicidade e da apresentação comercial.

No sentido de vincar e exemplificar as diferenças introduzidas pela Nova Museologia, Hernández²⁴ cita Umberto Eco (1989), que contrapondo o museu tradicional-ontológico e expositivo, propõe as seguintes alternativas:

²² Idem

²³ ibidem

²⁴ ECO, H. (1989), apud, HERNÁNDEZ, F. H. (2001). *Manual de Museologia*. Madrid: Editorial Síntesis, S.A

- 1- *“O Museu Didáctico, que centra o interesse da exposição numa só obra que é acompanhada de toda a documentação existente sobre ela, com o fim de facilitar a sua compreensão ao visitante;*
- 2- *O Museu Móvel, através do qual se tenta dinamizar a apresentação tradicional, mediante a sua renovação com exposições temáticas (...);*
- 3- *O Museu Experimental de Ficção Científica, onde se exibem as técnicas expositivas: o espaço, a luz e a cor, criando-se diversos ambientes (...). Também se inclui neste tipo de museus as exposições universais;*
- 4- *O Museu Lúdico e Interactivo, onde o público participa activamente e se lhe oferece a oportunidade de manipular diversas máquinas e aparatos técnicos e científicos.”*

Isto é, como afirma Moutinho *“o público deixa de ter um lugar fundamental e passa a ser um colaborador, um utilizador, um criador”*²⁵. Para este autor o exemplo mais marcante é os Ecomuseus que colocam entre outros

*“o problema da territorialidade, da interdisciplinaridade e da própria participação das populações como agentes e utilizadores das programações ecomuseológicas com vista ao desenvolvimento social do meio que lhes dá vida”*²⁶

Assim, a Museologia não pode ser considerada como uma ciência normativa que impõe critérios, mas que deve ser adaptada ao museu e à comunidade, mediante a sua situação política, económica, social e cultural. Ou seja, a nova museologia – ecomuseologia, museologia comunitária e outras *“para além de preservar os objectos das civilizações passadas, interessa-se em primeiro lugar pelo desenvolvimento das populações”*, colocando-se, como defende o autor, ao serviço dos princípios humanitários defendidos pela comunidade.

E, assim, passam também a ser objectivos comuns do Museu:

“favorecer a tomada de consciência, contribuir para o despertar da dimensão política, cultural e social com vista à reapropriação do território, do património para um autodesenvolvimento individual e colectivo;

²⁵ MOUTINHO, M. (s/d) Papel Social dos Museus e Intervenção Comunitária. Rede Portuguesa de Museus Lisboa: Ministério da Cultura e Instituto Português de Museus

²⁶ idcm

** estimular a criatividade em função de uma qualidade de vida, da felicidade e do prazer;*

** favorecer as trocas culturais reconhecendo o saber das populações.*²⁷

Ainda em 1984 a Declaração de Oaxtepec propõe que

*“a museologia (Nova ou Tradicional) leve o homem a confrontar-se com a realidade por meio de elementos tridimensionais, representativos e simbólicos, recorrendo ao diálogo e participação comunitária, evitando o monólogo do técnico especialista.”*²⁸

Esta Declaração defende também a preservação *in situ*, pois considera que retirar o património do seu contexto, pode alterar a ideia inicial, pelo que atribui ao espaço territorial a denominação de área museográfica, ampliando assim a ideia de património cultural e reafirmando a museologia como vector de desenvolvimento comunitário.

Como afirma Hernández²⁹

“Lo importante es que cada vez más se privilegia la conservación in situ por coherencia científica y honestidad profesional no sólo de grandes destinos monumentales como impone la lógica, sino también de pequeños yacimientos y restos. No separemos, pues, los testimonios de su entorno, del paisaje que los explica, de lugar al que pertenecen.”

Em 1992, a Declaração de Caracas considera que a função museológica é, fundamentalmente

*“um processo de comunicação que explica e orienta as actividades específicas do museu, tais como a colecção, conservação e exibição do património cultural e natural. Isto significa que os museus não são somente fontes de informação ou instrumentos de educação, mas espaços e meios de comunicação que servem ao estabelecimento da interacção da comunidade com o processo e com os produtos culturais”.*³⁰

²⁷ Cadernos de MINOM, nº 1. Lisboa

²⁸ PRIMO, J. (1999). *Pensar Contemporaneamente a Museologia*, Cadernos de Sociomuseologia nº 16. Lisboa: UHLT

²⁹ Hernández, J. B. e Tresserras, J. J. ((2001). *Gestión del patrimonio cultural*. Barcelona: Ariel Patrimonio.

³⁰ idem

A mesma Declaração redefine o conceito de Museu Integral para o conceito de Museu Integrado na Comunidade, recomendando, por isso, a reformulação das políticas de formação de colecções, de conservação, de investigação, de educação e de comunicação, no intuito de estabelecer uma forte relação com a comunidade, para que as acções museológicas propostas reflectam os interesses da comunidade. Neste sentido, como refere Horta³¹ “*que seja um meio de comunicação entre os elementos do triângulo - território-património-sociedade*”.

Para Moutinho³²

“A revolução museológica do nosso tempo – que se manifesta pela aparição de museus comunitários, museus “sans murs”, ecomuseus, museus itinerantes ou museus que exploram as possibilidades aparentemente infinitas da comunicação moderna – tem as suas raízes nesta nova tomada de consciência orgânica e filosófica”, “da sua relação orgânica com o seu próprio contexto social.”

Também Hugues de Varine³³ considera que o museu pode e deve escolher entre três formas principais,

“- o museu-espectáculo, destinado a públicos cativos: turistas, meios cultos, escolares. Esses museus serão cada vez maiores, cada vez mais dispendiosos, cada vez mais visitados. Serão supermercados da cultural oficial;

- o museu-colecção, destinado às pesquisas avançadas, às produções complexas, a públicos mais ou menos especializados, para as quais a colecção é a primeira justificativa. Atrairão cada vez mais públicos “inteligentes”, utilizarão métodos de comunicação sofisticados, abrir-se-ão às comunidades, criarão entre eles redes de cooperação às universidades;

- o museu-comunitário, saído da comunidade e cobrindo o conjunto do seu território, com vocação global ou integral, processo vivo que implica a população e não se preocupa com um público que é ao mesmo tempo o centro e a periferia. Terão uma vida curta ou longa, alguns nem se chamarão museus, mas todos seguirão os princípios da nova museologia.”

³¹ HORTA, M. L. P. (s/d) Papel Social dos Museus e Intervenção Comunitária. Lisboa: Ministério da Cultura e Instituto Português de Museus

³² MOUTINHO, M. (1993) Sobre o Conceito de Museologia Social – Cadernos de Sociomuseologia. Lisboa: ULHT.

³³ HUGUES DE VARINE, (1996). Museus e Acção Cultural- Cadernos de Sociomuseologia. Lisboa: ULHT.

Isto porque, MUSEU É...ou DEVE SER,

Lugar de lazer e de entretenimento público; Um sistema de comunicação com aqueles que o frequentam; Um ambiente pedagógico onde se transmitem e adquirem conhecimentos diversificados de forma orientada e sistemática; Um espaço de investigação científica e de criação cultural; Um repositório de materiais de valor patrimonial elevado, vocacionado para a sua conservação a longo prazo.

1.3 - A MUSEOGRAFIA, COMUNICAÇÃO E PÚBLICO DE MUSEUS

Porque o Museu não existe sem público o Museu nunca poderá estar de costas voltadas para o exterior, pelo contrário deverá sempre olhar para o exterior, para a constituição social e hábitos culturais do seu potencial público. Razão pelo que deve sentir-se cada pessoa como potencial público para o qual importa que haja uma abordagem específica.

Ou seja, como afirma HORTA³⁴:

“Os museus não são só fontes de informação ou instrumentos de educação, mas espaços e meios de comunicação que servem ao estabelecimento da interacção da comunidade com o processo e com os produtos culturais; que transmite mensagens através da linguagem específica das exposições, na articulação de objectos-signos, de significados, ideias e emoções.”

É certo e sabido que os principais visitantes dos museus são os grupos escolares, colégios, centros educativos, famílias, idosos, turistas, ..., o que leva a que seja necessário dar a conhecer os conteúdos da mensagem que se pretende comunicar, de diferentes maneiras. Isto é, a forma de comunicar com o público não tem uma receita fixa, ao invés, mantém-se sempre em aberto, numa procura constante de novas maneiras e estratégias de difundir e promover paixões, de explorar idúcias e a curiosidade de reais e potenciais visitantes.

O comportamento dos visitantes também é influenciado pelo tamanho dos museus, como afirma Hernández³⁵, citando um estudo de Robinson (realizado há mais de 70 anos). Este estudo analisava o comportamento de um número significativo de visitantes em quatro museus de diferentes tamanhos, observando quantos quadros viam, o tempo que ficavam a vê-los, o número de salas visitadas e a duração da visita. Concluiu que o público permanecia mais tempo nos museus pequenos que nos grandes e, em consequência podiam contemplar um número de obras mais elevado, apesar de a duração da visita não ter superado os trinta minutos.

Visto que, “(...) o museu não é só um lugar de transmissão de saber, é um lugar de memória(s). A visita do museu mobiliza conhecimentos, crenças, afectos e produz efeitos tanto cognitivos, com afectivos(...)”³⁶

³⁴ HORTA, M. L. P. - Rede Portuguesa de Museus (s/d). Papel Social dos Museus e Intervenção Comunitária. Lisboa: Ministério da Cultura e Instituto Português de Museus

³⁵ HERNÁNDEZ, F. H. (2001). *Manual de Muscologia*. Madrid: Editorial Síntesis, S.A.

³⁶ Gottsedniener, H. (s/d) *O que se sabe dos visitantes dos museus*, O museu a escola e a Comunidade. Cadernos encontro.

Segundo Davallon³⁷, a tomada de consciência mais nítida dos públicos levou a algumas perturbações e modificações do Museu. Ao nível organizacional os museus renovaram-se e desenvolveram-se, os seus fundos cresceram, as suas reservas ampliaram-se, as suas actividades de difusão intensificaram-se e o seu público aumentou. O que levou ao aumento do volume de actividade e por consequência a uma repartição de tarefas e separação de funções de gestão, de direcção, de comunicação, etc. e, a uma especialização das pessoas.

Ao nível das políticas culturais, pois muitos museus estão sob a tutela administrativa e/ou financeira de instituições públicas e o seu funcionamento e devir estão ligados à emergência e à racionalização das políticas culturais; os critérios de avaliação do funcionamento dos museus passam a ser a acção em directo ao público e à frequência; e as políticas passam a ter por objectivos a democratização e a racionalização da gestão. É uma terceira mudança sociológica e simbólica, em função do alargamento do conceito de património e que por consequência deve ser conservado, o aparecimento de novos tipos de museus (etnologia e história); novas formas de património cuja conservação, gestão e valorização não depende directamente do museu.

Se colocarmos no centro a relação do museu com o público e, concluindo que é a lógica cultural que predomina, podemos dizer que é a própria concepção de público que está a mudar. Neste sentido Davallon³⁸ considera existirem três modelos de público: o público enquanto designativo da coisa pública de que o estado se pensa o garante; o público como apenas e só um horizonte das relações entre os especialistas que são os únicos habilitados a decidir acerca do que está conforme; o público dos espectadores, que manifesta o seu gosto e a sua opinião.

O conceito de museu tem vindo a ser *“modificado e alargado ao longo dos anos e, hoje, mais complexo do que definir a amplitude do seu conceito é o de determinar o que não cabe no seu âmbito”*.³⁹

Para Gil⁴⁰ a constituição de um museu tem por base a existência de uma colecção de objectos, ou de natureza artística, ou de arqueológica, etnográfica, científica, tecnológica, etc. No entanto, um museu não é só uma colecção de objectos. A formação de um museu pressupõe a existência de um programa baseado num conjunto de ideias conducentes a uma mensagem cultural que o museu procura transmitir. Uma vez que os objectos, para além do

³⁷ DAVALLON, J. (s/d) O papel e a missão de um centro de estudos sobre os utilizadores de museus e a interpretação do património cultural, O museu a Escola e a Comunidade, Cadernos Encontro

³⁸ Idem

³⁹ Angélica Lima Cruz e Eduarda Coquet Professoras do Instituto de Estudos da Criança, Universidade do Minho, in O Museu a escola e a comunidade – Cadernos encontro .

⁴⁰ GIL, F. B. (s/d) O objecto como gerador de informação, Iniciação à Museologia. Lisboa: Universidade Aberta.

seu valor intrínseco, transmitem, por si só ou em conjunto, informações ligadas à história, ao ambiente social, à economia, ao progresso tecnológico da época a que respeitam.

Assim, os museus são organismos destinados a conservar objectos, mas também a estudá-los e a apresentá-los no contexto espaço-temporal da sua criação e utilização, transformando-os em elementos de informação, para a compreensão das actividades humanas e a sua evolução. Ou seja, o Museu é um circuito de memória pleno de informações geradas por objectos, que além de evidenciar a sua funcionalidade e evolução possibilita também a compreensão dos contextos históricos, social, cultural e económico da sua produção e utilização. E, assim, o que conta, não é tanto o objecto mas a informação que poder ser obtida a partir da sua manipulação ou estudo.

Para o autor⁴¹, a comunicação museológica tem como objectivos:

“- *apresentar o património museológico aos diferentes públicos;*

- *divulgar o património museológico;*

- *transmitir conhecimentos;*

- *promover a investigação científica;*

- *desenvolver a função didáctica do museu;*

- *manter os museus sempre actualizados.*”

Para realizar estes objectivos os museus recorrem à apresentação de exposições: permanentes, temporárias, itinerantes ou *in situ*, que segundo o autor é o principal meio de comunicação, pois permite observarmos e estudar directamente os objectos. Que considera, ainda, o conjunto de materiais e actividades que se articulam à volta da exposição, os meios secundários da comunicação, mais destinada ao público escolar.

Não existem receitas para a concepção-realização de uma exposição. Para o efeito importa, sobretudo, a recolha e o estudo dos objectos a divulgar e analisar os princípios de apresentação do património museológico, isto é, tudo depende da temática, dos objectivos e dos objectos, do espaço, do percurso, dos materiais e das técnicas de comunicação. De acordo com o Regulamento Geral dos Museus de Artes História e Arqueologia, os museus devem desempenhar uma missão científica e artística ao mesmo tempo que uma missão educativa e social.

A característica essencial dos museus é a de expor objectos, portadores de informação, ou seja, documentos materiais, que materializam actos ou factos individuais e sociais de um modo fiel e objectivo, universal no espaço e no tempo e, que informa sobre todas as classes ou grupos sociais. Estes objectos podem ainda ser apresentados relacionando-se entre si,

⁴¹ idem

formando assim os contextos que materializam diferentes tipos de relações que se podem dar na sociedade.

Como afirma Davallon⁴² *“A exposição é um dispositivo de apresentação de objectos a visitantes e cada um pode visitar como lhe aprouver e pensar o que lhe parecer melhor sobre o que esta exposto.”*

Mas, apesar de, como afirma Rivière⁴³

“El público se siente cada día más interesado por la institución museal, como consecuencia de la multiplicación de las exposiciones temporales e itinerantes, de los servicios de animación y de los talleres de creación. Esta política esta dando sus frutos y os políticos locales y la población en general están preocupándose cada vez más por la salvaguardia de su patrimonio cultural.”

Segundo CORDOVI⁴⁴, citando a Declaração de Caracas,

“As linguagens utilizadas devem ser variadas e facilmente descodificáveis por todos os públicos de modo a que a comunicação seja eficaz e tenha utilidade. Além de que a comunicação no museu deve ser sempre entendida como um processo multidireccional e interactivo capaz de manter “um diálogo permanente que contribua para o desenvolvimento e o enriquecimento mútuos e evite a possibilidade de manipulação ou imposição de valores e sistemas de qualquer tipo.”

Isto é, os códigos de comunicação devem ser enquadrados com a realidade social em que estão integrados, de forma a transformar-se num espaço de relação dos indivíduos e das comunidades com a sua própria identidade e, num ponto de encontro, como processo crítico de auto identificação de homens, na construção de uma comunidade, em que se integram.

Que é como quem diz, aquilo que se pede aos museus *“é que saíham comunicar as diferentes experiências do passado em função de uma maior clarificação de situações presentes, e que se assumam como veículos de desenvolvimento das populações.”*⁴⁵

⁴² DAVALLON, J. (s/d) O papel e a missão de um centro de estudos sobre os utilizadores de museus e a interpretação do património cultural, O museu a Escola e a Comunidade, Cadernos Encontro.

⁴³ Rivière, G. H. (1993). La Museología. Madrid: Akal/Arte y Estética.

⁴⁴ CORDOVI, M. M. (1993). Sobre o Conceito de Museologia Social. Cadernos de Sociomuseologia. Lisboa: ULHT.

⁴⁵ AZEREDO PAIS, T. (1993). Sobre o Conceito de Museologia Social. Cadernos de Sociomuseologia. Lisboa: ULHT.

Que é como quem diz...”*é preciso dar ao visitante o direito à informação e fruição dos vestígios do passado, abrindo e não fechando horizontes, indo ao ponto de lhe permitir ter acesso às diferentes percepções que um mesmo objecto ou objectos equivalentes podem conter.*”⁴⁶

E, no sentido de uma maior divulgação e democratização do acesso aos seus espaços, como refere Azeredo Pais⁴⁷

“muitos são os museus que empreendem e multiplicam as suas actividades culturais e lúdicas, que modificam ou constroem novas estruturas de apoio e maior conforto para os utilizadores, na tentativa de cumprirem e corresponderem às expectativas para que foram criados.”

Uma das novidades introduzidas foi os serviços educativos, tema que irá ser abordado mais à frente, e que são o elo de ligação entre os objectos expostos e o público visitante.

⁴⁶ ALARCÃO, A. apud Raposo Luís, in ROCHA-TRINDADE, M. B. (1993). Iniciação à Museologia. Lisboa: Universidade Aberta.

⁴⁷ Idem

1.4 – MUSEOLOGIA, CIÊNCIAS E AMBIENTE

*Cada parcela desta terra
É sagrada para o meu povo.
Cada Brilhante mata de pinheiros,
Cada grão de areia nas praias,
Cada gota de orvalho dos escuros bosques.
Cada outeiro e até
O zumbido de cada insecto
É sagrado para a memória
E para o passado do meu povo.⁴⁸*

Como referem Póvoas e Lopes⁴⁹, o conhecimento científico sobre a História da Terra constitui um contributo para a identificação do Homem com o seu Meio e a sua condição de filho do Universo, porque “somos parte da Terra e do mesmo modo ela é parte de nós próprios”⁵⁰. E, a preservação e valorização, sobretudo *in situ*, dos documentos que testemunham e simbolizam essa História, inscreve-se também num processo de produção da paisagem, abrindo novas pistas para o aprofundamento das relações das populações com o seu território e as suas origens mais remotas, mesmo as anteriores à individualização do grupo biológico a que pertencemos.

O surgimento da questão ambiental provocou uma necessidade geral de reestruturar de forma diferente os vários temas, relativos ao desenvolvimento humano e à relação homem/natureza, e levou a repensar globalmente os paradigmas e os instrumentos interpretativos de que dispõem, hoje em dia, não apenas as ciências sociais mas também as próprias disciplinas físico-naturais.

A temática ambiental é um dos elementos caracterizadores do clima social e cultural no último quartel do século XX. Com efeito esta temática,

“liga-se à percepção de uma crise de confiança num complexo de processos e de instituições que representaram verdadeiras estruturas condutoras do mundo

⁴⁸ In Carta do Chefe Seattle em 1854 ao Grande Chefe Branco de Washington

⁴⁹ POVOAS, L. e LOPES, C. (1998). *Construir uma Memória da Terra para o futuro*. Actas do V Congresso Nacional de Geologia. Comunicações do IGM, Tomo 84, Fasc 2, Lisboa

⁵⁰ In Carta do Chefe Seattle em 1854 ao Grande Chefe Branco de Washington

*moderno, em particular no período que vai desde o início do século XX até aos anos sessenta do século XX: a confiança na linearidade do progresso humano, baseada na ciência e nas suas aplicações tecnológicas, e, sobretudo, a convicção de que tal progresso seria capaz de pôr a natureza ao serviço do homem, fornecendo-lhe indefinidamente os recursos necessários aos seus objectivos.*⁵¹

No entanto, esta convicção começou a ficar comprometida a partir dos finais da Segunda Guerra Mundial e nos anos da guerra-fria, pois estes dois acontecimentos perturbavam as consciências, pela possibilidade (não muito remota) de uma autodestruição do género humano por efeito de uma guerra nuclear. Isto é, pela consciência de que pode haver uma tecnologia que pode pôr fim à presença do homem na Terra, quer por acção directa, quer através da destruição das bases ambientais da vida humana.

Mas não foi só a ameaça de uma guerra total que provocou uma preocupação por uma possível ruptura catastrófica da relação entre a espécie humana e o seu ambiente. Também as actividades relacionadas com o normal funcionamento do sistema social, ou seja, *“as actividades que garantiram, no pós-guerra, a aceleração do desenvolvimento económico e social, como a exploração dos recursos energéticos do planeta e das matérias-primas, a produção industrial e a difusão dos meios de transporte”*.⁵²

Mas, não obstante do papel excepcional, o Homem representa um elemento da natureza e está sujeito às suas leis, como qualquer outro elemento, pelo que, deve seguir uma referência educativa fundamental, de modo a que a acção humana não inverta, mas respeite a ordem natural das coisas e, respeite a humanidade futura, isto é, pelas gerações ainda por nascer.

Neste sentido importa, *“sem renunciar à preservação dos vínculos, tradições e identidades que delimitam tempos e espaços sociais definidos na história e na geografia”*⁵³ levar a efeito uma educação⁵⁴ *“capaz de suscitar mudanças nas mentalidades, atitudes, saberes, condutas, etc. que desafie pessoas e comunidades na exigência de harmonizar o “seu*

⁵¹ MELA, A., BELLONI, M. C. e DAVICO, I. (2001). *A Sociologia do Ambiente*. Lisboa: Editorial Estampa.

⁵² *idem*

⁵³ CARIDE, J. A. E. MEIRA P. A. (2001) *Educação Ambiental e Desenvolvimento Humano*. Lisboa: Instituto Piaget.

⁵⁴ É através da Educação que o indivíduo vai assumindo certos comportamentos e interiorizando um determinado quadro de valores. A Educação Ambiental tende a fomentar no indivíduo uma dupla atitude de respeito por si próprio e pelo meio em que vive. Pois o seu objectivo fundamental é envolver o cidadão na problemática da sua Qualidade de Vida actual e futura e dos seus descendentes. In Oliveira, L. F. (2001) *Educação Ambiental*. Lisboa: Texto Editora.

mundo vivido” com as modificações científicas, tecnológicas, económicas, culturais, ambientais, etc.”⁵⁵

Ou seja, uma educação baseada num desenvolvimento humano integral, insistindo-se na necessidade de as práticas pedagógicas garantirem a cada indivíduo a sua inserção social, favorecendo uma melhoria extensiva da qualidade de vida, uma adequada formação para o desempenho laboral ou a coexistência social. Uma educação com valores e princípios fundamentais como a paz, a democracia, a justiça, a liberdade, a equidade, a sustentabilidade, a responsabilidade ou a solidariedade.

Ou seja, como referem os autores mencionados,

*“uma educação ambiental que promova e institua discursos que projectem uma mudança nas sensibilidades e valores que vão orientar a actividades humana em relação com o meio ambiente, dirigida à aquisição de conhecimentos ambientais e a uma tomada de consciência crítica, desde que analise os processos sócio-ecológicos e suas consequências para o futuro do planeta, habilitando atitudes e comportamentos coerentes com a ética na procura de um desenvolvimento sustentável e solidário.”*⁵⁶

Em 1996, a Comissão da Organização das Nações Unidas para o Meio Ambiente, criou um programa denominado Cidadania Ambiental Global, cujo ponto de partida era a participação do cidadão comprometido com uma mudança profunda de mentalidade, com conceitos e valores de respeito com o meio ambiente e, com o objectivo de promover a compreensão dos direitos e responsabilidades dos cidadãos, no que concerne ao meio ambiente, assim como mobilizar acções voluntárias em todos os níveis da sociedade, no intuito de trabalhar para um meio ambiente sadio.

Podemos considerar o ano de 1950 como sendo o ano zero, pois a partir desta data, fruto de todas as transformações e deteriorações da sociedade surgiram uma série de documentos que alertam para a necessidade de proteger o meio ambiente e que afirmam a importância do Ambiente na vocação dos Museus e integra a dimensão “política” no conceito de Museu.

De salientar, a Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano, em Estocolmo, em 1972, que entre outras decisões, proclamou o dia mundial do ambiente, condenou as experiências nucleares, criou redes mundiais de vigilância da qualidade

⁵⁵ Idem

⁵⁶ ibidem

atmosférica; programou iniciativas para impedir o esbanjamento de recursos e a redução da produção de matérias sintéticas e a produção de substitutos degradáveis e não poluentes (que, no entanto, não surtiram qualquer efeito, pois interesses económicos falaram mais alto). O Colóquio do ICOM sobre Museologia e Ambiente, em 1973; a X Conferência Geral do ICOM com o tema “Museus e Mundo Moderno”, que definiu o que hoje se chama Museologia do Ambiente, em 1974; Hipótese GAIA (Loteou), em 1979; A Convenção para a protecção da camada de azoto em Viena em 1985; em, 1987 o Protocolo Montreal “O nosso Futuro Comum – Uma Terra/Um Mundo”; o Colóquio Internacional Museologia e Ambiente, que situaram o Ambiente no discurso do Museu, que relacionou a evolução actual do Museu e as questões que lhe são colocadas no tratamento das temáticas ambientais. E que, segundo César Lopes, à conservação, investigação e ensino soma-se a comunicação com consequências na forma - exposições itinerantes, Museus de Sítio, Museus de aldeias, centros de interpretação, parques temáticos, centros de ciência. Ou seja, os museus deixavam de ser depositários do real e autêntico, do palpável e do extraordinário, para passarem a ser um local de consumo cultural, um lugar de testemunho e de mediação, dos valores, das tradições, dos saber-fazer, das transformações dos modos de vida ou dos comportamentos e, isto tudo, em função do público. Em 1992, a Declaração de Caracas assume que o Museu é concebido como meio de comunicação entre os elementos “território/património/sociedade e, a Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente e Desenvolvimento, no Rio de Janeiro, que produziu documentos como a Agenda 21 (constituída por 2 500 recomendações para tornar compatíveis crescimento económico, progresso social e ambiente); a Declaração do Rio sobre Ambiente e desenvolvimento (com 27 princípios); a Convenção sobre a Biodiversidade; a Convenção sobre Alterações Climáticas (reforçado pelo protocolo de Quioto, em 1997) e a Declaração de princípios sobre Gestão, Conservação e Desenvolvimento Sustentável de todos os tipos de Florestas. A Declaração de Tóquio sobre Ambiente e Desenvolvimento, que propôs revigorar e alterar a qualidade do crescimento; conservar e melhorar a base de Recursos; garantir o nível sustentável da poluição; reorientar a tecnologia e gerir os riscos; integrar o ambiente e a economia na tomada de decisões; reforçar as relações económicas internacionais e a cooperação. E, por fim, a Cimeira das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, em Joanesburgo em 2002.

Como referem Póvoas e Lopes,⁵⁷ *“coleções de História Natural são hoje consideradas verdadeiros bancos de dados à escala planetária – constitui um recurso fundamental para a acumulação do saber sobre a diversidade da litosfera.”*

Os mesmos autores, citando Galopim de Carvalho⁵⁸, consideram que o património geológico pode contribuir para que

“o cidadão ao reconhecer um determinado elemento geológico como património, esteja a aprofundar a consciência da nossa identidade colectiva de filhos do Universo, feitos dos mesmos elementos químicos que as estrelas; esteja a tomar consciência do lugar do Homem na Natureza: ser vivo habitante do planeta Terra, produto e agente de uma cadeia longa e complexa de inter-relações entre litosfera, hidrosfera, atmosfera e biosfera.”

Pelo que, considera-se de vital importância a musealização *“in situ”* porque, para além de ser a melhor forma de ir ao encontro dos públicos, dado que facilita o acesso à problemática, facilita a descoberta de soluções museográficas mais criativas e menos formais e também porque é capaz de possibilitar diferentes leituras, podem ser considerados

“lugares de memória, lugares de poder ou até de esquecimento. Mas poderão também ser lugares de contemplação e constituírem, assim, espaços de reencontro connosco próprios, espaços de resistência à voragem da vida actual. A comunicação a partir deste tipo de património poderá ter, até, particular importância para nos remeter à nossa verdadeira dimensão para nos situar (...) na nossa relação com o Universo (...).”

Sintetizando,

“A nossa história e a história da Terra estão intimamente ligadas. As suas origens são as nossas origens. A sua história é a nossa história e o seu futuro será o nosso futuro.”⁵⁹

E, como refere Prado⁶⁰

⁵⁷ POVOAS, L. e LOPES, C. (1998). Construir uma Memória da Terra para o futuro. Actas do V Congresso Nacional de Geologia. Comunicações do IGM, Tomo 84, Fasc 2. Lisboa

⁵⁸ POVOAS, L. e LOPES, C. (1998). Construir uma Memória da Terra para o futuro. Actas do V Congresso Nacional de Geologia. Comunicações do IGM, Tomo 84, Fasc 2. Lisboa

⁵⁹ Declaração Internacional dos Direitos à Memória da Terra, em Digne, 1991

⁶⁰ PRADO F. G. C. (1999) Ecopedagogia e Cidadania planetária. Brasil: Instituto Paulo Freire

“A cidadania ambiental compreende as obrigações éticas que nos vinculam tanto à sociedade como aos recursos naturais do planeta de acordo com o nosso papel social e na perspectiva do desenvolvimento sustentável.”

Desenvolvimento que só tem sentido se for baseado num conjunto de princípios, valores, atitudes e comportamentos que demonstrem uma nova percepção da Terra como uma única comunidade.

Mas afinal qual é o papel da Museologia nesta problemática?

Como refere César Lopes,

“Assumindo nós a Museologia como o estudo de uma relação específica entre o homem e a realidade mediada pelos bens culturais (entre os quais consideramos incluído o património designado natural), sentimos a necessidade de confrontar o processo em questão nos seus enunciados, premissas e perspectivas próprias, com os conceitos hoje em debate como elementos estruturantes de uma teoria museológica em construção.”⁶¹

Dado que os objectos a musealizar são da Natureza e estão “*in situ*”, o espaço/cenário onde acontece a relação homem sujeito com o objecto/bem cultural é o território, o que nos remete para a organização do espaço e, eventualmente, nos sugere uma articulação com as necessidades de desenvolvimento das populações/comunidades.

O Museu é uma entidade ao serviço da sociedade e comprometida no seu desenvolvimento o que, por consequência, coloca a Museologia do Ambiente no centro da actual evolução da Museologia em posição de dar uma resposta a algumas das preocupações contemporâneas. Os Museus de História Natural cumprem um importante papel didáctico quando fazem a descrição da Natureza, isto porque,

“O Ambiente é o suporte físico da vida. A sua abordagem alarga o conceito de património e introduz a participação do Museu na discussão das causas e consequências da degradação ambiental ligando-o ainda à definição e busca de soluções para os problemas sociais daí decorrentes. As implicações e consequências ao nível da museografia resultam no seu alargamento aos espaços

⁶¹ LOPES, C. Construir uma memória da Terra a Favor do Desenvolvimento (texto fornecido no âmbito do Mestrado de Museologia, original, com autorização do autor, s.p.d.p.)

*vividos no quotidiano, à visão global e integrada do simbólico, do natural e do construído.*⁶²

Do ponto de vista do desenvolvimento, podemos dizer que os sítios musealizados podem ser um factor importante porque constituem elementos de atracção turística, porque contribuem para fixar e mobilizar populações e contribuem para uma perspectiva de desenvolvimento sustentado, valorizador das características da região em que se inserem.

Ou seja, como está descrito na Agenda 21,

*“O desenvolvimento ecológico gera a riqueza biológica e as condições climáticas necessárias para a vida no nosso planeta. O desenvolvimento da comunidade gera comunidades, famílias, cidadãos educados e responsáveis e a própria civilização. (...) Ao nível local, o desenvolvimento sustentável requer que o desenvolvimento económico local suporte a vida e poder da comunidade, usando o talento e os recursos dos residentes locais.”*⁶³

No entanto, porque o desenvolvimento sustentável é o desenvolvimento que proporciona serviços ambientais, sociais e económicos básicos a todos, sem ameaçar a viabilidade dos sistemas ecológico e da comunidade dos quais estão dependentes estes serviços, importa que governos, instituições, associações e comunidade em geral, se esforcem por fazer cumprir as estratégias e as medidas propostas.

No capítulo 28 da Agenda 21, denominado “As Actividades das Autoridades Locais para suporte da Agenda 21”, estabelece-se que:

*“Devido a tantos dos problemas e soluções abordados pela Agenda 21 terem as suas raízes nas actividades locais, a participação e cooperação das autoridades locais será factor determinante no preenchimento dos seus objectivos. As autoridades locais constroem, operam e mantêm a infra-estrutura económica, social e ambiental, supervisionam os processos de planeamento, estabelecem políticas ambientais locais e regulamentos e tomam parte na implementação de políticas ambientais nacionais e sub-nacionais. Como nível de governo mais próximo das pessoas, eles têm um papel vital em educar, mobilizar e responder ao público para promover o desenvolvimento sustentável.”*⁶⁴

⁶² I.OPES, C. (1993). *Museologia e Ambiente*. VI Jornadas sobre a Função Social do Museu. Novos Desafios/Novas Museologias. Póvoa de Varzim

⁶³ Agenda%20Local%2021 1 ficheiros\part1.html

⁶⁴ idem

No referido capítulo sugere-se ainda a necessidade de os governos locais criarem os seus próprios planos de acção para atingirem o desenvolvimento sustentável, existindo para o facto o programa de comunidades modelo da Agenda Local 21, que desenvolve os padrões, métodos e directivas para o planeamento do desenvolvimento sustentável ao nível local.

Assim os objectivos que deverão estar presentes nos planos de acção são:

1. Educação
2. Cultura e Desporto
3. Acção Social
4. Saúde
5. Habitação e Urbanismo
6. Saneamento e Salubridade
7. Protecção Civil
8. Abastecimento público e actividades económicas
9. Comunicações, Transportes e Defesa do Meio Ambiente

Este documento considera que a melhoria da qualidade ambiental é de responsabilidade colectiva, pelo que estabelece como princípios a adoptar:

- » *Salvar a água*
- » *Pensar Verde*
- » *Poupar Energia*
- » *Respirar Melhor*
- » *Evitar o Ruído*
- » *Ganhar Tempo*
- » *Cultivar Memórias*
- » *Saúde e Segurança para Todos*
- » *Combater exclusões*

2 – CULTURA DE DESENVOLVIMENTO

2.1 – DEFINIÇÃO DE CULTURA E OUTRAS CONSIDERAÇÕES

Na sequência da revolução industrial verificaram-se transformações económicas e sociais, que levaram a uma passagem da sociedade rural para uma sociedade urbana, o que provocou uma profunda mudança das estruturas sociais até aí existentes.

Assim, por um lado, temos a comunidade⁶⁵, dominada pelos vínculos tradicionais, a afectividade e o espírito de grupo, que se apoia principalmente na família e nas solidariedades locais. E, por outro, a sociedade⁶⁶ que assenta no interesse individual, no cálculo e nas relações impessoais e que se verifica mais no seio da sociedade industrial.

Eliot⁶⁷ considera que

“A palavra cultura implica associações diferentes segundo o desenvolvimento de um indivíduo, de um grupo ou classe, ou de toda uma sociedade. A minha hipótese inclui o conceito de que a cultura do indivíduo depende da cultura de um grupo ou classe e de que a cultura de um grupo ou classe depende da cultura e toda a sociedade a que pertence esse grupo ou classe. Assim, a cultura da sociedade é a cultura fundamental ...”

Para este autor⁶⁸ a palavra cultura significa o modo de vida de um determinado povo, vivendo em conjunto em determinado local e, que essa cultura é visível nas artes, no sistema social, nos hábitos e costumes, na religião, etc., mas não só. Que é, sobretudo fruto de uma educação a que o indivíduo está sujeito durante o seu processo e instrução de preparação para a vida, ou seja, pelo ensino da cultura ou desenvolvimento de aptidões e formação do carácter.

Podemos assim definir o termo “cultura” como o conjunto de crenças, costumes, maneiras de pensar e de agir próprios de uma sociedade humana. E, porque as normas e as práticas culturais não são universais, mas sim particulares e evolutivas, estas diferem em cada sociedade, consoante o contexto histórico. Também Pierre Bourdieu⁶⁹, na sua obra *A Distinção* de 1979, considera que as normas culturais são profundamente diferentes de um meio social para o outro. O que leva a afirmar que a cultura de um indivíduo não pode ser isolada da cultura do grupo e que a cultura do grupo não se pode abstrair da cultura de toda a sociedade.

⁶⁵ Riutort P. (1999). *Primeiras lições de sociologia*. Lisboa: Gradiva.

⁶⁶ *idem*

⁶⁷ Eliot, T. S. (1996). *Notas para uma Definição de Cultura*. Lisboa: Edições Século XXI, Lda.

⁶⁸ *Idem*

⁶⁹ Bourdieu P. apud Riutort P. (1999). *Primeiras lições de sociologia*. Lisboa: Gradiva.

No entanto, para Clifford Geertz⁷⁰

“a cultura não é apreendida tanto como um conjunto de crenças e de práticas sociais que constituem uma totalidade, mas sim como um código que permite às pessoas compreenderem-se e comunicarem entre si.”

A este processo podemos chamar de socialização. Processo pelo qual os indivíduos interiorizam as normas e os valores da sociedade na qual cresceram, através de uma aprendizagem verificada pelo contacto e inter-acção que os ligam aos outros e que levam a adoptar um comportamento conforme às expectativas de outrem.

Para Camilleri⁷¹

“Cultura es la configuración, más o menos intensamente ligada por la lógica tomada de un modelo, de significaciones persistentes y compartidas, adquiridas por su afiliación a un grupo, que le conducen a interpretar los estímulos del ambiente y a sí mismo según actitudes, representaciones y comportamientos comúnmente valorados; que además, tienden a proyectarse en la producción y comportamientos y que, en consecuencia, inducen a asegurar su reproducción a través del tiempo.”

Para este autor⁷² a cultura tende a reproduzir-se, isto é, tende a perpetuar-se no tempo, de geração em geração; dá-se num grupo, ao qual o indivíduo pertence de algum modo, através da sua identidade; é uma configuração de significados ligados entre si.

Ou seja, como refere Morcno⁷³

“cultura es el conjunto de formas específicas en que se refleja y expresa la interpretación de la experiencia, la concepción del mundo y de la vida por parte de un grupo humano, resultado de su experiencia histórica”

Se atendermos a concepção de Cultura, como estilo de ser, de agir e de pensar e, como conjunto de obras e instituições, então a Cultura compreende o conjunto de rasgos que caracterizam as distintas formas ou modos de vida, através de uma série de objectos e jeitos de pensar que são criados e transmitidos pelos homens como resultado das suas inter-relações recíprocas e das suas relações com a natureza por meio de trabalho, quer no plano intelectual

⁷⁰ Geertz, C. apud Riutort P. (1999). Primeiras lições de sociologia. Lisboa: Gradiva.

⁷¹ Camilleri, C. (1985) Antropologia cultural y educación. Unesco. Paris apud Villegas Ramos, E. L. (2001) Espacios para el desarrollo local. Barcelona: PPU.

⁷² Idem

⁷³ Moreno, I. (1989) apud Villegas Ramos, E. L. (2001) Espacios para el desarrollo local. Barcelona: PPU.

(saberes, crenças, valores), quer no plano material (coisas que os homens criam e utilizam). E, assim, considera-se cultura: um arado, um automóvel, o jeito de usar o lenço, as regras de futebol, o sistema eleitoral, o jeito de vestir-se e de pentear-se, a forma de criar as crianças, os ritos funerários, as ferramentas e maquinarias, os sistemas filosóficos e científicos, as regras de conduta, jeitos, usos, hábitos e instituições, etc., etc.

Porque cada homem pertence a uma cultura e cada sociedade tem peculiaridades culturais, cultura é a “herança social” ou “o modo de vida de um povo”. No entanto, a cultura não pode ser só um estilo ou modo de vida adquirido, conservado e transmitido, ou melhor, não pode ser só um olhar para trás. Importa, para que a cultura seja viva, sem perder o sentido do passado, actualizar, mudar e manter em movimento as tradições. A vitalidade de uma cultura depende da capacidade de incorporar novas perspectivas e novas exigências.

Importa, contudo, ter presente que

“a cultura molda a mente e apetrecha-nos com os instrumentos necessários com os quais construímos não só os nossos mundos, mas também as nossas reais concepções sobre nós próprios e sobre as nossas faculdades.

(...)A Cultura embora sendo um produto humano, forma e torna possíveis as operações de uma mente distintivamente humana. Neste sentido, o aprender e o pensar estão sempre situados no enquadramento cultural e sempre dependentes da utilização de recursos culturais”⁷⁴

A noção de cultura caracteriza-se assim pelo seu modo de transmissão e, que se designa por tradição⁷⁵. E porque a cultura compreende as capacidades e hábitos adquiridos pelo homem enquanto membro da sociedade, não existe nenhuma cultura-tradição que não esteja ligada a uma determinada sociedade, histórica e geograficamente situada. Uma cultura não pode viver nem transmitir-se sem uma sociedade que a alimente. Reciprocamente não existe nenhuma sociedade que não possua a sua cultura própria, que atribui uma determinada identidade⁷⁶ ao indivíduo que a compõe e cujo objectivo fundamental é a defesa de memórias através das quais um povo se distingue dos demais, tarefa que deve ser realizada.

⁷⁴ Bruner, J. (1996) A Cultura da Educação. Lisboa: Edições 70.

⁷⁵ Para Povillon (1991) apud Warnier, J-P (2002) A Mundialização da Cultura. Notícias Editorial. Lisboa, tradição define-se como “o que do passado persiste no presente, onde ela é transmitida e permanece activa e aceite por todos aqueles que a recebem e que, por sua vez, ao longo das gerações, a fazem passar”.

⁷⁶ Para Warnier, J-P (2002) em A Mundialização da Cultura. Lisboa: Notícias Editorial., identidade “define-se como um conjunto de repertórios de acção, de língua e de cultura que permitem a um indivíduo reconhecer a sua dependência de um certo grupo social e de identificar com ele. Mas, para este autor a identidade não depende somente do nascimento ou das escolhas realizadas pelos sujeitos. Porque no campo político, nas relações de poder, os grupos podem determinar uma identidade aos indivíduos.

Para Warnier⁷⁷

“A cultura é uma totalidade complexa constituída por normas, por hábitos, por repertórios de acção e de representação, adquiridos pelo homem enquanto membro de uma sociedade. Toda a cultura é singular, geograficamente ou socialmente localizada, objecto de expressão discursiva numa língua determinada, factor de identificação pelos grupos e pelos indivíduos e de diferenciação em relação aos outros, sendo as orientações dos actores uns em relação aos outros e em relação aos seus lugares vizinhos. Toda a cultura é transmitida pelas tradições reformuladas em função do contexto histórico. As culturas são feitas de práticas e crenças religiosas, educativas, alimentares, artísticas, lúdicas. Elas dizem respeito também às regras de organização do parentesco, da família e dos agrupamentos políticos. As práticas e as crenças concernem o corpo, a saúde, a doença e têm um lugar importante. Torna-se necessário, para as transmitir, para as assimilar, ter o seu tempo, muito tempo.”

No entanto, podemos falar em duas acepções da palavra cultura. Uma restritiva e, que reduz cultura ao património e à criação artística e literária e, a dos etnólogos, que engloba o conjunto de tudo o que aprendeu cada ser humano enquanto membro de uma sociedade determinada.

Fruto do progresso que sem tem vindo a verificar há quem fale de uma mundialização da cultura. Mas para este autor⁷⁸ tal vai ser difícil porque a humanidade está constantemente a produzir clivagens sociais e por conseguinte grupos de distinção cultural, dos modos de vida e de muitos consumos diversos. Até porque subsiste a ideia de que a cultura se faz sempre particular e localmente, em função do isolamento e da distinção dos grupos. Em oposição, ela incorpora-se em função da ligação das comunidades locais e das suas recomposições.

Por outro lado, o desenvolvimento das rotas migratórias, das trocas comerciais e da moeda afecta sectores cada vez mais numerosos da actividade humana, incluindo a cultura. Ou seja, a globalização dos mercados implica a introdução na concorrência à escala mundial de todas as empresas que produzem bens culturais, como sejam os livros, os filmes, os discos, a alimentação, o turismo e a educação. Assim, a mundialização da cultura pode acontecer aquando do encontro de homens de culturas fragmentadas, locais, enraizadas ao longo do percurso da história e da troca de bens e serviços colocados no mercado por indústrias recentes e globalizadas por sistemas de troca e de comunicação de grande capacidade.

⁷⁷ Warnier, J-P (2002) A Mundialização da Cultura. Lisboa: Notícias Editorial.

⁷⁸ Warnier, J-P (2002) A Mundialização da Cultura. Lisboa: Notícias Editorial.

2.2 – IDENTIDADE, MEMÓRIA E PATRIMÓNIO

Um museu não deve acautelar apenas os valores confiados à sua guarda e conservação dentro das paredes do edifício. À sua volta há valores artísticos, arqueológicos, históricos, paisagísticos, etnográficos, naturais e outros.

Parece, por isso, que deve ser missão de um Museu na área pelo menos da sua localização e na esfera da sua natureza, acautelar, defender, preservar e valorizar essas realidades, sobretudo para a construção das identidades nacionais e na reelaboração/conservação do passado. Os museus são instituições poderosíssimas nesse sentido: funcionam como agências de recordação, mas só da parte que é possível.

A Conservação implica um conhecimento profundo da história dos objectos que a integram e, a interiorização de noções provenientes das ciências da natureza, no intuito de lidar com os mesmos com segurança e à-vontade.

Poderá assim falar-se de “efeito museu”: este consiste na capacidade que a instituição tem de congelar um fragmento de história social, de mumificar um objecto, petrificando-o para sempre na sua função inicial relativamente a uma cultura ou a um período histórico.

No entanto, podemos também considerar o termo do ponto de vista significativo. E, assim, a Conservação, como no diz Guillaume⁷⁹

“Constitui um “habitus” geral da nossa sociedade na sua relação com o tempo. Representa uma luta fracassada de antemão (e portanto jamais terminada) contra o tempo irreversível e seus efeitos. (...) A conservação é a produção em massa de simulacros a partir de restos. Conservar é sempre artificializar, encenar, musealizar, transformar o outro (coisa, ser vivo, pessoa) em objecto de observação de um sujeito observador. A conservação procura colocar o presente em suposta continuidade com o passado, quando, paradoxalmente, a característica das sociedades modernas, homogéneas, é precisamente esse corte com o passado, com o heterogéneo, com o invisível.”

Segundo este, o objecto conservado funciona ao mesmo tempo ao nível de uma memória vulgar (documento, arquivo) e de uma memória activa (implicando o inconsciente, o monumento, o guardião). Ou seja, o “objecto memorial”, que associa uma memória a um discurso, ligando entre si “os vários planos de memória”.

⁷⁹ GUILLAUME, M. (2003) A Política do Património. Porto: Campos das Letras.

Este autor considera haver quatro modelos de conservação: o colectivo/social (museu, monumento em que se une a colecção ou emulação colectiva); o privado social (collecções particulares); o colectivo/individual e o privado individual. Estes são caracterizados pelo individualismo, o acento na aparência material, o desaparecimento da transcendência e o corte com o passado. No entanto, palavras ou conceitos como carência, luto, memória, tempo, identidade, melancolia, nostalgia gravitam em torno do património e da conservação.

O que leva a dizer que,

“A conservação, a memória histórica já não se inscrevem num registo simbólico mas numa heterologia que faz parte do paradigma moderno do ver e do saber. Uma vez que nada mais de transcendente se esconde por detrás da aparência, são os artefactos materiais, visíveis, legíveis, que importa conservar. Para assim tornar o passado visível e sustentar a ficção da sua presença e de um futuro previsível.”⁸⁰

Ou seja, a conservação é uma luta contra o tempo que se aplica aos objectos materiais mas também ao saber, à língua, à cultura, à própria vida.

Para o autor,

“a maior parte das coisas que conservamos ocupa um lugar nas funções gerais da memória individual. A memória tem o seu próprio património, que ordena e encena sem cessar, particularmente graças a objectos exteriores. Este processo de conservação directa é o signo da intensidade da nossa relação com o passado. (...) A liberdade de escolher no presente faz com que o passado seja, ele também, a todo o momento, escolhido.”⁸¹

Certos objectos são as testemunhas e os monumentos da matéria bruta do passado e da escolha deliberada da sua significação. Podendo afirmar que têm um duplo estatuto – memória vulgar e memória activa, isto é, ao mesmo tempo documento e monumento. O que leva a chamar aos arquivos, museus, monumentos, etc, “máquinas de memória”.

Kappert⁸² apresenta a identidade como conceito perceptivo, isto porque resulta da percepção que um individuo tem de pertencer a certos grupos sociais e do significado atribuído a estas pertenças. A definição de quem somos é largamente marcada pelas características dos grupos ou das categorias sócias a que pertencemos.

⁸⁰ GUILLAUME, M. (2003) A Política do Património, Porto: Campos das Letras.

⁸¹ idem

⁸² Kappert, J. (2003) Territórios do Turismo – Porto: Revista Científica do ISAI.

A ambição do poder político é de se apropriar do Património Cultural e fundi-lo numa herança identificadora única e valorizá-la com fins ideológicos, políticos, identificadores e turísticos.

A transmissão das tradições culturais apoia-se no património herdado do passado. A fim de conservar a sua identidade, os grupos e as nações devem manter, cultivar, renovar o seu património. Importa, ainda, ter em atenção que a transmissão da cultura está estritamente ligada à educação. O ensino é pois uma empresa de socialização dos jovens, de acesso à palavra e da aprendizagem dos saberes e do saber-fazer, fundamentais que liga cada criança à sociedade e às suas tradições.

Razão pela qual Villar⁸³ atribui muita importância ao binómio educação-território, não só porque se trata de uma progressiva procura de uma maior integração dos projectos sociais, culturais e institucionais, que se associam às escolas e às comunidades, mas sobretudo porque

“o território garante que as novas gerações obtenham as experiências importantes, educacionalmente importantes, mas livres e directas. A escola trabalha sobre esta base de experiências da criança e desta forma consegue desenvolver a sua função, que é a de transformar a experiência de vida em experiência de cultura (...) O território faz viver, a escola faz reflectir sobre a vida, transformando a vida em cultura.”

Através das suas colecções ou das exposições que progressivamente organizam, os museus podem armazenar fragmentos da vida quotidiana, fragmentos da cultura simbólica, definições de acontecimentos e relações.

A questão patrimonial é assim de extrema importância e o património revela-se como o conjunto de coisas culturais que, no seu aspecto mais elevado, é espiritual. A colecção indivisível de significações e comportamentos comuns valorizados que a comunidade procura preservar e reproduzir para garantia da sua originalidade, o canto, o documento escrito, a ponte de pedra, a torre de ferro, o templo e a muralha. Na sociedade de conhecimento que é a nossa, onde avultam as ideias, a informação campeia e a mobilidade acelera, importa criar raízes.

⁸³ Villar, M. B. C. (2001). A Cidade Educadora. Lisboa: Instituto Piaget.

A noção de património museológico tem hoje em dia um sentido mais lato. Actualmente, património museológico, não é apenas as colecções de pintura ou escultura. Também os edifícios, as histórias de vida das populações, os seus utensílios de trabalho e a memória colectiva são património. E, a memória colectiva de uma determinada população não está encerrada entre quatro paredes. Esta no território onde se vive, está nos seus monumentos, nos vestígios do passado e do presente, está nos seus problemas, está na cultura material e imaterial, em suma, está nas pessoas.

Nos últimos anos, a noção de património cultural ampliou-se muito, assim como a sua importância e isto, na sequência da “conciencia cada vez más extendida de su riqueza y vulnerabilidad”⁸⁴.

Hoje em dia tudo é considerado património: a arquitectura, as cidades, a paisagem, os edifícios industriais, os equilíbrios ecológicos, o código genético, etc. De acordo com o artigo 2.º da Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro, da Assembleia de República Portuguesa: *“integram o património cultural todos os bens que, sendo testemunhos com valor de civilização ou de cultura portadores de interesse cultural relevante, devam ser objecto de especial protecção e valorização.”* Isto é, bens que, possuindo interesse cultural relevante, nomeadamente histórico, paleontológico, arqueológico, arquitectónico, linguístico, documental, artístico, etnográfico, científico, social, industrial ou técnico, reflectem valores de memória, antiguidade, autenticidade, raridade, singularidade ou exemplaridade. Também os bens imateriais⁸⁵ que constituam parcelas estruturantes da identidade e da memória colectiva, e os seus respectivos contextos quando pelo seu valor de testemunho, possuam com aqueles uma relação interpretativa e informativa.

Como refere Fernández:⁸⁶

“En efecto, si la visión tradicional del patrimonio cultural consideraba fundamentalmente los bienes artísticos y monumentales heredados del pasado, como las obras del arte escultórico y pictórico o las grandes obras arquitectónicas, ahora hay una conciencia cada vez mayor de que este patrimonio comprende también las manifestaciones culturales

⁸⁴ HERNÁNDEZ, J. B. e Tresserras, J. J. ((2001). Gestión del patrimonio cultural. Barcelona: Ariel Patrimonio

⁸⁵ Para a UNESCO, o conceito de património imaterial ou intangível é “el conjunto de formas de cultura tradicional y popular o folclórica, es decir, las obras colectivas que emanan de una cultura y se basan en la tradición. Estas tradiciones se transmiten oralmente o mediante gestos y se modifican con el transcurso del tiempo a través de un proceso de recreación colectiva.”, citado por Hernández in Gestión del Patrimonio Cultural

⁸⁶ Hernández, J. B. e Tresserras, J. J. ((2001). Gestión del patrimonio cultural. Barcelona: Ariel Patrimonio

intangibles, como son las tradiciones orales, la música, las festividades y las lenguas."

Contudo, para fins da Convenção para a protecção do Património Mundial Cultural e Natural, são considerados como património cultural:

"Os Monumentos – obras arquitectónicas, de escultura ou de pintura monumentais, elementos ou estruturas de carácter arqueológico, inscrições, grutas e grupos de elementos com valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;

Os conjuntos – Grupos de construções isoladas ou reunidos que, em virtude da sua arquitectura, unidade ou integração na paisagem, têm valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;

*Os locais de interesse – obras do homem, ou obras conjugadas do homem e da natureza, e as zonas, incluindo os locais de interesse arqueológico, com um valor universal excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico."*⁸⁷

Para reforçar a importância do património cultural, podemos referir o Artigo 9.º da Constituição Portuguesa, que considera como tarefas fundamentais do estado, entre outras,

"(...)

d) Promover o bem-estar e a qualidade de vida do povo e a igualdade real entre os portugueses, bem como a efectivação dos direitos económicos, sociais, culturais e ambientais, mediante a transformação e modernização das estruturas económicas e sociais;

e) Proteger e valorizar o património cultural do povo português, defender a natureza e o ambiente, preservar os recursos naturais e assegurar um correcto ordenamento do território;

f) Assegurar o ensino e a valorização permanente, defender o uso promover a difusão internacional da língua portuguesa;

*(...)"*⁸⁸

⁸⁷ FERREIRA, J. A. B. (1998). *Direito do Património Histórico-Cultural*. Coimbra: CEFA

⁸⁸ PRIMO, J. (1999) *Museologia e Património: Documentos Fundamentais*. Cadernos de Sociomuseologia. Lisboa: UHLT

Porque é através de referências patrimoniais que se pode tomar conhecimento das características de uma determinada comunidade, abordar a dinâmica social, levando a que as pessoas se consciencializem da sua importância.

Ou seja, como refere Neves⁸⁹,

“A linguagem museológica pode ser a alavanca para o desenvolvimento do indivíduo e da colectividade, levando aquele a desenvolver sua auto-estima e, a partir daí, exercer a sua cidadania pois, quanto mais consciente de sua realidade, mais condição terá de trabalhá-la. É no museu, local de preservação das referências patrimoniais, que o objeto testemunho pode ser transformado em objeto diálogo”, pelo que o museu deve ser entendido, como um canal de comunicação que se realiza, entre outros, através da exposição”.

O Património Histórico e Cultural de um povo são talvez a herança mais importante para os mais jovens. A língua, os rituais religiosos, os costumes e tradições, a gastronomia, o folclore e a indumentária são elementos fundamentais na estrutura cultural de qualquer povo. Fazem parte do legado que se deve transmitir para as gerações futuras.

Na verdade, perde-se no tempo e na memória a origem de muitas das nossas tradições multisseculares. Portugal é reconhecidamente um país de tradições remotas ao nível da “cultura erudita” e ao nível da “cultura popular”. Mas é sobretudo nos diversos domínios desta última que a nossa história cultural se revela verdadeiramente genuína, capaz de espelhar a evolução do nosso percurso colectivo e da nossa identidade

Assim, a literatura, a tradição oral, as lendas, o artesanato, o folclore, as crenças, etc. fazem parte de uma organização social modelizada por uma visão constituída a partir de um lugar e de uma esfera sócio-cultural que configura uma identidade própria na relação com as outras, com o real e com o transcendente.

A cultura popular ganha assim uma dimensão mais elevada, não podendo por isso rotular-se de cultura de nível inferior. Aceitando a proposta conceptual que defende que “a cultura popular” é aquela que é criada pelo povo e apoiada numa concepção do mundo toda específica e na tradição, mas em permanente elaboração mediante a redução ao seu contexto das tradições da “cultura erudita” porém mantendo a sua identidade.

⁸⁹ BRUNO, M. C. (1997) apud NEVES, K. R. F. (2003) . Programa Museológico e Museologia Aplicada. Lisboa: ULHT

2.3 – MUSEUS LOCAIS E ECOMUSEUS

O fenómeno dos Museus Locais pode ser entendido como um processo, localizado um pouco por todo o país, que caracteriza as instituições museológicas criadas desde meados dos anos 70 em Portugal. Fruto de iniciativas locais no âmbito de associações culturais de defesa do património ou das próprias autarquias, defendem uma nova perspectiva museológica assente na participação comunitária, na dinâmica do património e da memória e na inserção do museu no seio das diferentes comunidades como factor de desenvolvimento.

Para os museus locais a intervenção patrimonial é o meio indicado para atingir os objectivos que levam ao desenvolvimento dos contextos territoriais em que estão inseridos. Ou seja, a sua intervenção dirige-se para a área da valorização dos recursos locais, para a valorização patrimonial, para a valorização de aspectos culturais, para o apoio ao ensino, para o fomento do emprego e para a formação profissional.

Os museus locais têm por política estar voltados para as necessidades das comunidades, actuando como instrumento de difusão cultural e patrimonial de importância e impacto local, desempenhando assim um papel importante de desenvolvimento local.

Como refere António Nabais⁹⁰

“O Museu local ou regional deve ser visto numa perspectiva de dupla identidade: a identidade cultural (identidades) e a identidade das necessidades reais (problemas) da comunidade que serve directamente o museu.”

E, com afirma Kemnitz⁹¹,

“O aproveitamento do património tem essencialmente a ver com o papel que a instituição do museu assume. Actualmente, numa época de evolução contínua, a postura estática do museu como lugar apenas de preservação estudo e exposição das suas colecções em moldes tradicionais está de longe ultrapassada, assumindo o museu cada vez mais um papel mais dinâmico e interveniente em áreas tão diversas e simultaneamente tão interligadas como, nomeadamente, as áreas educacional, cultural e social.”

⁹⁰ NABAIS, A. (1998). ACTAS DO VII ENCONTRO NACIONAL DE MUSEOLOGIA E AUTARQUIAS – experiências e perspectivas. Seixal: Câmara Municipal do Seixal

⁹¹ Kemnitz, E.M. VII Encontro Nacional de Museologia e Autarquias

Mas, para que um Museu Local atinja os seus objectivos deve em primeiro lugar proceder ao diagnóstico da situação envolvente. Segundo o mesmo autor, os museus locais devem:

- *“efectuar um levantamento exaustivo de todos os trabalhos, estudos e instrumentos de planeamento com abrangência na área de influência do museu;*
- *proceder à análise dos referidos instrumentos no sentido de sintetizar os diagnósticos efectuados e de apurar, às diversas escalas, as estratégias de desenvolvimento existentes;*
- *desenvolver uma reflexão crítica sobre as diversas matérias apuradas;*
- *iniciar os estudos considerados necessários no sentido de actualizar os diagnósticos e/ou precisar/complementar as estratégias de desenvolvimento preexistente”.*⁹²

Findo este trabalho poderá então ser elaborada uma matriz SWOT (potencialidades, fraquezas, ameaças e oportunidades) e assim definir objectivos estratégicos de desenvolvimento. Isto porque o processo de desenvolvimento local tem de ser como “um facto por medida”, isto é, respeitando as especificidades de cada população ou comunidade, tendo em conta as vertentes fundamentais, que o autor considera ser:

- vertente económica -- promover os factores produtivos locais, para competirem no mercado;
- vertente sócio-cultural – desenvolver os valores e as instituições locais;
- vertente institucional – deve apoiar a promoção do desenvolvimento local.

Assim, Moreira⁹³ considera que a acção do museu local actua em dois domínios:

- **domínio Interno**, que é entendido como a acção museológica que visa, directamente a promoção do bem-estar, material e imaterial, da população da sua área de influência;
- **domínio Externo**, que é entendido como a acção museológica que visa, indirectamente (i.e.: através da captação de fluxos financeiros exógenos), a promoção do bem-estar material e imaterial da população.

⁹² MOREIRA, F. J. (1999) apud PRIMO J. (2000). A Importância dos Museus Locais em Portugal. Texto fornecido no âmbito Seminário do Mestrado em Museologia

⁹³ MOREIRA, F. J. (1999) apud PRIMO J. (2000). A Importância dos Museus Locais em Portugal. Texto fornecido no âmbito Seminário do Mestrado em Museologia

No caso do Domínio Interno identificam-se os seguintes vectores de intervenção:

- promover a identidade local através de estudos, exposições e/ou outras acções que colaborem para evidenciar aspectos relevantes da história local;
- promover a identidade territorial dos habitantes;
- promover os laços inter-pessoais no sentido de sedimentar a construção da ideia de comunidade;
- promover a integração do novos habitantes e/ou grupos marginalizados através da divulgação das bases identitárias dos locais de acolhimento, exploração e divulgação dos contornos culturais próprios e dos problemas específicos dos grupos carenciados de integração e, por fim, o fomento de acções concretas de carácter colectivo capazes de promover a cooperação inter-grupos em torno da resolução de problemas;
- promover um ambiente de dinamismo individual e colectivo;
- promover e viabilizar acções de formação na área de influência do museu e que se adequem às estratégias de desenvolvimento local e do museu;
- promover outras acções que estejam relacionadas com a intervenção do museu, a população e os problemas existentes na sua área de influência.

No âmbito do Domínio Externo, que se caracteriza por um conjunto de iniciativas a ser desenvolvido para o exterior da sua área de influência e/ou voltado para elementos de proveniência externa, procurando captar mais valias susceptíveis de estimular o desenvolvimento local, revela-se pertinente, de acordo com o autor supra citado, os cinco vectores abaixo relacionados:

- promover o potencial turístico local, através, por um lado, da concepção de um museu que desempenhe a função de pólo turístico e, por outro lado, concretizando acções específicas que busquem atingir esse objectivo;
- promover a visibilidade externa do local, através da divulgação das características patrimoniais;
- promover e valorizar os produtos locais de base tradicional; e
- promover os valores locais tendo por objectivo a educação patrimonial de turistas e visitantes, promovendo, assim, um turismo que se caracterize por ser responsável e comprometido com a sustentabilidade e a dinâmica de base local.

Fernando João Moreira, é da opinião que qualquer museu local que assume a sua função de servir as populações deve apostar na vertente interna de modo a:

- “- *promover a experiência colectiva;*
- *incentivar os processos de participação e reflexão;*

- *assumir a importância de todos os saberes, independentemente do seu carácter profissional ou científico;*
- *privilegiar os processos mais do que os produtos finais;*
- *que seja concebido e construído pela população, eventualmente com o suporte técnico de museólogos;*
- *seja gerido, por e para a população;*
- *seja avaliado não só em função de parâmetros económicos, mas também em termos da sua prestação no domínio social.*"⁹⁴

Para Alfredo Tinoco⁹⁵, os conceitos a debater são património, território e população, ou mais concretamente, a relação entre patrimónios, lugares privilegiados, territórios, saberes e memória colectiva. Para este autor a solução é o ecomuseu: sistema misto de empresa-museu, que compreende um museu e uma pequena empresa de tipo artesanal e em exploração, que produz objectos tradicionais e para contemporâneos, com forte conotação cultural; que é dotado de um centro de animação e de interpretação de produção; que valoriza as qualidades ambientais de um edifício e ou de um sítio; e, cujo objectivo fundamental é atingir o auto-financiamento completo do sistema.

Assim, a criação de ecomuseus, poderá facilitar a promoção do património etnográfico e natural do concelho. Os ecomuseus deveriam, por isso, ser instalados em localidades que ainda possuam uma forte tradição artesanal e deveriam não só conservar os instrumentos dos antigos ofícios, mas também o próprio saber fazer. Para tal deveriam possuir Ateliers de actividades que poderão ir desde o fabrico do pão até à tecelagem. Funcionando não só como um excelente instrumento pedagógico, mas também, como reanimadores de ancestrais usos e costumes, contribuindo para a viabilidade económica dos produtos aí fabricados. Assim, as culturas ditas tradicionais, podem surgir como recursos fundamentais no cruzamento da economia, do emprego e da cultura, como vista ao incremento de uma perspectiva desenvolvimento sustentado.

Os ecomuseus devem, por isso, permitir à comunidade local compreender a evolução no tempo e situar-se na continuidade histórica; contribuir para o desenvolvimento, potencializando o património na vertente económica, social e estética e fomentando a emergência de um turismo cultural.

⁹⁴ MORFIRA, F. J. (1999) apud PRIMO J. (2000). A Importância dos Museus Locais em Portugal. Texto fornecido no âmbito Seminário do Mestrado em Museologia.

⁹⁵ TINOCO, A. (2003) Retirado do Seminário do Mestrado de Museologia.

Mas, para que tudo isto funcione, com razão de ser, importa que o Museu cumpra com a função de INVESTIGAÇÃO, porque os objectos não falam por si só, e é necessário que museu e escola estejam em sintonia, de forma a fazer um levantamento da história local. Importa pois fazer um estudo aprofundado de tudo quanto possa auxiliar na constituição da mesma, recorrendo a documentos escritos, como monografias, registos paroquiais, censos, actas, imprensa local e à história oral.

Como refere Fernando Santos Pessoa⁹⁶ o ecomuseu destina-se em primeiro lugar à população e é importante especialmente nas regiões em que o prestígio das coisas urbanas tende a apagar a importância das culturas próprias e tradicionais. Assim, com os ecomuseus as populações reaprendem a amar o que é seu, a sua tradição, os seus conhecimentos seculares, a sua maneira peculiar de estar no mundo.

A palavra Ecomuseu só apareceu em 1971, por Hugues de Varine (sucessor de Georges Henri Riviére), para designar a concepção museológica evolutiva através da qual se revela a Natureza e a evolução do homem no território onde vive.

Riviére, considera que o ecomuseu não tem uma definição acabada, pois varia com a dinâmica que cada comunidade lhe dá. No entanto, considera que

“é um espelho onde a população se contempla para nele se reconhecer, onde procura a explicação do território a que está ligada, juntamente com as populações que a precederam na descontinuidade ou continuidade das gerações: um espelho que a população mostra aos seus hóspedes para que eles a compreendam melhor no respeito pelo seu trabalho, pelo seu comportamento, pela sua intimidade”⁹⁷

Podemos assim afirmar que um Museu Local tem como objectivos: levar aos diferentes sectores sociais do país, locais que constituem a expressão autêntica da história e da criatividade dos habitantes de uma região; ser um complemento do ensino formal, estimulando a organização de grupos sociais com o fim de promover o progresso económico e cultural das suas regiões; conseguir uma larga participação voluntária da população na protecção e salvaguarda do património cultural; modificar a relação tradicional público-museus para fazer destes um instrumento cultural eficaz e popular. Pois permitem a guarda e a transmissão de uma cultura que é de todos e para qual contribuiu a sabedoria de todos.

⁹⁶ PESSOA, F. S. (2001) Reflexões sobre Ecomuseologia. Porto: Edições Afrontamento.

⁹⁷ REVIÉRE, G. H. apud PESSOA, F. S. (2001). Reflexões sobre Ecomuseologia. Porto: Edições Afrontamento.

2.4 – HISTÓRIA LOCAL E EDUCAÇÃO

2.4.1 - O património Histórico e Cultural Local

Cada terra tem as suas histórias, que vão passando de geração em geração, aqui e ali acrescentadas nos pormenores pelo imaginário popular, intemporal e épico. E, as pedras estão lá para o provar, dizem, são vestígios de um passado muito antigo, ruínas de castelos, calçadas, pontes, igrejas ou conventos.

O homem é hoje tentado pelos valores da autenticidade e nada lhe é tão essencial como o diálogo com a harmonia das paisagens humanas e com a História.

Como refere Graça Filipe⁹⁸

“Em cada território se poderão encontrar elementos específicos, resultantes da história da sua ocupação humana através dos tempos, capazes de devidamente investigados e interpretados, constituir um núcleo aglutinador de uma ideia de identidade, capazes de evoluir em comunicação com as necessidades do desenvolvimento local.”

Para o efeito, segundo o professor José Mattoso⁹⁹,

“deve consciencializar-se de que a melhor forma para compreender a história duma determinada comunidade, é ele próprio adoptar uma postura vivencial do espaço da mesma, participando de preferência do seu quotidiano numa relação de Homem-meio-espaço onde habita (...)”

Porque, se há repositório cultural de acentuado cunho tradicional ele está de “alma e coração” na literatura de tradição oral. E, esta é um manancial de vivências e costumes que urge preservar para memória e engrandecimento dos vindouros, pelo que se torna necessário criar um lugar de encontro de quantos amam as coisas da sua terra. Convocar a memória de tradições e saberes, que constituem a herança mais significativa que se perpétua no povo, no intuito de avivar as marcas identitárias, que consideramos um acto de cidadania, afirmativo de um compromisso social e cultural cada vez mais urgente e necessário, nomeadamente com as gerações mais novas.

⁹⁸ FILIPE, M. G. S. (1994). ACTAS DO V ENCONTRO NACIONAL DE MUSEOLOGIA E AUTARQUIAS. – cadernos de Sociomuseologia. Lisboa: ULHT.

⁹⁹ MATTOSO, J. apud Nunes, G. M. Soares. (1994). A História Regional e Local – V Encontro Nacional de Autarquias e Museologia

Mas a preservação da identidade não poder ser realizada à custa de qualquer preço, nem ter como objectivo transformar a realidade a partir das reflexões sobre o passado.

Como afirma Santos¹⁰⁰

“A preservação tem sido realizada de forma saudosista, romântica e exótica (...) todo esse acervo preservado – monumentos, sítios arqueológicos e históricos, colecções expostas nos museus etc. é apresentado como a produção de um passado remoto, que não diz respeito à vida no momento presente. A utilização do referencial do passado, como embalsamento para uma reflexão crítica e entendimento do presente, explorando todo o seu potencial com o objectivo de provocar as mudanças necessárias, não tem sido uma prática utilizada.”

Ou seja, concordamos com Graça Nunes¹⁰¹, quando afirma que através de estudos de história regional e local utilizando a sua metodologia, o historiador local poderá estar apto para a resolução de alguns dos problemas da comunidade, ajudando-o na busca da sua identidade.

Até porque, não se pode esperar que a comunidade seja responsável pelo seu património se desconhece o seu conteúdo, o seu valor e a relação desse património com a sua história de vida no passado e no presente.

¹⁰⁰ SANTOS, M. C. T. M. (1996). *Processo Museológico e Educação*. Lisboa: ULHT.

¹⁰¹ Nunes, G. M. S. (1994). *A História Regional e Local*. V Encontro Nacional de Autarquias e Museologia.

2.4.2 - Educação e Cultura

A Educação¹⁰² é mais uma parte do processo de socialização, ou seja, um processo de transmissão de valores, normas, crenças e comportamentos. A Educação é um acto ou acção intencional, sistemática e metódica que o educador realiza sobre o educando para favorecer o desenvolvimento das qualidades morais, intelectuais ou físicas que toda a pessoa possui em estado potencial.

No entanto, como afirma Santos¹⁰³

“Não tem havido uma integração entre educação e cultura no sentido de realizar, através da prática pedagógica no quotidiano da escola, acções efectivas objectivando utilizar o património cultural como um referencial capaz de suscitar a criatividade, o questionamento, a reflexão e a busca de um novo fazer.”

Como sublinha Santos¹⁰⁴, tendo em conta que o Museu não tem como objectivo único a guarda e a conservação, mas também *“o uso do acervo preservado pela sociedade para que, através da memória preservada, seja entendida e modificada a realidade do presente”* a relação entre museu e educação é intrínseca.

Assim,

*“a própria concepção do museu é educativa, pois o seu objectivo maior será contribuir para o exercício da cidadania, colaborando para que o cidadão possa apropriar-se do seu património e preservá-lo.”*¹⁰⁵

¹⁰² “a palavra EDUCAÇÃO designa o processo global da sociedade, pelo qual as pessoas e os grupos sociais aprendem a assegurar conscientemente no seio da comunidade nacional e internacional e em benefício desta o desenvolvimento integral da sua personalidade, das suas capacidades, das suas atitudes, das suas aptidões e do seu saber(...)” Conferência Geral das Nações Unidas em 1974 – recomendação sobre Educação. E, também para Durkheim “A educação é a acção exercida pelas gerações adultas sobre aquelas que ainda não estão maduras para a vida social. Tem por objecto suscitar e desenvolver na criança um certo número de estados físicos, intelectuais e morais (...) em resumo, a educação é uma socialização”. In Durkheim, E. (2001). Educação e Sociologia. Edições 70. Lisboa.

¹⁰³ SANTOS, M. C. T. M. (1996). Processo Museológico e Educação. Lisboa: ULHT.

¹⁰⁴ *ibidem*

¹⁰⁵ SANTOS, M. C. T. M. (1996). Processo Museológico e Educação. Lisboa: ULHT

Importa pois,

“trabalhar a formação do professor para que este viesse a ser um “agente ativo”, no sentido de usar a memória preservada, testemunho da História, entendida como forma de existência social nos seus diversos aspectos – económico, político e cultural –, bem como o seu processo de transformação, contribuindo, deste modo, para a formação dos cidadãos.”¹⁰⁶

Assim devemos repensar os conteúdos programáticos das diversas disciplinas ministradas no ensino,

“procurando resgatar o acervo cultural dos estudantes e das comunidades onde as escolas estão inseridas, proporcionando a oportunidade para que o jovem, desde a sua formação, perceba o sentido da preservação e da identidade cultural.”¹⁰⁷

Acompanhando a transformação da sociedade, museu e escola deverão aceitar a transformação e até a alteração de estratégias de acção, actualizando-se nos novos contextos educacionais, novas conjunturas sociais e culturais. A escola e o museu são locais que reflectem a heterogeneidade social e cultural, são um meio educativo para uma cidadania consciente e tolerante, podendo, desta forma, contribuir para educar para uma maior tolerância e consciência global. Através das suas colecções os museus podem ajudar a ilustrar as grandes questões e cooperar com a escola, tornando-se num organismo científico e didáctico gerador de cultura.

É, por isso, importante levar a mensagem às escolas, aos mais jovens, às novas gerações. Só assim se transmitirá uma herança colectiva que solidifica a identidade, projecta o lugar no mundo e garante o futuro como povo e como nação. Um futuro, que se afirmará pelas marcas da história, dos mitos, enfim, da identidade cultural. Até porque, tendo em conta o primado da inter-acção museu-património, como refere Camacho¹⁰⁸ e, havendo uma colaboração entre museu e a escola, encarando ambas as instituições como centros de serviços, a abordagem deve ser pluridisciplinar e intervir sobre as memórias, contribuindo para o reconhecimento da identidade local.

¹⁰⁶ idem

¹⁰⁷ ibidem

¹⁰⁸ CAMACHO, C. V (1994). ACTAS DO V ENCONTRO NACIONAL DE MUSEOLOGIA E AUTARQUIAS. – cadernos de Sociomuseologia. Lisboa: ULHT.

Para Judite Primo¹⁰⁹ a educação no campo da museologia tem um papel importante, como ferramenta social, no processo de oposição à globalização da cultura e, por consequência, contra a progressiva perda de identidade. Pelo que importa levar a cabo uma acção educativa capaz de participar no desenvolvimento e exercício da cidadania, de forma a sermos capazes de lutar contra a aculturação das culturas locais e nacionais por valores e referências culturais externas.

Como em qualquer profissão, a existência de pessoal com formação e qualificação, é o primeiro passo a dar, para assim estes serem capazes de exercer a sua função com competência.

Como refere a autora,

“o museu é um espaço onde a experiência vivenciada oferece novas formas de percepção do mundo e oportunidades de reflexão e aquisição de conhecimentos de acordo com o interesse de cada indivíduo enquanto utilizador do museu”

e daí resulta a importante contribuição das instituições museológicas como espaços privilegiados de educação não formal.

Judite Primo¹¹⁰ considera que a educação patrimonial é

“um método activo, contínuo e permanente de ajudar os indivíduos (adultos e crianças) a aprenderem a conhecer o património através da experimentação, do diálogo, da informação e da discussão. A metodologia da educação patrimonial, baseada no diálogo, na indagação activa e na experimentação, visa facilitar a aprendizagem mútua que se desencadeia por meio das memórias e experiências compartilhadas, da herança patrimonial e do próprio património colectivo, facilitando a relação do indivíduo com o grupo e com o meio ambiente.”

Pelo que compete ao museólogo/educador trabalhar a partir das referências patrimoniais *“na perspectiva de uma educação comprometida com os valores da cidadania, da ética e de uma sociedade mais justa (...)”*, para que os elementos de determinada comunidade conheçam a sua realidade sócio-cultural, quer através da educação, do património ou da cultura.

¹⁰⁹ PRIMO, J. O Museólogo-Educador frente aos desafios Económicos e Sociais da Actualidade

¹¹⁰ PRIMO, J. O Museólogo-Educador frente aos desafios Económicos e Sociais da Actualidade

A educação patrimonial é uma ferramenta essencial na procura da identidade e inserção social, em todos os grupos sociais e etários e, ao encetar acções o museólogo/educador deve ajudar os utilizadores dos museus a realizarem uma leitura crítica do mundo que os rodeia e a ter um conhecimento mais profundo do seu património, das suas referências patrimoniais.

E, como salienta Ana Duarte¹¹¹, “a educação patrimonial é, sobretudo, aprender a saber ver, ou seja, saber escolher o que se quer ver, para por momentos, descobrir, falar sobre os objectos, os espaços e as pessoas”. É adquirir qualidade de percepção. Assim, uma visita deve ser feita sala por sala, de cada vez, ou por temas preparados antecipadamente pelo professor e pelo monitor. Em complemento à escola que ensina a ler, escrever e memorizar, os museus podem ensinar a observar e a ler um objecto, uma obra de arte, um monumento, uma cidade ou uma região.

Para Faria¹¹² a função social do Museu é o resultado de processos de transformação dos tecidos sociais e de condições de existência específicas. Isto é, o “*Museu é um espaço de conservação de objectos, que as elites culturais legitimaram como representativos de uma certa ordem, ou de um certo “regime de verdade” (...)*”.

Como afirma a autora, a função social dos museus era, na sua origem, campanhas de educação cívica da população com contornos de formação mais pessoal do que propriamente pedagógica. No início do século XIX um dos objectivos que estiveram na origem da fundação dos museus era o de educar e informar (...). Os museus eram entendidos como instituições abertas a todos os que não tinham tido oportunidade de adquirir conhecimentos sobre o mundo que os rodeia. Os museus eram fundamentalmente instituições educacionais. No momento em que o conceito de património cultural é incorporado numa concepção mais ampla, concebe-se o museu como podendo ser inserido em programas mais amplos de educação, confiando no poder da arte para humanizar e civilizar. Hoje o conceito chave é o de “formação para a cidadania”.

Pelo que é profícuo, para uma melhor definição e uma mais eficaz concretização da função social do museu, a construção de formas de cooperação entre a escola e o museu, que possibilitem a cada uma das instituições sair do seu próprio isolamento em relação ao mundo exterior, provocando mutuamente o corte com as suas resistências mais tradicionais.

¹¹¹ DUARTE, A. (1994). Educação Patrimonial, Guia para professores, educadores e monitores de museus e tempos livres. Porto: Texto Editora.

¹¹²FARIA, M. L. – Investigadora auxiliar do Instituto de Investigação Científica Tropical, Professora auxiliar da Universidade Católica Portuguesa. Conferência Internacional – A Cultura em Acção: impactos sociais e território. A Função Social dos Museus Porto, 25 e 27 de Outubro de 2001

Assim, também para esta autora os museus deverão entender a aprendizagem mais como um processo do que como um produto.

Segundo VILLAR¹¹³

“Todos os cidadãos e todas as instituições locais são solidariamente responsáveis pela educação de todos, jovens e adultos, num processo estrategicamente orientado para a expansão das potencialidades económicas, ecológicas e culturais do território e, conseqüente, para o aumento das condições de realização e felicidade dos seus habitantes, introduz-se a dialéctica do princípio segundo o qual o todo é superior à soma das partes. O que faz ampliar a dimensão da totalidade é a racionalização dos meios e a convergência intencional das sinergias locais.”

Porque assim,

“A Comunidade descobre as suas possibilidades e torna-as realizáveis através de um projecto educativo integral e integrador. Integral porque contemplará todas as dimensões do desenvolvimento pessoal e social, afectando a esse desenvolvimento todos os recursos existentes ou agenciáveis; integrador porque o projecto sendo sistematicamente participado, terá um efeito intencional de inclusão de todos os membros da comunidade.”¹¹⁴

De acordo com Faria¹¹⁵, entre as necessidades sociais que os museus podem colmatar, podemos apontar a necessidade de constituição, conservação de colecções que podem ser socialmente úteis, quer para cumprir com uma função identitária, pois as comunidades sentem necessidade de organizar elementos que ajudem a construir uma identidade local; quer para cumprir a função de sociabilidade, servindo de espaço de reactivação das sociabilidades perdidas, pois os museus podem servir o sentido social dos antigos adros, dos cafés, das praças, enquanto espaços de encontro e convívio; quer para cumprir a função de solidariedade e de inclusão multicultural, porque os indivíduos só são solidários quando entendem os outros e a informação sobre as diferentes culturas que compõem o tecido social que o museu serve e

¹¹³ VILLAR, M. B. C. (2001). A Cidade Educadora. Nova Perspectiva de Organização e Intervenção Municipal. Lisboa: Instituto Piaget

¹¹⁴ VILLAR, M. B. C. (2001). A Cidade Educadora. Nova Perspectiva de Organização e Intervenção Municipal. Lisboa: Instituto Piaget

¹¹⁵ FARIA, M. L. Investigadora auxiliar do Instituto de Investigação Científica Tropical, Professora auxiliar da Universidade Católica Portuguesa. Conferência Internacional – A Cultura em Acção: impactos sociais e território. A Função Social dos Museus. Porto, 25 e 27 de Outubro de 2001

a possibilidade de encontro dos diferentes grupos no espaço do museu é, simbolicamente, o reflexo de uma política mais global de inclusão que pode ter repercussões muito positivas em termos de atenuar de situações potencialmente anómicas; quer para cumprir a função de informação, pois a informação é um instrumento fundamental para o exercício da cidadania e os museus que definem a sua função social como primeira prioridade, preocupam-se em expor temas e não apenas colecções, isto é, onde os objectos servem para ilustrar histórias que tenham algum sentido para as pessoas; quer para cumprir a função de aquisição/transmissão de conhecimentos de modo crítico e de acordo com múltiplas leituras, porque o museu deverá responder às questões que existem no seu exterior dando às pessoas instrumentos para melhor as entenderem possibilitando que sejam mais interventivos, porque a visita ao museu deve ser sobretudo um processo de (re)contextualização.

E, no fundo, como refere a autora, citando Simon Knell e a sua obra intitulada “Museums and the Future of Collecting”¹¹⁶,

“a razão pela qual criamos colecções é porque os objectos retêm um aspecto multidimensional de uma forma que nenhum outro meio de recolha atinge. E, assim, os objectos devem ser recolhidos com um sentido de utilidades pública, participativa, nos seus aspectos mais dinâmicos e mais próximos da realidade plural dos indivíduos”

Para Santos¹¹⁷ a maioria dos nossos museus não está preparada para receber crianças, pelo que uma visita pode aproximar-se da verdadeira tortura. Contudo, com um mínimo de bom senso, uma visita a um muscu pode ser um programa aliciante e diferente do habitual. O que não quer dizer que uma ida ao museu no contexto escolar com uma recordação agradável seja suficiente para aí voltar sozinho.

Os especialistas estão de acordo com a vantagem de colocar a criança em contacto com a pintura, a escultura, as colecções dos museus, a literatura, o cinema, a música ou ao teatro.

Não devemos partir da premissa de que a arte é de difícil acesso para as crianças, mas sim ter consciência de que eles têm curiosidade e interesse naturais e uma necessidade física de estímulos – formas, cores, histórias – para a sua sensibilidade e imaginação. Qualquer criança contém em si apetência e um potencial gosto pela arte, da mesma forma que é um potencial criador.

¹¹⁶ idem

¹¹⁷ SANTOS, A. C. (2001). Expresso, 3 de Fevereiro

Como refere Elvira Leite¹¹⁸ nos museus e com um acompanhamento adequado,

“as crianças divertem-se, desenvolvem comportamentos, enriquecem a percepção visual, estimulam o imaginário e a narrativa... As crianças não têm as dificuldades de muitos adultos receosos, incrédulos, fechados e inflexíveis na relação com as obras de arte.”

O papel dos responsáveis é o de fazer a apresentação, promover o encontro, pô-los frente às obras e dar-lhes espaço para que as suas capacidades perceptivas, interpretativas e criativas funcionem e cumpram o seu papel, que é o prazer dos sentidos e da imaginação.

Uma visita ao museu só pode ser sentida pelas jovens como divertida e fonte de prazer. Se adoptar uma atitude demasiado solene, didáctica ou directiva, na ida ao museu, podemos ouvir uma reacção: Foge que está ali um museu.

Deve ser dada a oportunidade às crianças que falem que digam coisas sobre o que vêem, sem censura, que comentem sem medo as cores, as formas, os pormenores, que criem histórias a partir das imagens, interpretem as figuras à sua maneira, que riçam, que dêem opiniões, manifestem preferências e façam perguntas, que se sentem no chão a olhar para um quadro, que ponham a cabeça para baixo para ver um quadro de pernas para o ar, se lhes apeteecer. É fundamental deixar circular as crianças no espaço do museu, mesmo que isso contrarie o sentido cronológico da exposição ou implique saltos. É deixá-los voltar atrás, é fazer uma pausa ao primeiro sinal de fadiga, desinteresse ou saturação e ir até ao jardim do museu, voltar mais tarde e ver mais qualquer coisa. Porque mais vale ver pouco mas bem, com prazer, do que muito e nunca mais.

Assim, o professor deve servir de elo ou ponte entre o museu e os alunos, pelo que deve preparar a visita previamente para adaptar aquele aos objectivos propostos. Deve para o efeito conhecer os objectos que se expõem e a informação que sobre eles oferecem o museu, deve seleccioná-los e ordená-los, no intuito de abrir caminhos ao descobrimento que posteriormente os alunos poderão fazer.

E, antes da visita o professor deve favorecer a inter-comunicação sobre: o próprio processo de descobrimento; as relações entre os conhecimentos recém adquiridos e os pré-existentes; conclusões colectivas; conexões do tema estudado com situações actuais e ou de envolvimento próximo.

¹¹⁸ Leite, E. (2002) A Escola, o Museu de Arte Contemporânea e o Parque de Serralves. Porto: Habitarcs Serralves

Citando novamente a autora Elvira Leite¹¹⁹,

“A visita pode ajudá-las a relacionarem muitas coisas com arte, identificando-a com muitas das suas próprias experiências artísticas. A criança espontaneamente desenha e pinta por prazer e para exprimir, mesmo que inconscientemente, as suas emoções, as suas preocupações, o mundo que as envolve, o seu imaginário...”

Podemos pois afirmar que o encontro directo museu-escola é enriquecedor culturalmente, porque pode abrir possibilidades de pesquisa na descoberta de significações e de contextos, introduzindo a reflexão sobre a diversidade, multiculturalidade, individualidade, criatividade, abertura, flexibilidade e pensamento divergente.

Para fazer face a todas estas temáticas surgem, nos Museus, os Serviços Educativos, cujo papel é fundamentalmente tudo fazer para fornecer elementos de conhecimento ou estudo sobre as obras/mensagens expostas de uma forma atractiva e pedagógica.

¹¹⁹ idem

2.5 - TURISMO CULTURAL

Para muitos autarcas portugueses, a descoberta do turismo cultural¹²⁰, traz alguma esperança ao futuro das suas terras, ricas em património edificado e cultural, merecedoras de atenção e de visitantes, mas carentes, muitas vezes isoladas, que necessitam de encontrar um rumo capaz de fixar as gentes à terra onde nasceram.

Recentemente, toda uma corrente de pensamento conseguiu trazer ao centro das preocupações e das reflexões, a mãe natural, a terra, não como um mero conjunto de leis científicas ou mero campo a explorar até ao esgotamento, mas sobretudo como uma força omnipresente e uma seiva universal de que o indivíduo depende. Porque o indivíduo parece deixar de ser uma ilha isolada no mito da natureza, o centro das buscas da humanidade parece querer voltar-se para o próprio indivíduo.

Ao tratar este tema, o Professor Caldeira Pais¹²¹, esclareceu que:

*“em cada comunidade, a obra, vista pelo conteúdo, é objecto de cultura; vista pela forma, é objecto civilizacional. O património revela-se como o conjunto de coisas culturais que, no seu aspecto mais elevado, é espiritual. A colecção indivisível de significações e comportamentos comuns valorizados que a comunidade procura preservar e reproduzir para garantia da sua originalidade, o canto, o documento escrito, a ponte de pedra, a torre de ferro, o templo e a muralha. Numa sociedade de conhecimento como é a nossa, onde avultam as ideias, a informação campeia e a mobilidade acelera, o fenómeno social a que chamamos Turismo universalizou-se, realizando a mais fascinante experiência do humanismo dos nossos dias... Num mundo saturado de sinais de produtos inventados, inovadores, de cuja criação vem o artifício e cujo sucesso comercial muitas vezes mais não é que o resultado da infernal máquina do marketing, e o público cansou-se. O homem é hoje tentado pelos valores da autenticidade e nada lhe é tão essencial como o diálogo com a harmonia das paisagens humanas e com a História”.*¹²²

¹²⁰ In a Carta do Turismo Cultural, adoptada em Bruxelas, no Seminário Internacional sobre Turismo e Humanismo Contemporâneo (8 e 9 de Novembro de 1976) “Turismo Cultural é aquela forma de turismo que tem por objecto, entre outras, a descoberta dos monumentos e locais de interesse. Exerce nestes um efeito muito positivo, na medida em que contribui para a sua preservação e protecção e, pelos benefícios sócio-culturais e económicos. Tem também efeitos negativos, conspurcadores e destrutivos que a utilização maciça e descontrolada dos monumentos e locais de interesse acarreta”.

¹²¹ Textos extraídos da participação do Professor Caldeira Pais, no Fórum Turismo Cultural: Desafios e Oportunidades de Negócios, realizado na FIL - Parque das Nações, em Janeiro de 2000.

¹²² Idem

Aparecem, por isso, hoje em dia, uma nova gama de necessidades que os seres humanos procuram satisfazer nesta época pós-industrial. Essas necessidades já não são tanto as de viajar, as de circular, mas relacionam-se cada vez mais com o estacionar, com o descobrir atentamente o passado, com o fruir as coisas e sentir-lhes a alma, com praticar um Turismo de aprendizagem, um Turismo de comunicação, no fundo, com um contacto directo e de convivialidade com o património herdado, com os testemunhos das *“comunidades de origem, de existência e de destino, ou com o património alheio, fascinante exercício de análise ontológica e afectiva necessária à compreensão do mundo em que vivemos”*¹²³, afirma também o Professor Caldeira Pais.

São novas expectativas não só criadas pelas correntes de pensamento valorizadoras da espiritualidade do repouso intelectualmente activo, da curiosidade e do saber, da vivência concreta e do diálogo com os outros, mas igualmente proporcionadas pelo simples facto de inúmeras pessoas terem cada vez mais tempo disponível para isso tudo, numa palavra, para a cultura. Nenhum tempo histórico, conseguiu ao mesmo tempo roubar e devolver tanta disponibilidade a uma boa parcela de pessoas. Mas se isso é assim, “o necessário equilíbrio do objectivo do Turismo Cultural, depende da relação da população de acolhimento com o património, considerado como recurso económico: Pode-se não o amar e não o explorar, não o amar e explorá-lo e pode-se também amá-lo e explorá-lo, o que seria uma relação e uma transacção, um casamento perfeito. Pode então a cultura ver-se, sentir-se, tocar-se, desde que a união desenvolva a sua auto-estima. Bergson foi claro quando afirmou que

*“Se a consciência significa memória e antecipação, é porque a consciência é sinónimo de escolha. A chave da humanização da viagem é esse novo ser humano, autónomo, um homem que tomou consciência dos seus objectivos e dos seus móveis e que conhece as razões que o forçam a viajar. Um homem que aprendeu a relativizar a sua existência no confronto com outras culturas ou que, mercê de um percurso interior vivido, procura a fonte da sua própria identidade, emergindo, lúcido, na cultura em que se planeou e pretende explicar.”*¹²⁴

A modelização do Turismo Cultural não exclui os compromissos clássicos desse fenómeno, designadamente a oferta e a procura, mas, mais do que em outras áreas, a consertação entre as duas variáveis, caprichosa e circunstancial, tem de encontrar os mais adequados meios para os realizar. É, mais uma vez, a necessidade de tudo repensar, de

¹²³ idcm

¹²⁴ ibidem

desconstruir muitas ideias feitas para permitir o ressurgir de autênticos conceitos que permitam ao indivíduo tê-lo cada vez mais e, às comunidades “rentabilizar” correctamente o seu património, sem se perderem e sem o perderem.

É que, como explica o Professor Caldeira Pais, citando Daniel Boston:

“- Nada é turístico em si: Um lugar é turístico a partir de critérios que revelam representações e modelos culturais e ambientais;

- Estas representações não são fixas. Evoluem;

- A noção de procura está mitificada. Ela pode ser construída de maneiras diversas, a partir de premissas diferentes, consoante a perspectiva política. E isto porque, se a cultura constrói o pensamento e este manifesta a civilização criando, a obra vive a criação útil, a máquina, o tempo da sua liberdade. Ou seja, o tempo da relação de uma consciência com os seus actos. O humanismo do nosso tempo, perde a auréola dos valores universais que estabeleceram o prestígio do humanismo clássico, para procurar promover o homem ao protagonismo, à iniciativa, à responsabilidade do seu próprio desenvolvimento, como projecto e como praxe, caminho que o Turismo Cultural devassa, esclarece e institui.”¹²⁵

O Turismo é hoje, ao nível internacional, uma actividade em franco desenvolvimento. A manterem-se as tendências verificadas, o turismo deverá assumir-se neste início de milénio, como o maior sector de actividade mundial. Também ao nível nacional, o turismo é já uma das principais indústrias, constituindo-se como um dos sectores de maior relevância estratégica. Para além da enorme contribuição na criação de emprego, a actividade turística tem um efeito multiplicador em muitas outras actividades económicas com reflexos evidentes na correcção de assimetrias, na fixação das populações e na melhoria da sua qualidade de vida.

Ao nível local, grande parte das Autarquias têm levado a cabo acções de base determinantes para a melhoria da qualidade de vida das populações, designadamente através da criação de infra-estruturas, que constituem elementos essenciais para o desenvolvimento do turismo.

Importa, por isso, apostar na dinamização e promoção dos produtos turísticos do território em causa e dos seus agentes económicos.

¹²⁵ ibidem

A Cultura e o Lazer cada vez mais se revelam como actividades económicas em franco desenvolvimento, e a cultura artesanal e familiar são características que devemos expor e demonstrar.

Num primeiro momento, quando começou a ser divulgada, a expressão Turismo Cultural logo foi capaz de gerar novas práticas de turismo baseadas na existência e no interesse pelo património cultural, como alternativa ao Turismo de massas até então praticado. Actualmente esta designação refere-se especialmente aos produtos turísticos apresentados com base em bens e actividades culturais, elaboradas tematicamente e dirigidas, normalmente, a visitantes interessados e participativos.

É um novo conceito de turismo que implica, um novo ritual de viagem, um trabalho de preparação antes, durante e depois e uma consulta de conteúdos informativos de qualidade. A preocupação pelo Património, manifestada pelos Municípios e pelas freguesias e pelos organismos internacionais que sobre ele se debruçam com leis de preservação e conservação é uma forma avisada de fazer nascer um outro público e um novo produto turístico. As políticas de Património Cultural na identificação, quer das potencialidades, quer das fragilidades, devem assim actuar em sintonia com as políticas e as estratégias do Turismo Cultural.

Se a existência do Património Cultural é uma realidade - e no caso português a situação é de privilégio, pois o número de bens de património classificado ou não, ou museus nacionais ou locais, os bens artísticos do Estado ou da Igreja, a qualidade das artes e ofícios, é potencialmente enorme, comparado com qualquer país da Europa - a qualidade, a diversidade, a especificidade e a autenticidade são, realmente, uma das vantagens do Turismo Cultural Português.

Assim, constatada a existência de grande quantidade de bens patrimoniais, a actuação pragmática deverá consubstanciar-se numa estratégia que assente no planeamento e na realização de actividades turístico-culturais. Neste contexto, as prioridades da Cultura e do Turismo estribam-se na articulação de um plano de turismo cultural, acções estratégicas dos espaços e da sua fruição, uma linguagem coincidente capaz de processos dinâmicos para a valorização da cultura na prática do turismo.

Na verdade, na própria essência do produto turístico está ou deveria estar, cada vez mais um encontro cultural, como uma das mais nobres motivações para que as pessoas façam a "Viagem". E agora que se anuncia a Indústria Turística como sendo uma das que terá seguramente mais e melhor futuro no novo século XXI, são os numerosos inquéritos feitos a nível mundial aos turistas, a confirmar "o peso das motivações para a viagem: Monumentos, Obras de Arquitectos notáveis contemporâneos, novos Museus e Exposições, Espectáculos,

Artesanato, Gastronomia, Rotas de Vinhos, são elementos consistentes de atracção dos visitantes. No plano do turismo interno, as tradicionais “férias grandes” de sol e de praia estão a ser complementadas cada vez mais por períodos mais curtos de saídas de lazer com motivação cultural.”

O futuro do Turismo português irá necessariamente construir-se pela via dupla da preservação do Património e pela qualificação dos bens que o compõem e também pela via da correcta promoção cultural desse mesmo património. Trata-se duma relação biunívoca: se os bens culturais são factor de atracção turística estamos perante um capital que é necessário salvaguardar, gerir e potenciar.

Isto é tanto mais reconhecido hoje ao nível mundial que, a Organização Mundial do Turismo, reunida em Santiago do Chile, reafirmou como princípio norteador do Código Mundial de Ética do Turismo, o objectivo de conciliar o turismo como utilizador do Património Cultural, com o papel de veículo do enriquecimento desse património artístico, arqueológico e cultural, existente nas comunidades. E que é dever de quem usa hoje o Património duma qualquer comunidade, não só o respeito inteligente, a compreensão e a gratidão pelo encontro que esse Património proporciona com os outros, mas também contribuir para a sua preservação, valorização e transmissão a futuras gerações.

O Turismo com Cultura é, para muitos, uma das transmutações genéticas mais estimulantes para a economia portuguesa do novo século.

Por tudo isto, importa sobretudo: assegurar o diálogo e a coordenação entre as gerações, assegurar a promoção e organização de eventos de reconhecido interesse; promover directamente a organização de eventos tradicionais de interesse, no mesmo âmbito, estimular e apoiar a aprendizagem de tradições, usos e costumes; proceder à recolha de todo o material que, pela sua natureza, possa contribuir para a promoção, divulgação e preservação das tradições concelhias.

O artesanato, a gastronomia e as artes tradicionais são também componentes vitais para o desenvolvimento económico, para o turismo e para a salvaguarda dos nossos patrimónios. A cultura é um verdadeiro laço entre o passado e o futuro e um componente determinante da identidade dos povos.

O património, nas suas mais diversas formas de expressão, deverá ser objecto constante de pesquisa e de reflexão. E através dos circuitos da memória e de todos os mecanismos que deles derivam ou que lhe estão associados, que o podemos presentificar, usufruir e valorizar.

Na era da Globalização, da invasão progressiva de outras culturas, das viagens que desviam o interesse de muitos da riqueza do património regional, importa levar a cabo iniciativas que contrariem estes fenómenos que, pouco a pouco, podem levar os mais novos a desprezarem tal património.

Porque é dever de quem usa hoje o Património duma qualquer comunidade, não só o respeito inteligente, a compreensão e a gratidão pelo encontro que esse Património proporciona com os outros, mas também contribuir para a sua preservação, valorização e transmissão a futuras gerações.

3 – A ANIMAÇÃO SÓCIO-CULTURAL COMO MÉTODO

3.1 – CONTEXTUALIZAÇÃO, CONCEITOS E MODALIDADES

A palavra animação significa, etimologicamente, acto ou efeito de animar, dar vida, infundir ânimo, valor e energia. É actuar sobre algo, ou também, incitar e motivar para a acção, é um processo relacional, uma maneira de «actuar» em sociedade. Esta dupla dimensão semântica que acentua a perspectiva «dar vida» ou «por relação», complementam-se com a prática. Tem origem na palavra latina *anima*, que significa princípio vital, sopro, alma, segundo Jacinto Jardim.¹²⁶

Perante esta definição não podemos deixar de pensar que a animação é algo dinâmico, algo activo, algo que tem de ser encarado como um processo, que potencia o modo como as pessoas ou os grupos olham e se inscrevem na realidade.

Hoje em dia, fala-se muito de animação e, por vezes, em sentidos bastante diferentes: animação cultural, social, animação de bairro, animação desportiva, animação turística, animação de adultos e ou de comunidades, etc.

O desenvolvimento da sociedade é cada vez mais o resultado de cálculo, de programas e de planos. A animação é assim, simultaneamente, educação para a adaptação a novas condições e para a compreensão do projecto colectivo e é aprendizagem para a integração activa ou para a contestação construtiva. A Animação é então uma democratização vivida e uma participação consciente para exercer um papel activo no devir comunitário, social, económico, político e cultural.

3.1.1 - CONTEXTUALIZAÇÃO

A animação sócio-cultural surgiu em Espanha nos anos 60 e prosseguiu pela Europa, especialmente em França, onde as acções/actuações do tipo social se tinham estendido e desenvolvido com força e êxito notável.

Assim, a animação sócio-cultural surge dos movimentos da educação popular. Estes colectivos de educação popular nasceram como uma espécie de ruptura traumática entre as mensagens da escola convencionalmente tradicional e os princípios de pedagogia moderna que prolonga a actividade didáctica, a socialização, a personificação e os ritmos individuais de aprendizagem, a dinâmica de grupos e a participação de modelos de investigação nas aulas.

¹²⁶ JARDIM, J. (2002). *O Método da Animação*. Porto: AVE.

Na sequência, a animação aparece como um movimento social de reivindicação cultural, lutando para que se reduzam as desigualdades baseadas nas diferenças sociais/económicas e que com frequência a escola perpétua de um modo crítico.

Ou seja, a Animação, como referem vários autores¹²⁷

"Surgiu para nomear uma forma de promover actividades destinadas a preencher criativamente o tempo livre, a combater a despersonalização verificada nos grandes centros urbanos, a facilitar a comunicação interpessoal mediante a criação de espaços e momentos de encontro, a promover formas de educação permanente, e a criar as condições para a expressão, a iniciativa e a criatividade".

Podemos assim dizer que a animação surge como resposta a novas condições sociais das pessoas e dos grupos que nos quadros das novas dinâmicas sociais mudaram de paradigmas. Porque os novos valores e formas de organização da sociedade provocaram novos encontros ou desencontros com a realidade para os quais os indivíduos e os grupos não estão apetrechados. Pelo que a animação procura dar resposta à desorganização quer do ponto de vista individual quer colectivo que o isolamento provoca.

Inicialmente este método centrava-se na ocupação divertida do tempo, actualmente procura colaborar na tarefa de promoção do desenvolvimento integral da pessoa, pelo que se consideram prioritárias as actividades de gestão pessoal e cultural. Há, assim, uma mudança fundamental que vai da ocupação do tempo, de uma forma divertida, à promoção do desenvolvimento integral do indivíduo integrado na sociedade em que vive e interagindo com o conjunto das instituições.

3.1.2 - CONCEITOS

Desde o seu nascimento que a Animação é uma forma de intervenção sócio-pedagógica de promoção cultural ou de acção social e, que procura fazer com que as pessoas se situem como agentes activos da sua própria formação.

O autor Maillo¹²⁸ fala-nos da Animação, no campo sócio-cultural e define-a como

“uma série de actividades encaminhadas a alertar, a colocar em marcha a possibilidade dos indivíduos estabelecerem elos de relacionamento fecundando o desenvolvimento de potencialidades a todo o nível”.

Também Ander-Egg¹²⁹ propõe a animação sócio-cultural como

“uma tecnologia social, baseando-se em pedagogia participativa, e tendo como finalidade actuar nos diferentes âmbitos de qualidade de vida, promovendo, estimulando e canalizando a participação dos indivíduos para o sucesso do desenvolvimento sócio-cultural”.

Da mesma forma Riva¹³⁰ entende a Animação Sócio Cultural como

“um instrumento e um processo metodológico, conjunto de métodos e técnicas, para dinamização, a participação de grupos e sectores sociais, o seu protagonismo no desenvolvimento social e cultural da comunidade.”

A Animação propõe estratégias inventivas e não princípios rígidos e programados semelhantes a narrativas e tecnologias totalizadoras, mas fomenta o diálogo como elemento de dinâmica social. Procurando responder a problemas e necessidades vividas pelos indivíduos e pelos grupos.

À Animação Sócio-Cultural caberá potencializar novas formas de vida e de subjectividades que traduzam vontades expressas que por sua vez constituem o corpo de um projecto. Este supõe continuidade e organização, objectivos que se definem e fixam no tempo e no espaço, adoptando metodologias de trabalho adequadas com controlo dos resultados obtidos visando a introdução de correcções consideradas necessárias.

¹²⁷ Ander-Egg, E. (s/d). O Léxico do Animador. Galiza: Portugaliza Editora.

¹²⁸ MAILLO, A. (1979). Un método de cambio Social. Madrid: Narcea.

¹²⁹ Ander-Egg, E. (1989) Metodología y practica de la Animación Sociocultural. MADRID: ICSA.

A Animação Sócio-Cultural, desde o primeiro momento, aparece como uma forma de educação. Foi uma proposta educativa com as seguintes características:

- é parassistemática: as actividades e funções da formação desenvolvem-se, geralmente, fora das instituições educativas, de forma mais aberta e relacionadas com questões vitais dos próprios participantes;
- tem um carácter promocional e reivindicativo dos sectores sociais menos favorecidos;
- não se preocupa somente com a transmissão de conhecimentos mas também com a compreensão dos fenómenos sócio-culturais;
- o educando deve ser um sujeito activo que a partir da sua própria experiência e do seu próprio mundo cognitivo, desenvolve as suas potencialidades, quer as actividades se realizem a nível individual, grupal ou comunitários. Uma característica básica é a que se apoia na iniciativa e supõe a preparação de pessoas que assumam e participem no seu desenvolvimento pessoal.

Como explica Enckvort¹³¹, tanto na sua forma francesa de “Animation Socioculturelle”, como na sua forma inglesa de “Community Development”, após a 2ª Guerra Mundial,

“a Animação foi uma reacção ao fracasso das actividades culturais e educativas do século passado... A Instrução Popular, A Educação Popular, a Assistência Social... todas elas partiam excessivamente de um modelo de transferência paternalista”.

Com a Animação Sócio-Cultural procuram organizar-se as actividades educativas e culturais com uma maior participação das pessoas e como um meio de promoção/emancipação da mesma. A emergência de métodos de educação activa, todavia parciais e limitados no seu uso no quadro da educação formal, constitui uma das características básicas da metodologia e prática da Animação.

Mas não são só os problemas derivados da cidade que se devem considerar no aparecimento da Animação como prática de intervenção social, também são importantes as consequências da revolução industrial, especialmente a despersonalização na sociedade tecnoburocrática de consumo dirigido. Neste aspecto, talvez seja o aumento de tempo livre, cujo

¹³⁰ RIVA, J. (1989) apud Ander-Egg, E. (1989) Metodología y practica de la Animación Sociocultural. MADRID: ICSA.

¹³¹ Enckvort, apud Ander-Egg, E. (s/d). O Léxico do Animador. Galiza: Portugaliza Editora.

incremento permitiu a tecnologia moderna, o factor mais decisivo no aparecimento da Animação Sócio-Cultural.

Até nos países ricos, o desenvolvimento económico não permitiu eliminar as bolsas de pobreza e marginalidade que existem num contexto de riqueza, consumismo e desperdício. A esta desigualdade - um tanto alheia às preocupações e possibilidades de acção por parte da Animação - aparece outro problema similar: o fosso cultural existente entre os diversos sectores sociais de uma mesma sociedade. A tudo isto devemos anexar um problema de clara e directa incidência no processo cultural: os efeitos das indústrias culturais, não só na configuração da mentalidade dos indivíduos, mas também na interiorização de valores e perda de identidade cultural. Tal facto encobre a realidade e as suas formas de dominação ideológica e cultural.

Todos estes problemas estão presentes no nascimento da Animação Sócio-Cultural. Segundo a formação profissional, a perspectiva ideológica ou preocupações políticas, enfatiza-se a significação de um ou outro destes problemas, daí resultando programas diferentes: uns mais sociais, centrados na acção comunitária, outros mais educativos, configurando uma mescla de problemas que concernem a Educação de Adultos e a Educação Permanente. Os mais politizados centram-se no referente chamado ideológico/cultural, em relação ao qual têm significado as indústrias culturais como forma ou meio de dominação ideológica e cultural. Podemos, assim, resumir os problemas, em cinco grandes questões:

- aumento de tempo livre;
- necessidade de Educação Permanente;
- a distância cultural existente entre diferentes grupos sociais;
- as indústrias culturais e o seu impacto na vida cultural;
- a situação de desenraizamento nas grandes cidades.

Muitos foram aqueles que se dedicaram a estudar o fenómeno e a metodologia, sublinhamos aqui algumas das definições/conceitos criados e publicados¹³²

“Animar é dar vida... É suscitar ou activar um processo vital pelo qual um sujeito ou grupo se afirma e se põe em marcha. É uma forma de insuflar e revelar um dinamismo que é à vez biológico e espiritual, individual e social. Nunca se recordará o suficiente que a animação é uma acção que passa necessariamente pelo interior do ser, por conseguinte, pelo interior de uma liberdade”

Henry Thery

¹³² Ander-Egg, E. (s/d). O Léxico do Animador. Portugaliza Editora. Galiza.

“a animação sócio-cultural considera-se como uma acção que tende a criar o dinamismo social ali donde não existe, ou bem favorecer a acção cultural comunitária, orientando as suas actividades fazendo o intercâmbio social.”

A del valle

“a animação pode definir-se como um estímulo mental, físico e emotivo que, num sector determinado, incita a gente a iniciar uma gama de experiências que as permite expandir-se e expressar a sua personalidade e desenvolver nelas o sentimento de pertencer a uma comunidade sobre a qual podem exercer certa influência”

Fundação para o desenvolvimento cultural

“a animação sócio-cultural é um conjunto de práticas sociais que têm como finalidade estimular a iniciativa e a participação das comunidades no processo do seu próprio desenvolvimento e na dinâmica global da vida sócio-política em que estão integradas.”

Unesco

“o distintivo da animação sócio-cultural não é “que fazer” mas sim “como o fazer”, e a sua tarefa é situar-se mesmo no centro da realidade e mobilizar as energias da comunidade, de forma a que de espectador passivo se converta em protagonista. Daí que as palavras-chave da animação sejam: animar, mover, suscitar.

Pilar crespo

“a animação sócio-cultural distingue-se menos pelas suas actividades específicas que pela maneira de praticá-las. A diversidade dos “suportes” da animação é, de facto, extraordinária: museus, serviços sociais, emissões de rádio ou de TV, urbanização, teatros, protecção do meio ambiente, lugares juvenis, bibliotecas, etc. Nenhuma actividade parece excluir-se à priori...

uma política de animação não se manifesta à priori em actividades particulares mas sim na maneira de levar a cabo uma actividade qualquer. A animação, é mais uma atitude que uma acção específica; uma maneira de trabalhar mais o conteúdo da acção. Uma mesma actividade pode estar ou não orientada para a animação e uma mesma preocupação pela animação pode manifestar-se em actividades múltiplas.”

F. Grosjean y . Ingberg

3.1.3 - MODALIDADES

O marco de referência proposto requer, para ser completo, uma radiografia sintáctica que nos ajude a desenvolver as constantes subjacentes às definições de animação que se deram. Com ele tentaremos extrair, mais que uma definição das definições, um esquema paradigmático desde que possamos abordá-las sistematicamente. Neste sentido, podemos reduzir a três os elementos gramaticais básicos do fenómeno animação.

- 1 - Um sujeito: o animador, como provocador ou possibilitador;
- 2 - Uma acção: elemento dinâmico de transformação ou troca (movimento);
- 3 - Um destinatário: o grupo ou comunidade sobre o qual recai a dita acção.

E assim, a animação implica uma acção suscitada por um animador que incide num grupo. Junto a estas constantes encontramos uma série de variáveis que vêm dadas por:

- * o tipo de animador;
- * as diferentes acções que se efectuam;
- * os distintos destinatários;
- * a determinada intencionalidade das acções.

Agora podemos articular melhor os elementos básicos da animação: uma acção específica, suscitada por um tipo de animador que incide num grupo concreto, com uma determinada intencionalidade.

Assim, a animação pode acentuar instintivamente o cultural, o social ou o educativo, sendo estes os três âmbitos básicos da manifestação da animação. Efectivamente, o Cultural, a Sociedade e a Educação, constituem os três contextos à luz dos quais o Conselho da Europa analisa o surgimento da animação. Estes contextos determinam as suas correspondentes modalidades de animação tendo em conta, finalmente, que é a atenção equilibrada destes três âmbitos intencionais o que confere à animação o seu verdadeiro relevo. Com efeito, se analisarmos os elementos básicos das definições já citadas, comprovamos que nelas aparecem aspectos educativos, culturais e sociais.

Concluindo, podemos falar de três modalidades básicas de animação, de acordo com o quadro que a seguir se apresenta.

MODALIDADES DA ANIMAÇÃO SÓCIO-CULTURAL

QUADRO 1

MODALIDADE	CHAVE	METODOLOGIA	CAMPO DE ACTUAÇÃO
<u>CULTURAL</u>	Criatividade Artes Expressão Ócio Apresentação	Centrada na actividade	Casas e Centros Culturais Polivalentes Escolas Artísticas
<u>SOCIAL</u>	Participação Transformação Dinamismo Mobilização Social Integração	Centrada no grupo ou comunidade	Associações Colectividades Centros Cívicos Centros de Acção Social
<u>EDUCATIVA</u>	Desenvolvimento Responsabilidade Consciencialização Sensibilização Motivação	Centrada na pessoa	Universidades Centros Ocupacionais Actividades Extra- escolares

Quadro 1

Fonte: Ander Egg, E. (S/I) O Léxico do Animador. Portugaliza Editora. Galiza

3.2 - O PAPEL DO ANIMADOR

O animador é como um catalisador que ajuda os membros do grupo a tomar consciência do seu valor, das suas potencialidades e a desenvolvê-las. É um criador que dá uma alma e um sentido ao grupo, que sublinha motivações comuns e que confere um horizonte de objectivos e os ajuda a encontrar os meios para os atingir.

O animador deve pois ser, mais do que um mediador de conhecimentos, um organizador de saberes e um facilitador da aprendizagem. Isto é, a sua missão é ajudar os indivíduos a manifestarem-se e a suscitar-lhes as potencialidades escondidas.

A este agente é solicitado que questione, agite mentes, desperte o entendimento crítico da realidade envolvente, em suma faça pensar as pessoas. É a ele que compete dar um passo em frente, mas sempre a partir das etapas percorridas pelo grupo, pela comunidade.

É consensual que o animador assume um papel fulcral, no processo da animação, porque terá de ser capaz de estimular a participação activa dos indivíduos e instigar um maior dinamismo sócio-cultural, tanto a nível individual como colectivo. Dever ser um catalisador que desencadeie e anime processos, cujo protagonismo deve corresponder a iniciativas próprias das pessoas.

Ao animador compete proporcionar assessoria técnica, organizar e conduzir as suas actividades para que o grupo de intervenção possa encontrar as respostas às necessidades ou problemas sentidos. Compete-lhe ainda contribuir para o aumento de autonomia e protagonismo dos indivíduos envolvidos, animar, vitalizar e dinamizar as energias e potencialidades existentes.

E, como a animação tem um campo de intervenção muito vasto, podemos encontrar animadores muito diversificados. Como, por exemplo, animadores sociais, culturais, desportivos, educativos, comunitários, infantis, juvenis, turísticos, etc.

O estatuto do animador está em constante desenvolvimento, mas para Gervilha¹³³

“O Animador será sempre o sujeito ou a pessoa cuja função consiste em impulsionar, desenvolver, animar, criar mais vida no bairro, na fábrica, no desporto, em qualquer comunidade ou colectivo humano.”

¹³³ Gervilha, E. (1992) apud Badesa, S. M. (1995). Perfil del Animador Sociocultural. Madrid: Narcea, S.A de Ediciones.

Também Quintana¹³⁴ considera que o animador

“...deve possuir um apurado sentido de contactos humanos, capacidade para mandar sem dirigir, alta resistência à frustração, dinamismo, responsabilidade, entrega, compreensão, capacidade de comunicação e espírito democrático.”

Assim, face ao exposto, podemos considerar que o animador deve:

-> ter uma mente clara, imaginação e criatividade, que lhe permita ver com clareza as possibilidades e surpreender constantemente;

-> ter os olhos em alerta, perspicazes e críticos, de forma a conseguir ver cada elemento individualmente e a todos no grupo;

-> ter os ouvidos receptivos, para ouvir o que é dito e, principalmente, o que não é dito;

-> ter olfacto para detectar situações de risco, apercebendo-se dos problemas ainda antes de eles se concretizarem;

-> estar sempre pronto para por mãos à obra nas dificuldades, seja elas humanas, financeiras ou logísticas e, apontar alternativas para contornar os problemas;

-> saber utilizar adequadamente as ferramentas de que dispõe e tirar delas o melhor partido;

-> ter preparação técnica, metodológica e ideológica, para melhor cumprir com as tarefas e objectivos propostos;

-> ser entusiasta, dinâmico, optimista, realista cordial, maturo, forte, carismático e convicto.

Mas é inevitável e obrigatório que o animador possua também um conjunto de competências e, Paulo da Trindade Ferreira¹³⁵ propõe as seguintes:

* O saber, capacidade para investigar e seleccionar os conhecimentos gerais e específicos necessários à actividade de animador;

* O saber-fazer, capacidade para aplicar na prática as técnicas e os saberes adquiridos;

* O saber-ser, capacidade para assumir a globalidade do que se é a nível biológico e psicológico.

¹³⁴ Quintana, J. M. (1985) apud Besnard, P. (1986). *Animateur Socioculturel, fonctions, formation, profession*. Paris: Les Editions ESSE.

¹³⁵ Ferreira, P. T. (1999). *Guia do animador – animar uma actividade*. Porto: Multinova.

* o saber-relacionar-se, capacidade para saber sentir os outros;

* o saber-aprender, capacidade para actualizar continuamente os saberes adquiridos, tendo em conta a rapidez da sua evolução e a limitação do seu prazo de validade;

* o saber-fazer-aprender, capacidade para estimular os outros pelo gosto da investigação, análise e sentido crítico, com vista ao desenvolvimento gradual da sua autonomia.

Este autor¹³⁶ salienta ainda as funções do Animador, considerando que compete ao animador a função de produção, isto é, de definir objectivos e preparar actividades para os alcançar e ajudar no seu desenvolvimento; a função de facilitação, ou seja, criar as condições necessárias para a participação de todos no projecto a desenvolver; a função de regulação, ou melhor, de mediador no seio do grupo; e ainda funções ao nível do grupo, isto porque, é ele o animador do mesmo. O animador não está a trabalhar para as pessoas, mas com as pessoas, pelo que será ele também o espelho do grupo.

¹³⁶ Ferreira, P. T. (1999). Guia do animador – animar uma actividade”. Porto: Multinova.

3.3 - A EDUCAÇÃO PERMANENTE

De forma menos tangível, mas não menos decisiva, está subjacente, toda a problemática da Educação Permanente. Como proporcionar estímulos e motivações às pessoas para que estejam decididas e sensibilizadas para a necessidade de renovação? A educação sistemática proporciona conhecimentos e capacitação profissional, mas como atender a essa nova dimensão da educação que é a preparação para viver numa sociedade em contínua mutação social e cultural?

As revoluções científicas e tecnológicas durante o século XX sucederam-se umas às outras, exigindo das populações uma preparação para a vida que responda às necessidades do momento e, ainda, uma quantidade crescente de trabalhadores altamente qualificados. Por outro lado, a população participa cada vez mais activamente na vida social e política, daí que um novo sentido das responsabilidades suponha uma formação e educação. As transformações tecnológicas e sociais provocam no indivíduo um sentimento de insegurança pelo que suscitam a necessidade de compreensão dessas transformações e de adaptação a um novo mundo, bem como novas soluções para os problemas da existência individual e social. A evolução das técnicas e a mobilidade profissional, o conhecimento que rapidamente se torna obsoleto, fazem caducar a distinção cronológica entre o tempo de aprendizagem e o tempo de trabalho. Nasce assim a ideia de uma educação continuada no tempo, de uma Educação Permanente. Fala-se assim de uma crise e inadequação dos valores perpetuados pelo sistema de ensino às exigências das sociedades contemporâneas.

A educação permanente é uma invenção das sociedades modernas, sob termos diversos e que podem abranger realidades diferentes (reciclagem, promoção, reconversão, aperfeiçoamento), aparece no período pós-industrial. É a primeira condição de desenvolvimento social e deseja-se que desapareça a oposição entre uma educação para as massas e outra para uma elite. A educação tende a ser um instrumento de aceleração do progresso técnico: neste sentido, ela torna-se atraente para os adultos porque se articula com a afirmação do próprio adulto, o seu trabalho, promoção e ascensão social, um diploma e melhoramento do ordenado. Assim a educação torna-se um factor essencial do desenvolvimento económico.

A formação permanente, entendida de maneira profissionalizante, encontra-se incluída na missão global do ensino: de estar aberto aos antigos estudantes, às pessoas que não tiveram possibilidades de prosseguir os estudos, para que lhes seja permitido melhorar as suas hipóteses de promoção ou mudar a sua actividade profissional. Todos estes aspectos

contribuíram para uma crescente pedagogização da sociedade, para uma inflação pedagógica, explicável não apenas pelo aumento de conhecimentos ou pelo papel social da educação, mas pela relação directa com um projecto político de gestão social. A própria pedagogização crescente revela-se não só no aumento da pedagogia escolar, mas também na introdução da relação pedagógica nas funções e papéis que lhe escapavam e nas transformações das relações sociais que tendem a organizar-se em relações pedagógicas.

Hoje falamos da omnipresença da educação. Exige-se que esta dê respostas adequadas às necessidades globais do desenvolvimento económico e cultural. O critério do desempenho é o critério fundamental e a educação já não pretende formar indivíduos para levar a Nação à sua verdade, mas formar competências capazes de conduzir o bom desempenho da dinâmica institucional. O saber é agora produzido para ser vendido e será consumido para ser valorizado numa nova produção: nos dois casos para ser trocado.

A Educação Permanente contribui assim para fornecer ao sistema social as competências correspondentes às suas exigências próprias, que são a de manter a coesão interna. A educação é agora solicitada a formar competências e não ideais. No quadro da melhoria das performances do sistema, temos a ideia da reciclagem permanente. O princípio do desempenho tem como consequência global a subordinação das instituições de ensino aos poderes constituídos.

Assim, o Conceito de Educação Permanente é fundamental na nossa sociedade. E, introduz dois novos significados:

- o direito de formação;
- as novas possibilidades de desenvolvimento pessoal que procedem da alternância escola-trabalho.

Actualmente preconiza-se uma educação específica segundo a idade, mas coexistente com a vida. Numa época em que a ciência e a tecnologia avançam aceleradamente é necessário que o homem aprenda a reavivar os seus conhecimentos.

Assim, os elementos que lhe dão expressão são: o espaço, o tempo, a vectoridade e o controlo.

O espaço é uma área de inovação relativa ao sujeito de educação: todos são sujeitos a educação permanente. O tempo abre as perspectivas de educação do indivíduo até à sua morte e não só na idade infanto-juvenil. A vectoridade compreende a finalidade a que se dirige o sistema educativo, à dinâmica de desenvolvimento dos processos educativos e o movimento que conduz à transformação. O controlo permanente do processo de actuação deve ser

efectuado pelo mesmo sujeito da educação e nunca pelas instâncias administrativas e hierárquicas.

Analisando estes elementos, Sanctis¹³⁷ avançou com uma definição operativa de educação permanente:

“Educação Permanente é a ideia-guia para a realização de um sistema educativo contínuo e coerente, aberto a todos e para toda a vida. E, um sistema de educação permanente organiza todas as sedes educativas, directas ou indirectas, e controla os agentes educativos da existência educativa.”

A Educação Permanente é considerada como um dos rasgos que definem acertadamente o panorama educativo actual. A existência do indivíduo é um processo que nunca acaba. O seu carácter incompleto condiciona o aprender constantemente para viver e sobreviver. De referir que foi uma ideia que nasceu entre os especialistas e animadores da educação de adultos e que nasceu nos meios externos ao sistema escolar e universitário tradicional. Por isso, é uma educação integral e para todos, tendo, no entanto, em conta as diferentes capacidades segundo a sua idade, com o objectivo de defender o indivíduo como uma totalidade que é progresso constante, que é disponibilidade, que é liberdade, que é social e cooperante.

Para Ventosa¹³⁸ a Animação Sócio-Cultural representa basicamente a fase motivacional do programa educativo de adultos que conjuntamente com a instrução ou capacitação, assim como com a produção ou difusão, tende a conseguir a implicação activa do ser humano na sociedade.

Para Valle¹³⁹

“(…) o papel da animação na Educação de Adultos é o de tornar possível e facilitar a comunicação para cada membro de um grupo ou de uma comunidade possa “aportar” aos demais a sua experiência com vista a transformar a realidade que cria dependência e opressão, inclusive no plano cultural”.

¹³⁷ SANCTIS (1989) apud Ander-Egg (s/d). O Lléxico do Animador. Galiza: Portugaliza Editora.

¹³⁸ VENTOSA, J. (1989) apud Ander-Egg, E. (1989) Metodologia y practica de la Animación Sociocultural. MADRID: ICSA.

¹³⁹ VALLE apud QUINTANA, J.M (1986) Fundamentos da Animação Sócio-Cultural. Madrid: NARCEA.

Enquanto Quintana¹⁴⁰ aprecia a conexão existente entre a Educação de Adultos e a Animação Sócio-Cultural, que na sua perspectiva são duas actividades que podem e devem andar juntas. A Animação Sócio-Cultural é um modo frequente e muito apropriado de fazer educação de adultos.

Os avanços tecnológicos, os novos meios de comunicação e das mudanças constantes na nossa sociedade, tornam insuficientes as aprendizagens escolares. Muitos autores afirmam que o conceito de sociedade educativa é paralelo ao de Educação Permanente.

A educação começa na Escola e na Família, mas também acontece nas bibliotecas e nos museus, nas associações, na rua, no cinema, a ver televisão, nas tertúlias, nos jogos, etc. Hoje em dia o conceito de educação não compreende só processos sistemáticos e institucionalizados de transmissão de conhecimentos ou valores, como aqueles que são ministrados nas escolas.

Surge assim a educação informal, que se caracteriza: por se promover sem uma mediação pedagógica explícita; por ter lugar espontaneamente a partir das relações do indivíduo com o seu meio ambiente: social, cultural e ecológico; por não ser metódica, estruturada, consciente ou intencional; por não se realizar a partir da definição prévia de objectivos ou finalidades pedagógicas; ou seja, por produzir efeitos educativos indiferenciados ou sem ser em específicos.

Razão pela qual se considera que tentar classificar os meios e situações potenciadoras de educação informal seria como classificar uma vida inteira, porque se podem considerar actividades de educação informal: os meios de comunicação, as relações de amizade e amor, o ambiente urbano e natural, o turismo e viagens, os produtos de arte, as exposições e os museus, a literatura e os livros cómicos, os costumes e as tradições, o jogo, a moda, a família, a conversa, a política, o comércio, os ritos e mitos, os espectáculos, os centros recreativos e culturais, as festas, etc.

Para a UNESCO¹⁴¹ a Educação Permanente é um conceito global e multidimensional. Compreende a fase inicial de aprendizagem mas também a que tem lugar no trabalho e inclusive durante a reforma e, incorpora a aprendizagem formal, não formal e informal, que se dá na escola, em casa e na sociedade, no local de trabalho ou através dos meios de comunicação. A Educação Permanente estende-se ao longo de toda a vida do indivíduo e recai sobre o desenvolvimento da vida pessoal, social e profissional. Temos que a considerar como uma parte integrante da vida, e que representa uma investigação contínua para uma melhor e mais elevada qualidade de vida.

¹⁴⁰ QUINTANA, J.M (1986) Fundamentos da Animação Sócio-Cultural. Madrid: NARCEA.

QUADRO N.º 2¹⁴²

FORMAL	NÃO-FORMAL	INFORMAL
A Escola A Universidade	Cursos Extra-escolares Participação em associações visionamento de programas viagens de estudo	relações com a família relações com amigos relações em associações frequência de espectáculos leitura de livros a vida ordinária a experiência pessoal

¹⁴¹ UNESCO (1983) *El desarrollo Cultural*. UNESCO. Paris.

¹⁴² QUINTAS, F. S. (s/d) *Animacion Sociocultural! - Novos Enfoques*

3.4 – OS SERVIÇOS EDUCATIVOS

Existe a consciência de que os museus, ou melhor as suas colecções, objectos e espécimes, “quando contextualizados através de discursos expositivos bem concebidos, constituem-se como instrumentos pedagógicos únicos”¹⁴³. Ou seja, a vertente pedagógica assume um papel determinante na organização do próprio museu e das suas actividades. Pelo que deve haver uma articulação entre os produtores de museus e os agentes do ensino escolar, por forma, a que, o processo de descoberta do museu por parte das novas populações escolares seja uma experiência enriquecedora para todos.

Tendo em conta as novas funções dos museus e o novo funcionamento global dos museus, poderá dizer-se que os Serviços Educativos são um serviço essencial nos museus, uma vez que estabelecem a ligação entre a instituição e a comunidade e, sem o qual dificilmente se farão as necessárias pontes com os diversos públicos. A existência de Serviços Educativos pode dar resposta à preocupação dos museus em mostrarem o passado e o presente da sua comunidade, com uma linguagem adaptada ao público a que se está a dirigir. No entanto, estes não devem ser só um serviço de visitas guiadas, mas também uma fonte de programas que incluam uma reflexão crítica sobre o seu próprio funcionamento e valor.

Não há dúvida que um Museu deve pretender ser um espaço de fruição e aprendizagem, facilitador da interpretação da mensagem, nos seus diferentes contextos, contribuindo para a construção de uma consciência social e identitária e, desenvolvendo competências democráticas no âmbito da cidadania, solidariedade e participação entre os mais jovens e não só. Através dos Serviços Educativos poderá haver uma promoção de leituras diferenciadas das exposições, adaptadas aos diferentes públicos. Poderá também haver um particular interesse nas relações com a comunidade educativa, de forma a contribuir para a optimização do processo educativo dos alunos. Assim, como as associações de cultura, recreio e solidariedade social, poderão ser um parceiro privilegiado na partilha de conhecimentos e vivências

Partindo do princípio que, como refere Ana Duarte¹⁴⁴

“o objectivo e preocupação primeira dos Museus não deve ser levar o público a consumir cultura e bens culturais, mas sim levá-lo a consciencializar-se e a fruir da sua herança patrimonial”.

¹⁴³ FARIA, M. L. (2000). Projeto: Museus e Educação. Instituto de Inovação Educacional

¹⁴⁴ DUARTE, A. (1994) Educação Patrimonial, Guia para professores, educadores e monitores de museus e tempos livres. Lisboa: Texto Editora.

o perfil dos profissionais deste serviço deve ser repensado e adequado às suas funções. Por um lado não se deve escolarizar o Museu mas, por outro lado não se deve descurar a prática pedagógica. Assim, para formação destes técnicos é necessário um curriculum próprio, tendo em conta a diversidade de públicos que as instituições abrangem.

E, já em 1971 Madalena Cabral¹⁴⁵ defendia que

“para além da sua formação profissional (o conservador responsável pelo serviço educativo) deverá ter um sexto sentido que lhe permita colaborar, com justeza nas iniciativas desejadas e úteis, fornecendo todos os elementos de ordem científica ou técnica que vão estofar e dar base ao trabalho dos monitores.” E “no caso do monitor, é exigida uma outra dimensão fundamental: a sua humanidade o seu conhecimento pedagógico e psicológico... todo o educador sabe que não é, muitas vezes durante o tempo de ensino que mais se aprende... não é fácil encontrar monitores com estas qualidades, visto que elas não fazem parte da bagagem normalmente adquirida num curso, nem são inerentes a uma boa formação técnica. São um dom a ser cuidadosamente procurando onde porventura exista e a cultivar sem descanso.”

Também Faria¹⁴⁶ considera que,

“Os educadores/animadores deste serviço, embora não tendo acompanhado o processo de concepção do discurso expositivo, funcionam como mediadores entre os produtores do discurso científico e o público visitante, sendo-lhes atribuída a tarefa de, jamais desvirtuando os conceitos contidos nas temáticas expostas, torná-los de algum modo acessíveis aos visitantes.”

Ou seja, embora as exposições sejam praticamente auto-suficientes na forma como comunicam, dado que foram estruturadas nesse sentido, a função dos mediadores será tanto mais árdua quanto mais hermética for a linguagem científica/expositiva.

Para a Ana Duarte o serviço educativo pode abranger três vertentes¹⁴⁷:

¹⁴⁵ Cabral, M. (1971) apud FÁRIA, M. L. (2000). Projecto: Museus e Educação. Instituto de Inovação Educacional

¹⁴⁶ FÁRIA, M. L. (2000). Projecto: Museus e Educação. Instituto de Inovação Educacional

¹⁴⁷ DUARTE, A. (1994) Educação Patrimonial, Guia para professores, educadores e monitores de museus e tempos livres. Lisboa: Texto Editora.

- formação artística (visita guiadas, ateliers de expressão plástica, dramática e musical, o teatro de fantoches, as exposições subordinadas a temas e comemorações de datas e a leitura animada);

- educação patrimonial (cursos de história local, exposições itinerantes sobre aspectos da vida local através dos tempos, a investigação nos arquivos e bibliotecas, as exposições sobre vultos locais e cursos de formação ou conferências em outras instituições);

- intervenção lúdica (espectáculos musicais, teatrais e de bailado em espaços do Museu, as animações teatrais em que a história do edifício e o seu espaço se interligam, os espectáculos nas escolas, juntas de freguesia e outras instituições).

Assim, o estudo do património constitui uma importante experiência educativa, facilitadora da integração das crianças e dos jovens na comunidade quer local, quer nacional ou internacional. Torna-se, por isso, pertinente, oferecer às escolas e às entidades com responsabilidades no âmbito do património uma oportunidade de desenvolver ou reforçar a cooperação neste domínio, tendo em vista conhecer estratégias e modos de abordagem já ensaiados e também promover a produção de materiais que sirvam de suporte ou de sugestão a educadores e animadores neste domínio.

Partindo do pressuposto de que os museus e os monumentos, como recurso educativo, desempenham um papel importante no processo de ensino e aprendizagem cabe a este serviço produzir materiais pedagógicos, com recurso às tecnologias de informação e comunicação e a outros, segundo uma estratégia de promoção do acesso a métodos melhorados, a recursos didáticos e a resultados obtidos.

Tendo em conta os seus objectivos, os serviços educativos não devem agir isoladamente, mas devem fazer parte de uma equipa multidisciplinar, no intuito de estudar e divulgar os diferentes espólios de carácter museológico com outras entidades educativas ou não.

Os serviços educativos e os seus materiais e recursos devem ser um espaço de construção e consolidação de uma comunidade interpretativa que promova a emergência de redes de discussão e de partilha de informação em torno de materiais subordinadas aos temas da educação artística e da educação para o património. Deve desenvolver estratégias pedagógicas inovadoras na abordagem do património e de modelos de relação escola-museu. Deve possibilitar a realização de pesquisas e investigações, escolares ou extra-escolares, que tenham por objectivo os museus, os espólios em particular ou os monumentos em geral.

As visitas escolares devem ser periódicas e portadoras de uma orgânica, ou seja as escolas ao aderirem à iniciativa de visitar o museu não devem poupar esforços para colaborar,

no desenrolar nos mesmos. E pela parte dos serviços educativos deve-se escrever um relatório de todas as visitas fazendo-se referência ao trabalho empreendido e às reacções que o exame das obras ou espólio visitado provoca nas crianças e tentando-se aferir o resultado do trabalho em exercícios feitos nas escolas e nos lares. A actividade das crianças não deve ser só acompanhada nas salas de exposição. Devem também visitar todos os núcleos museológicos espalhados pelo território, ou assistir a filmes recreativos e outros em que se explica, por exemplo, a feitura dos objectos, as técnicas de construção de materiais.

Um bom Serviço Educativo deve ser um espaço de encontro de professores, alunos, pais, profissionais de diferentes e variados domínios. Deve ser um espaço artístico, poético, lúdico, tecnológico, científico, ambiental, de animação e educação cultural. Ou seja, deve ser um espaço privilegiado para o lançamento de actividades, projectos e outras iniciativas, que poderão ser propostas por qualquer tipo de grupo. O que se pretende é a prática de uma vivência cultural.

Os serviços educativos devem ter como objectivo uma Educação Patrimonial¹⁴⁸, isto é, deve conhecer o património da zona onde está inserido, incentivar o gosto pela descoberta, compreender a história nacional a partir da história local, em suma, desenvolver atitudes de preservação e animação do património.

Um museu através dos seus serviços educativos, deve ser um recurso da escola e da comunidade em múltiplos aspectos, para além das funções inerentes: recolher, apresentar, estudar, conservar e animar o património local.

Como refere Ana Duarte¹⁴⁹ a escola deve procurar estabelecer relações constantes com o meio, até porque a formação integral do aluno não passa pela simples instrução dos conteúdos académicos, mas sim pela educação interdisciplinar, onde são passados valores de solidariedade, respeito e tolerância; conhecimentos dos modos de vida, pensamento e história de determinada região; onde se ensina o desenvolvimento e apuramento crítico do gosto; a necessidade de preservar e proteger a natureza e as espécies em extinção e de preservar, proteger e animar o património material e imaterial.

Para isso, compete também aos serviços educativos gerir a memória colectiva, promover o debate dos problemas que afectam a comunidade e intervir com propostas para o seu esclarecimento e solução; promover colóquios e grupos de estudo no âmbito da história

¹⁴⁸ Que segundo Ana Duarte não é mais do que "aprender a saber ver, ou seja, saber escolher o que se quer ver, parar por momentos, descobrir, falar sobre os objectos, os espaços, as pessoas. In DUARTE, A. (1994) Educação Patrimonial, Guia para professores, educadores e monitores de museus e tempos livres. Lisboa: Texto Editora.

¹⁴⁹ DUARTE, A. (1994) Educação Patrimonial, Guia para professores, educadores e monitores de museus e tempos livres. Lisboa: Texto Editora.

local, regional e nacional; fazer exposições sobre temas da história local, regional e nacional e sobre os problemas que afectam o mundo; desenvolver workshop's no domínio das expressões, tendo em conta o desenvolvimento da criatividade e da imaginação e a preservação dos valores locais e nacionais; promover exposições e performances no domínio das artes; realizar projectos comunitários com as forças vivas da região.

Em suma, não há dúvida que os museus e as escolas são elementos fundamentais na realização de um trabalho tão necessário para levar a efeito uma educação patrimonial capaz de concretizar o reforço e desenvolvimento da identidade cultural de um povo.

4 – O DESENVOLVIMENTO LOCAL

4.1 – CONCEITOS E COMPONENTES

Partindo do princípio, como que refere Vallina¹⁵⁰, que “el desarrollo rural del futuro o es sustentable o no será nunca desarrollo, podemos definir Desenvolvimento como,

“... progresso económico, social e político de forma a assegurar a satisfação das necessidades do presente sem comprometer a capacidade das futuras gerações satisfazerem as suas próprias necessidades”¹⁵¹

Assim, segundo Fernández¹⁵², considera-se como bases do desenvolvimento local: o potenciar o ecossistema político, económico e cultural; o desenvolver dos recursos endógenos; o melhorar a qualidade de vida das populações; o promover a formação e o desenvolvimento pessoal; o usar de forma recreativa e social o espaço; os projectos micro e macro-económicos; as potencialidades populacionais, produtivas e naturais e os agentes locais.

Ou seja, para que haja desenvolvimento tem de haver um encontro das necessidades e aspirações humanas e sobretudo um envolvimento e participação activa de todos os cidadãos. Pelo que o processo de desenvolvimento parte de um processo participativo para o qual importa mobilizar os cidadãos e transformar os sujeitos passivos em sujeitos activos, e fazer dos cidadãos assistentes, cidadãos empreendedores. Como refere Bianchini e Schwengel¹⁵³, torna-se fundamental que os diversos grupos com interesses, poderes e modos de vida diferentes, assumam a responsabilidade de colaborar no sentido de (re)construir consensos e (re)criar formas de identidade comuns que promovam uma sociedade sustentável.

O binómio território-população é, assim, para Fernández¹⁵⁴, o ponto de partida para o processo de desenvolvimento rural, onde importa analisar, tendo em conta distintas perspectivas e diferentes pontos de vista:

- o meio rural em causa, nomeadamente: ao nível do ordenamento do território, pois o mesmo deverá permitir um desenvolvimento estável e uma gestão e (re)ordenação dos recursos endógenos, tendo em conta as necessidades das populações; ao nível das infra-estruturas, transportes e comunicações, ou seja, dotar o espaço rural das estruturas necessárias

¹⁵⁰ Vallina, J. I. (2002). Manual para Agentes de Desarrollo Rural. Ediciones Mundi-Prensa. Madrid

¹⁵¹ Comissão Mundial para o Ambiente e Desenvolvimento das Nações Unidas – Relatório Brundtland (1987), apud Revista Científica do ISAI – Porto: Territórios do Turismo (2003).

¹⁵² Fernández, D. M. (2002) Nuevos Horizontes en el Desarrollo Rural. Madrid: Ediciones AKAL, S.A.

¹⁵³ Bianchini e Schwengel apud Kappert, J. (2003). Porto: Revista Científica do ISAI – Territórios do Turismo.

¹⁵⁴ Fernández, D. M. (2002) Nuevos Horizontes en el Desarrollo Rural. Madrid: Ediciones AKAL, S.A.

para que o mesmo possa cumprir com as suas funções; ao nível da educação, formação e investigação, uma vez que o capital humano constitui o potencial mais apreciado, fruto da sua dupla acção de sujeito e agente de desenvolvimento; ao nível do emprego e do trabalho, pois é imperioso a fixação das populações com a criação de emprego nas diversas actividades rurais; ao nível da agricultura e silvicultura, por serem sectores produtivos que podem fixar a população activa e por serem motivos de atracção e diferenciação; ao nível do turismo rural, por ser uma actividade extra à sua fonte principal; ao nível das empresas do comércio, indústria e artesanato no sentido de promover e favorecer os processos de produção e transformação e comercialização dos produtos regionais; ao nível do meio ambiente, natureza e paisagem, no intuito de conservar os espaços naturais e a biodiversidade para a salvaguardar a beleza e as particularidades do espaço rural;

- a paisagem rural, porque esta reflecte e é “el resultado de una relación recíproca entre el paisaje natural primitivo y el modificado por la acción antrópica”¹⁵⁵ e, importa conhecer a sua evolução histórica e a sua ocupação, a história do espaço na globalidade e a sua modernização, ao nível da capacidade técnica e de evolução e do sistema sócio-económico da sociedade que o ocupa;

- o desenvolvimento rural, isto é, o processo de crescimento económico, sócio-cultural e estrutural verificado tendo em vista a melhoria das condições de vida da população que habita o meio rural.

Para este autor, dependendo da corrente de pensamento, é possível falar-se de desenvolvimento rural endógeno, de desenvolvimento rural integrado ou de desenvolvimento rural local.

No caso do desenvolvimento rural endógeno o objectivo principal é incrementar o bem-estar da comunidade rural mediante o estabelecimento de actividades económicas e sócio-culturais utilizando basicamente os seus recursos humanos e materiais. As estratégias a assumir vão no sentido de desenvolver a partir dos recursos existentes; de reordenar os recursos naturais tendo em vista a possibilidade de industrialização; a integração da agricultura-indústria; a criação de infra-estruturas básicas; a conservação do meio ambiente e dos espaços naturais.

No segundo caso, o objectivo é integrar todas as formas potenciais de aproveitamento dos recursos existentes na zona. Nesse sentido e porque importa que na estratégia integral esteja contemplado o equilíbrio territorial e ecológico e o suporte das actividades sócio-recreativas, os princípios de actuação devem bascar-se na participação activa da população, na

¹⁵⁵ Fernández, D. M. (2002) *Nuevos Horizontes en el Desarrollo Rural*. Madrid: Ediciones AKAL, S.A.

pluriactividade, no fomento da população, na dinamização social e cultural e na cooperação entre os diferentes actores que compõe a sociedade em causa.

No que concerne ao terceiro pensamento, trata-se do processo de organização do futuro de um território e do esforço de concretização e planificação levado a cabo pelos actores locais, com a finalidade de valorizar os recursos humanos e materiais de um dado território. Para o efeito, é necessário: políticas empreendedoras, gestores capazes e a participação activa de todos os agentes locais.

Assim, para Fernández¹⁵⁶ o desenvolvimento tem como bases a função económica, como garantia da satisfação das necessidades primárias; a função ecológica, através da preservação das fontes naturais da vida, o solo, a água, o ar e a biodiversidade e, a função sócio-cultural, com a manutenção das relações entre a população urbana e rural, numa tentativa de cumprir com objectivos sociais.

Para Fernando João Moreira¹⁵⁷ desenvolvimento local é o processo de crescimento e mudança estrutural que afecta uma comunidade¹⁵⁸ territorial definida e se concretiza numa melhoria do nível de vida dos seus habitantes, seja numa perspectiva material quer seja numa perspectiva imaterial, tendo em conta a evolução do território, os recursos endógenos, a formação social e pessoal e a conservação do património natural e cultural.

Como refere Vallina¹⁵⁹ desenvolvimento local,

“es un método que pretende la evolución del territorio por medio de un proceso de movilización de los recursos endógenos (...) al servicio de la promoción social y personal de la comunidad local. Su consecución se logra asumiendo iniciativas de empleo y desarrollo compatibles con la conservación de su patrimonio cultural y natural”.

Ou seja, o processo de desenvolvimento local tem como características fundamentais, uma cultura de pacto e estabilidade, uma participação pública total e voluntária, a existência de um plano integral assumido como próprio da comunidade, a mobilização dos recursos locais, a promoção e estimulação de empreendedores locais, a procura do bem-estar social sustentável; diminuição do grau de dependência em relação aos centros de decisão;

¹⁵⁶ Fernández, D. M. (2002) Nuevos Horizontes en el Desarrollo Rural. Madrid: Adiciones AKAL, S.A.

¹⁵⁷ MOREIRA, F. J. (1999) apud PRIMO J. (2000). *A Importância dos Museus Locais em Portugal*. Texto fornecido no âmbito Seminário do Mestrado em Museologia

¹⁵⁸ E aqui entende-se por comunidade não só a população mas também todos os protagonistas envolvidos no processo, nomeadamente as empresas, as suas administrações, os recursos técnicos, profissionais e científicos. In Marchioni, M. (2001). *Comunidad, Participación y Desarrollo*. Madrid: Editorial Popular.

¹⁵⁹ Vallina, J. I. (2002). *Manual para Agentes de Desarrollo Rural*. Madrid: Ediciones Mundi-Prensa.

colaboração activa e solidária com a promoção de outros projectos; fomento e incentivo à criatividade, à inovação, à qualidade, à flexibilidade empresarial e à transmissão de informações e ideias; existência de estruturas administrativas locais, capazes de criar emprego e desenvolvimento em favor da comunidade local.

Isto porque, não existe desenvolvimento efectivo sem a implicação das populações, sem o aumento das suas capacidades de auto-organização, sem o pleno aproveitamento dos recursos locais e sem a articulação com projectos e dinâmicas mais globais. Para o efeito é necessário, ao nível individual, contribuir para o reforço das competências pessoais, sociais, profissionais e, ao nível colectivo e institucional, criar hábitos e dinâmicas de participação procurando estabelecer um comprometimento efectivo na resolução dos problemas e na realização das acções.

Como refere o mesmo autor¹⁶⁰,

“La posibilidad de generar un proceso de desarrollo rural endógeno depende de la identidad cultural del propio territorio, de la predisposición de la sociedad local y de la capacidad de sus representantes institucionales para analizar, diagnosticar y proponer soluciones. No existen, o al menos no las he encontrado, reglas inmutables, procedimientos bien establecidos y criterios absolutos que pudieran servirnos de guía, puesto que el medio rural, bien definido en ciertas características generales, es diferente y particular en función de su propia historia natural y social, la institucional que lo administra y la posición espacial y temporal que condiciona su evaluación.”

Pelo que, neste processo deve estar presente alguns princípios como sejam:

- a iniciativa, autónoma e espontânea, de natureza privada que surge em consequência da capacidade de uma pessoa ou de um grupo local de organizar e de se organizarem para solucionar algum problema;
- a mobilização, dos recursos próprios de forma autónoma ou em colaboração com o exterior respeitando, no entanto, as características culturais locais e o património natural;
- os recursos endógenos, tangíveis, de carácter material (terra, cultivos, património) e os recursos intangíveis, de carácter imaterial;

¹⁶⁰ Vallina, J. I. (2002). Manual para Agentes de Desarrollo Rural. Madrid: Ediciones Mundi-Prensa.

- a promoção social e pessoal, através da geração de desenvolvimento do emprego e da riqueza, reforçando a dinâmica do processo para melhorar as perspectivas de bem-estar social;
- compatibilidade e dependência entre conservação do património e desenvolvimento e entre os recursos renováveis, para evitar a sua extinção.

Podemos assim dizer que não se concebe um desenvolvimento rural sem a participação activa dos sectores económicos, sociais e culturais, nem sem a existência de recursos humanos e financeiros. O que leva à necessidade da implementação de um sistema de inovação, ao nível da aprendizagem e formação, ao nível da criação de novos produtos e serviços, ao nível da aplicação de novos tipos de gestão e ao nível de aplicação de novas formas de organização.

4.2 – OS PROTAGONISTAS DO DESENVOLVIMENTO

Para haver um processo de desenvolvimento local é necessário a colaboração de múltiplos actores que trabalhem em cooperação com o objectivo de levar a cabo um sem fim de iniciativas de forma concertada e integrada.

Num cenário rural os protagonistas são as pessoas, os recursos endógenos e o território.

O processo de desenvolvimento local deve ser sempre colectivo, sobretudo porque se dirige ao bem-estar da comunidade local; deve ser extensivo, porque fomenta a geração de pequenas unidades de produção; deve ser redistributivo, no intuito de contribuir para a melhor distribuição de recursos económicos; e, deve ser integral, não pretendendo apenas a crescimento económico mas também o bem-estar da pessoa, da comunidade e por conseguinte do território.

No entanto, para que este processo se inicie é necessário que em primeiro lugar exista um catalizador, um animador, um provocador ou activista que opere no território a fim de desencadear reacções junto das pessoas e dos recursos locais. Que de o pontapé de saída, na mobilização e descoberta dos recursos, tendo em vista uma estratégia que leve ao desenvolvimento da comunidade.

Em termos gerais e globais, as características humanas e profissionais de um agente de desenvolvimento local devem ter em atenção a realidade histórica e cultural do território em causa, isto porque, cada caso é um caso. Deve ter uma formação ampla e multidisciplinar que lhe permita fazer análises geográficas, económicas, sociológicas, psicológicas, histórias, ecológicas, turísticas, agrónomas, etc. Deve também ter capacidade intuitiva, bom senso, capacidade para observar, visão integrada, sensibilidade, capacidade sedutora e sobretudo criatividade.

Como refere Vallina¹⁶¹, ser agente de desenvolvimento local não é somente uma profissão mas uma forma de vida, pelo que as suas características humanas e a motivação serão os seus principais atributos. Também o conhecimento profundo da realidade local e em particular das suas raízes históricas e culturais é um suporte fundamental para que as propostas de acção sejam coerentes, assumidas e aceites pela comunidade.

Recorrendo novamente a Vallina¹⁶² que defende que

¹⁶¹ Vallina, J. I. (2002). Manual para Agentes de Desarrollo Rural. Madrid: Ediciones Mundi-Prensa.

¹⁶² Idem

“El ADL es un operador público al servicio de la colectividad, que promueve, organiza, coordina y elabora en su territorio operaciones integradas de desarrollo de las que son protagonistas las instituciones, las fuerzas técnicas, sociales y empresariales locales.”

Podemos dizer que o agente de desenvolvimento local deve ser:

- um observador intuitivo, porque esta é uma ferramenta necessária para conhecer a fundo o meio em que se movimenta;
- um analista perspicaz, capaz de analisar o território, as componentes físicas, naturais, espaciais e geográficas e sobretudo as características sociais da comunidade, a fim de elaborar um bom diagnóstico sobre os problemas e as potencialidades para promover um processo de desenvolvimento endógeno;
- um planificador flexível, capaz de elaborar um plano adaptado e adaptável ao território em causa, que seja cooperante e que envolva a população local e que seja endógeno, social e humanitário e, que seja sustentável;
- um gerente audaz, capaz de gerir os recursos económicos, financeiros e humanos, de uma forma original e inédita mas ao mesmo tempo prudente;
- um promotor versátil, capaz de detectar aspectos do território ou da comunidade que possam servir de detonadores das actividades e que sejam atractivas e entusiastas;
- um concertador conciliador, capaz de dialogar, negociar e comunicar com todos os actores de forma a acordar um projecto comum;
- um agitador humanista, capaz de sensibilizar para o sistema de valores e laços de pertença das pessoas da comunidade;
- um aldeão universal, capaz de abrir ao mundo o seu mundo mantendo, no entanto, o seu microcosmos.

Em suma, para promover uma nova cultura de desenvolvimento rural, o Agente de Desenvolvimento Local deve saber despertar na comunidade local a vontade de levar a cabo iniciativas que optimizem os recursos de uma forma concertada e sinérgica. Deve ser um animador capaz de inculcar animação sócio-económica e sócio-cultural no território em causa.

Também as instituições, as associações e as empresas são pilares importantes na construção de um projecto de desenvolvimento sócio-económico.

Como salienta Vallina¹⁶³, dado que o objectivo final de qualquer estratégia de desenvolvimento local é a excelência territorial e a consolidação de um processo de melhoria da qualidade de vida, os cidadãos e as instituições devem participar para criar um espaço onde seja possível satisfazer as necessidades individuais e colectivas. Necessidades de emprego, de ócio, de cultura, de meio ambiente e outros factores que façam a inter-acção entre o território e a sociedade.

Como refere Myrand¹⁶⁴ a democracia participativa ou apropriativa¹⁶⁵ deve começar nos grupos locais e deve ter um modelo de inserção das populações em todos os processos de decisão. Por isso, este autor considera que são aspectos do desenvolvimento local: a participação, a vontade comum, a cidadania, a igualdade, a economia social, uma nova relação estado/sociedade civil, solidariedade, novo paradigma educacional e liderança local.

Não há dúvida que, ao nível local, as associações permitem resolver determinadas situações, que exigem um esforço colectivo e uma unidade de acção, por um benefício comum. Mas, como refere Vallina,¹⁶⁶ para que estas desempenhem o seu papel, abram novos caminhos e ponham em prática novas formas de actuação e gestão mais eficazes e adaptadas à realidade é necessário que o Agente de Desenvolvimento Local seja capaz de:

- detectar, conhecer, analisar e diagnosticar as diferentes associações, relativamente à sua capacidade para influir no desenvolvimento da comunidade;
- relacionar-se com os líderes para saber das actividades e dos problemas;
- propor novos projectos associativos e novas associações;
- apoiar os projectos e as ideias, através do apoio logístico e técnico;
- organizar cursos de formação e encontros para permitir o intercâmbio de ideias;
- apoiar e revitalizar as fórmulas de organização tradicional colectiva, resgatando trabalhos colectivos, festas e encontros.

Ou seja, deve ser capaz de incentivar a participação dos membros da comunidade, de uma forma eficaz e comprometida, pelo que é necessário sensibilizá-los, para o conhecimento e valorização dos vários aspectos da sua realidade territorial. Isto porque sem o exercício cívico da participação e da co-responsabilidade, não há desenvolvimento. Segundo este

¹⁶³ Vallina, J. I. (2002). Manual para Agentes de Desarrollo Rural. Madrid: Ediciones Mundi-Prensa.

¹⁶⁴ Myrand, P. (2004). Encontro Nacional do MINOM – Portugal “Cultura e Democracia Participativa”. Lisboa: ULHT.

¹⁶⁵ a participação é fundamental no processo de desenvolvimento, sobretudo porque sem participação nos estudos, nas opiniões ou nas acções não há apropriação dos mesmos, como próprios.

¹⁶⁶ Vallina, J. I. (2002). Manual para Agentes de Desarrollo Rural. Madrid: Ediciones Mundi-Prensa.

autor¹⁶⁷, a melhor forma para o conseguir é através da formação, porque esta permite: a adaptação e a aprendizagem para a defesa do exterior, assimilando as tecnologias adequadas; a inovação, para assumir posições de vanguarda; a conservação para perpetuar entre as pessoas os conhecimentos e os saberes tradicionais, para consolidar o património, a cultura e a identidade territorial de forma adaptada aos novos tempos.

Também a informação é um ponto importante em todo este processo de desenvolvimento, sobretudo porque é poder. E se a este juntarmos a educação (o conhecimento) e a formação (a capacidade) ficamos com a base fundamental para o desenvolvimento pessoal e o progresso social.

Por isso, ao promover a formação, o Agente de Desenvolvimento Local deve ter em atenção e preocupar-se em:

- detectar as necessidades formativas e fazer um plano de formação desde o local para o local, utilizando recursos pedagógicos locais e técnicas e recursos económicos procedentes do exterior;

- detectar os mestres artesãos e os ofícios em risco de extinção com o objectivo de os salvar, modernizar e conservar formas de produção e organização do meio rural;

- promover uma estratégia formativa e educativa dirigida à recuperação do orgulho e à revalorização da cultura rural, ao desenvolvimento de uma pedagogia de participação, à estimulação das iniciativas locais, ao favorecimento do intercâmbio cultural e à descoberta de novas tecnologias e à inovação.

Devemos também considerar, neste ponto, o poder político, sobretudo o local, porque é a ele que compete fundamentalmente a criação de infra-estruturas básicas para a satisfação das necessidades da população. Deve também ter um papel de incentivo e colaboração relativamente ao processo de desenvolvimento. Ou seja, é à acção política que cabe o papel de legislar e regulamentar, de ordenar e programar, que tem o dever de incentivar a criação de emprego através de todos os meios ao seu alcance, que deve sensibilizar para a participação, para a educação e para a conservação do património e da biodiversidade, da cultura e da integração social.

¹⁶⁷ Idem

4.3 – O PLANO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL

Segundo a proposta de metodologia de Vallina¹⁶⁸, para se iniciar um processo de desenvolvimento local, importa compreender globalmente o funcionamento do território, entender e discernir as interdependências entre os factores ecológicos, económicos, sociais e culturais que actuam no meio em causa e previamente delimitado. Importa levar a cabo uma análise e um diagnóstico estratégico capaz de detectar as chaves da organização e a dinâmica territorial, de identificar e avaliar os recursos existentes, de conhecer as potencialidades e os obstáculos, de prevenir os riscos, de aproveitar as oportunidades, de formular propostas de ordenação e desenhar estratégias de intervenção e de propor o desenvolvimento.

Assim, o processo de análise estratégico deve abranger os seguintes pontos:

I - Avaliação estratégica:

- a) através da eleição do âmbito de intervenção, ou seja da definição clara do território de actuação, o tempo durante o qual se manterá em vigência;
- b) através da análise do ambiente e do meio, isto é, do conjunto de tendências e processos que afectam o meio para o qual se planeia o programa de desenvolvimento, quer ao nível interno (causas estruturais ou históricas, razões conjunturais) quer ao nível externo;
- c) através da análise da situação e posição do território face ao âmbito político, cultural ou económico a que pertence e que permite verificar as debilidades e potencialidades do território em ordem a aproveitar as vantagens e oportunidades. Ou seja, analisar a sua situação geográfica e a sazonalidade das suas actividades, as vias de comunicação e transportes, a paisagem, a história, a cultura, os recursos naturais, as tradições e a gastronomia. Em suma, tudo o que faz ressaltar a sua exclusividade, singularidade, a diferenciação e o contraste cultural.
- d) Através da análise por sectores, ou melhor, através da identificação das potencialidades, debilidades, oportunidade e riscos do território em relação ao objectivo final da intervenção.

¹⁶⁸ Vallina, J. I. (2002). Manual para Agentes de Desarrollo Rural. Madrid: Ediciones Mundi-Premsa.

II – Diagnóstico

- a) diagnóstico por sectores, após a análise da matriz criada de forma a superar e transformar os obstáculos em potencialidades e, a eliminar ou minimizar os riscos e gerar novas oportunidades, com o fim de melhorar o estado da matriz e incrementar as possibilidades de êxito do projecto ao nível do mercado, do território, da administração pública e das empresas.
- b) diagnóstico integrado, ou seja a determinação do carácter de um sistema mediante a descoberta, o conhecimento e a interpretação dos signos e reacções. Este constrói-se a partir da síntese descritiva do território, da composição de uma matriz de diagnóstico estratégico, da proposta de um modelo de desenvolvimento e da confecção de um cenário estratégico

III – Hipótese de futuro

- a) cenários territoriais alternativos, após realizada a análise e diagnóstico da realidade o passo seguinte é o senho do projecto de desenvolvimento local a partir de uma imagem futura da sociedade e do território que serve de referente para dirigir o processo
- b) eleição do futuro modelo territorial, escolha do modelo territorial a atingir com o processo de desenvolvimento.

IV – Planificação

- a) eixos, objectivos e directrizes
- b) medidas e acções
- c) programação e financiamento das acções
- d) mecanismos de gestão

Digamos que este é o ponto fulcral do processo de desenvolvimento, mas que só é possível realizar, com algumas hipóteses de sucesso, depois de elaborada a análise e o diagnóstico do território em causa.

Na planificação existem um sem número de argumentos a ter em conta, nomeadamente: o território, a sociedade, a cultura e a participação social. E, é nesta altura que se elabora o plano dos planos, ou seja, o plano estratégico de desenvolvimento local (PEDL), que é, grosso modo, o plano directório com natureza estratégica, composto pelo conjunto de planos de actuação e medidas para iniciar um processo de desenvolvimento endógeno.

Assim, a planificação não é mais do que a formulação dos conteúdos estratégicos, através da indicação dos objectivos gerais, das chaves estratégicas, dos objectivos específicos e estratégicos, dos eixos de intervenção e das directrizes de actuação.

A melhor forma de levar a cabo este tipo de acção é através das agências de desenvolvimento rural, por estas serem

“organizaciones horizontales de estructura flexible, con autonomia operativa suficiente para intervenir en el territorio con el objecto de ordenar, planificar, impulsar y gestionar el proceso de desarrollo mediante la detección y promoción de emprendedores y iniciativas, la prestación de servicios tecnológicos, formativos e financieros a las empresas y el fomento de todas aquellas actuaciones que incrementen la competitividad, la calidad, la conservación del medio ambiente y el patrimonio cultural, el bienestar, la identidad y la cohesión de la sociedad rural.”¹⁶⁹

É às agências que compete a transformação da comunidade rural numa comunidade dinâmica e empreendedora, devendo para o efeito difundir novas ideias e a inovação tecnológica, fomentar uma cultura ecológica, incentivar a cooperação, fazer circular os recursos e activar as iniciativas locais de emprego, estimular e animar os empreendedores, detectar e avaliar as necessidades financeiras, de infra-estruturas, equipamentos, formação, educação, organização e promoção dos recursos humanos, promover e consolidar a identidade do território e, fomentar a coesão social, o espírito de pertença, ajuda mútua e a valorização da cultura e dos recursos locais.

Segundo este autor¹⁷⁰, as agências devem ser compostas por:

- uma comissão geral, a quem compete a elaboração, a avaliação, a coordenação e a direcção da gestão do processo;
- um comité de participação social, a quem compete captar, ordenar e transmitir a voz da comunidade;
- um conselho consultivo, responsável pela reflexão e emissão de opiniões sobre o processo, pela sua análise e evolução;
- a comissão de gerência, a quem compete, no fundo, gerir o processo. Ou seja, a quem compete: a coordenação logística e técnica, através da formulação do pacto de desenvolvimento local, da constituição e normalização dos órgãos e a elaboração e gestão do

¹⁶⁹ Vallina, J. J. (2002). Manual para Agentes de Desarrollo Rural. Madrid: Ediciones Mundi-Prensa.

plano estratégico; promoção das empresas locais, prestando apoio complementar, promovendo incentivos à concessão de financiamentos, auxiliar na estratégia de marketing, no desenho de planos de gestão empresarial; promoção da formação dos actores e promoção e fomento de novos produtos e na procura de novos mercados; a intervenção social, animação sócio-cultural e a inovação rural, integrando e atendendo aos problemas de marginalização e exclusão, na dinamização das associações, na introdução de melhoria nas condições de habitabilidade e da conservação do património; captação de fundos e programas de desenvolvimento, porque o desenvolvimento só é possível através da reconstrução ou da implantação de uma nova cultura empresarial baseada na modernização e na tradição industrial e artesanal local; a mobilização e mediação entre recursos locais e empreendedores, ou seja, re-aproveitamento dos recursos fundamentais disponíveis e a facilitação do acesso a ajudas económicas e financeiras, assim como à formação e ao apoio logístico e administrativo; e a integração de políticas sectoriais, através da proposta de estratégias oportunas e de planos necessários para estimular a cooperação inter-administrativa e o desenho de projectos de forma conjunta.

Mas as opções do desenvolvimento local, que as agências venham a tomar, dependem da dotação dos recursos endógenos. Isto é, se os recursos endógenos são suficientes, diversos, singulares, exclusivos e bem posicionados, para levar a efeito o plano de desenvolvimento.

Vallina¹⁷¹ considera existirem seis categorias de recursos endógenos, sobre os quais importa intervir. A saber: recursos humanos, capital cultural, capital natural, capital patrimonial público, capital patrimonial privado e capital financeiro.

Os recursos humanos são assim o principal activo do território, pelo que deve ser equilibrado em género e em idade, onde importa incitar uma campanha de promoção, motivação, assessoria, comunicação e educação-formação. No que diz respeito ao Capital Cultural, que engloba o saber fazer e a cultura associada, isto é, a herança, as tradições, os usos e costumes, é necessário promover a conservação, a restauração, a modernização e valorização. Relativamente ao capital natural, onde se inclui a variedade e abundância de habitats, ecossistemas, espécies, espaços e paisagens, pelos quais é imperioso efectivar planos de conservação, restauração e diversificação, a ordenação e a gestão. No que concerne ao Capital patrimonial público, ou seja, aos recursos geográficos, de infra-estruturas, de equipamentos e serviços e, sobretudo ao conjunto de factos históricos e culturais, importa criar condições de aproveitamento e desenvolvimento dos mesmos. Em relação ao capital patrimonial privado, isto é, ao conjunto de bens próprios das pessoas ou das entidades

¹⁷⁰ Idem

públicas, como por exemplo, os solares, os montes, etc., torna-se necessário efectivar uma campanha de sensibilização e mobilização para a restauração e ou reabilitação dos mesmos para outros usos. E, por fim, o capital financeiro, factor importante do processo, que necessita de incentivos, subsídios, créditos, e outros.

Em suma como refere o autor¹⁷² para que haja um processo de desenvolvimento rural importa que haja em primeiro lugar uma ideia, fruto de uma análise aprofundada e realista do território e dos seus recursos endógenos e, uma agência de desenvolvimento local capaz de mobilizar estes recursos e animar e apoiar os actores possíveis de serem empreendedores.

¹⁷¹ Vallina, J. I. (2002). Manual para Agentes de Desarrollo Rural. Madrid: Ediciones Mundi-Prensa.

¹⁷² idem

4.4 – A FUNÇÃO DOS MUSEUS

No início do século XIX um dos objectivos que esteve na origem da fundação dos museus era o de educar e informar e, por isso, eram entendidos como instituições abertas a todos os que não tinham tido oportunidade de adquirir conhecimentos sobre o mundo que os rodeia. Ou melhor, como afirma Hooper-Greenhill¹⁷³, os museus eram fundamentalmente instituições educacionais, abertas a todos os que não tinham tido acesso à educação, de modo a possibilitar-lhes formas de auto-aprendizagem.

Como refere Isabel Silva¹⁷⁴

“O aumento progressivo do índice de escolarização, a democratização de acesso à cultura e a noção de que o desenvolvimento pressupõe a articulação de várias valências - económica, social e cultural – são factores que se reflectem na procura e no crescimento dos museus.”

Sem descurar o estudo e a preservação dos bens à sua guarda, é necessário que os museus desenvolvam estratégias de divulgação não só para servir diferentes públicos, mas sobretudo para estruturarem uma oferta turístico-cultural capaz de sustentar políticas de desenvolvimento viáveis, cumprindo ao mesmo tempo com funções de natureza social.

Assim, entre as necessidades sociais que os museus podem colmatar, Faria¹⁷⁵ identifica as seguintes:

- necessidade/função de constituição e conservação de colecções, que possam ser socialmente úteis para:

* colmatar a necessidade/função identitária, ou seja, a necessidade que as comunidades sentem em organizar elementos que ajudem a construir uma identidade local, o que justifica a criação e a intensificação da produção de novos museus, sobretudo de âmbito local;

* a necessidade/função de sociabilidade, e neste aspecto os museus podem ter o sentido social dos antigos adros de igreja, dos cafés, das praças públicas ou outros espaços de encontro e convívio, uma vez que se verifica um enfraquecimento da consciência cívica, um

¹⁷³ Hooper-Greenhill, E. (1991) Museums and Gallery Education, Leicester Museums Studies, Leicester University Press

¹⁷⁴ Silva, I. (2003) A Cultura em Acção – Impactos Sociais e Território. Porto: Edições Afrontamento.

¹⁷⁵ Faria, M. I. (2003) A Cultura em Acção – Impactos Sociais e Território. Porto: Edições Afrontamento.

fortalecimento do individualismo, do consumismo e do retraimento no espaço doméstico e do desaparecimento desses importantes locais de encontro e partilha;

* necessidade/função de participação cívica, com a crescente necessidade de comunicação intercultural e multicultural, fruto do aumento da circulação de indivíduos pelo mundo. É aqui os museus etnográficos ou locais assumem um papel importante porque estão mais próximos das populações e das suas memórias, das identidades e, por consequência podem ser um óptimo local de debate sobre as sociedades contemporâneas;

* necessidade/função de solidariedade, isto porque os indivíduos só são solidários quando entendem os outros, a informação sobre as diferentes culturas que compõem o tecido social que o museu serve e a possibilidade de encontro dos diferentes grupos no espaço do museu são o reflexo de uma política mais global de inclusão que pode ter repercussões positivas em termos de atenuar situações potencialmente anómicas;

* necessidade/função de inclusão multicultural, no sentido de contribuir para a construção de parcerias entre grupos de cidadãos das mais diversas origens, com o objectivo de construir uma sociedade mais solidária;

* necessidade/função de informação, porque hoje a informação é um instrumento fundamental para o exercício da cidadania, a primeira prioridade deve ser expor temas e não apenas colecções, servindo os objectos para ilustrar histórias que tenham sentido para as pessoas;

* necessidade/função de aquisição/transmissão de conhecimentos de modo crítico e de acordo com múltiplas leituras, isto é, o museu deve responder às questões que existem no seu exterior, dando às pessoas instrumentos para melhor as entenderem e tornando-os mais interventivos.

Sabendo da escassez de recursos materiais e humanos com os museus se debatem, torna-se necessário procurar parcerias que lhes permitam desenvolver as novas vertentes e alargar a sua função social, apresentando para o efeito novos projectos, em prol da afirmação do papel dos museus e dos seus profissionais.

A função dos museus não é resolver os problemas locais, mas apoiar os actores locais, facultando os recursos necessários, para que os próprios actores identifiquem, analisem, compreendam e resolvam os problemas detectados.

E, como afirma Sandell¹⁷⁶

¹⁷⁶ Sandell, R. (2003) *A Cultura em Acção – Impactos Sociais e Território*. Porto: Edições Afrontamento.

“Museums have sought to become more outward looking, more exposed to the needs of their communities and more responsive to the issues that those communities are facing. There is growing recognition that museums can act as agents of social change – that they have the potential to impact upon people’s lives – not solely in terms of learning and leisure but also in relation social inequality, discrimination and disadvantage.” (...)

Museum can impact positively on the lives of disadvantaged or marginalised individuals, they can act as a catalyst for social regeneration and empowerment with specific communities and they can also contribute towards the creation of more equitable societies.”

Assim, na sequência das perturbadoras restrições económicas das últimas décadas, que levaram as instituições culturais a tentar justificar-se através do seu valor económico como catalisadores de desenvolvimento social e económico, levaram o International Council of Museums (ICOM) a solicitar o estudo “Museums: an Investment for development. Neste estudo, Torre¹⁷⁷ acredita que

“(...) museums, beyond their cultural value, can play an active role in development, as non-formal education institutions, have a potential as propagator of appropriate Technologies, and are useful in helping the population to understand the complexities of the development processes”.

Ou seja, os museus eram vistos como instrumentos privilegiados para ajudar a manter o equilíbrio entre a necessidade de melhorar a vida das comunidades e dos indivíduos através da mudança, da introdução de melhor tecnologia e da evolução das estruturas económicas e a necessidade real de uma sociedade manter a sua própria identidade apoiada pelas suas raízes culturais, conhecimentos tradicionais, padrões sociais, técnicas ancestrais, etc..

Como referem vários autores¹⁷⁸ as instituições culturais são extremamente úteis para a economia, porque são capazes de proporcionar benefícios concentrados e imediatos a uma dada área e com um efeito significativo em toda a região. Ou seja, são um motor de actividade e crescimento continuado, são um factor favorável e essencial na indução de desenvolvimento. E chegam a afirmar que a questão já não é o que a economia pode fazer pelo sector cultural, mas sim o que o sector cultural pode fazer pela economia. Até porque

¹⁷⁷ Torre, M. (1982) Museums: an investment for development. Paris, ICOM apud Alice Semedo(2003) A Cultura em Acção – Impactos Sociais e Território. Porto: Edições Afrontamento.

¹⁷⁸ in Semedo A. (2003) A Cultura em Acção – Impactos Sociais e Território. Porto: Edições Afrontamento.

este provoca também outros benefícios sociais, como sejam a reciclagem de desempregados e a revitalização local.

Para Semedo¹⁷⁹ está assim provada a função potencial das instituições culturais na revitalização económica das cidades de interior e aldeias, na atracção de turistas e divisas e ainda na criação de postos de trabalho. E por consequência a reavaliação das instituições culturais, como sector económico que contribui para a prosperidade nacional, fez com que deixassem de ser vistas como algo que esgotava os recursos públicos para passarem a ser encaradas como um bcn potencial.

E, como referem Vaughan e Booth¹⁸⁰

“Muitos centros de tomada de decisão viam agora o desenvolvimento de projectos culturais, nomeadamente a criação de museus, como um instrumento importante na diversificação da base da economia local, prestando uma renovada atenção a sectores económicos em expansão como o lazer e o turismo.”

Uma vez que as organizações culturais, como também refere Colbert¹⁸¹, ocupam um lugar na sociedade ao transmitirem uma determinada identidade cultural, mediante o conteúdo das obras que oferecem, importa que sejam geridas em função das necessidades da mesma.

Já no século XX, os sectores de maior crescimento, nos países desenvolvidos, foram as organizações não empresariais – a governação, as profissões liberais, a saúde e a educação.

Como referem Hernández e Tresserras¹⁸²

“Como todo en este mundo estos desarrollos tienen su parte buena y su parte mala. Existe el peligro de pérdida de sustancia, empobrecimiento y simplificación de los mensajes y canalización de los valores de la cultura... Pero también es cierto que el patrimonio sale beneficiado al constituirse como una verdadera industria cultural en competencia o a la zaga con la industria del cine o la industria editorial, de entrada porque llega a más gente. Actualmente las industrias culturales son el subsector económico que más crece en los países más desarrollados y uno de los que crea empleos más especializados a los que accede gente más diversa.”

¹⁷⁹ Semedo A. (2003) A Cultura em Acção – Impactos Sociais e Território. Edições Afrontamento. Porto

¹⁸⁰ Vaughan e Booth (1989) apud Semedo A. (2003) A Cultura em Acção – Impactos Sociais e Território. Porto: Edições Afrontamento.

¹⁸¹ COLBERT, C. Y CUADRADO M. (s/d). *Marketing de las Artes e la Cultura Ariel*.

¹⁸² HERNÁNDEZ, J. B. E TRESSERRAS, J. J. ((2001). *Gestión del patrimonio cultural*. Barcelona: Ariel Patrimonio

As actividades culturais atraem o turismo e este proporciona mais público, havendo pois uma relação complementar. É também porque o turismo angaria mais recursos para a causa da preservação e da exploração criteriosa do património, diminuindo assim os riscos da sua degradação. Para além de possibilitar o desenvolvimento de novas instalações para desfruto dos habitantes locais.

4.4 – O TURISMO COMO ELEMENTO DINAMIZADOR

O turismo tem sido um importante agente de desenvolvimento regional e local, porque tem induzido a reflexão e a implementação de políticas de ordenamento e planeamento do território.

No entanto, o planeamento desta actividade como elemento dinamizador deve ser integrado, partindo do natural ao social e cultural, segundo uma política global, isto porque o turismo também pode ser um agente de desequilíbrio e de desarticulação entre territórios, dado que promovem o desenvolvimento de uns e a exclusão de outros e pode ser elemento de risco no que concerne aos recursos ambientais e patrimoniais.

Como salienta Fernández¹⁸³

“Os processos de desenvolvimento rural, as técnicas de dinamização devem contribuir para que todos os grupos sociais sejam capazes de mobilizar recursos endógenos (naturais, culturais, económicos, etc) sub-aproveitados ou ociosos, susceptíveis de gerar novas actividades e conseguir os objectivos de desenvolvimento dessa comunidade ou território.”

Para Vallina¹⁸⁴ o turismo rural tem como finalidade o desenvolvimento de actividades de ócio no meio rural, aproveitando as potencialidades e os recursos locais que provoquem interesse no exterior.

Assim, como refere Cravidão¹⁸⁵

“O turismo é hoje um fenómeno cultural que faz parte de um conjunto de características que permitem definir a sociedade do consumo/lazer. Situado num domínio económico onde o efeito multiplicador pode gerar lucros quase imediatos e abrangendo um conjunto de bens onde ancoram muitos dos valores da sociedade de consumo (...), compreende-se que o turismo seja encarado com uma das principais fontes de receitas, quer local, regional ou mundial.”

No entanto e, como referem vários autores¹⁸⁶ a actividade turística é quase sempre comandada por uma lógica que encerra numerosas contradições. Em primeiro lugar porque promove a mobilidade mas exige sítios de paragem privilegiados que frequentemente consomem e devoram, promovem o desenvolvimento mas aceleram em numerosos casos a

¹⁸³ Fernández, D. M. (2002) *Nuevos Horizontes en el Desarrollo Rural*. Madrid: Ediciones AKAL, S.A.

¹⁸⁴ Vallina, J. I. (2002). *Manual para Agentes de Desarrollo Rural*. Madrid: Ediciones Mundi-Prensa.

¹⁸⁵ Cravidão, F. D. (2003) *Territórios do Turismo* – Porto: Revista Científica do ISAI.

¹⁸⁶ idem

exclusão de outros territórios. Em segundo lugar é quase sempre sinónimo de qualidade de vida mas gera impactos que aceleram a degradação ambiental – do património natural, passando pelo património construído, isto é, o património cultural e chegando às culturas locais. Assim, ao tornar-se uma das principais fontes de receita da economia é necessário que a sociedade em geral e o indivíduo em particular tenham um papel cada vez mais activo e cívico, no sentido de contribuir para a relação saudável entre a actividade turística, ambiental e cultural. Ou melhor, é necessária a promoção de uma maior consciência da cidadania em relação aos valores do ambiente e à importância económica, social e cultural da actividade turística, na riqueza que decorre do conhecimento e respeito pelas culturas. Pelo que a educação é uma das palavras-chave, assim como a promoção da formação de profissionais que tenham como competências o saber-fazer, mas também a consciência e a sensibilidade para o facto de que o território é um recurso colectivo e intemporal.

É reconhecido por muitos que o turismo é ao nível mundial o sector de actividade económica com maiores perspectivas de crescimento nos próximos anos e, aquele que tem maior capacidade para gerar novos postos de trabalho, com repercussões a curto, médio e longo prazo. No entanto, trata-se da criação de empregos qualificados, o que reforça a necessidade de haver um investimento na educação e na formação. Por exemplo, durante muitos séculos o artesanato foi um recurso básico da economia local e a sua extinção como manifestação cultural pode significar uma importante perda, não só em termos culturais mas também como novas oportunidades de emprego.

Esta opinião é também reforçada por Marques¹⁸⁷ que considera que a contribuição do turismo para a produção de riqueza e melhoria do bem-estar das populações se faz sentir das mais variadas formas:

“Pela produção e emprego que cria, pelo investimento, pela recuperação de infra-estruturas colectivas que estimula, pela preservação do ambiente e recuperação do património histórico-cultural que favorece, pelas oportunidades de desenvolvimento regional que representa, pelas necessidades dos indivíduos que satisfaz é, sem dúvida uma actividade económica e social de grande futuro.”

De qualquer das formas, uma parte dos recursos provenientes do turismo deve ser canalizada para a economia local, ajudando a resolver problemas de saúde, educação e emprego.

¹⁸⁷ Marques, H. T. (2003) Territórios do Turismo – Porto: Revista Científica do ISAI.

Mas nem tudo é fácil na aplicação do turismo como elemento dinamizador do meio rural. Este encontra diversos obstáculos, como seja: a necessidade de consenso e adesão da população e comunidade local, não só para a conservação, mas sobretudo para o desenvolvimento dos recursos turísticos; a necessidade de haver uma concertação da administração local para definir e executar uma política sobre o turismo no espaço rural; a necessidade de gerir e promover de uma forma integrada os produtos culturais produzidos.

Isto é, como afirma Fernández¹⁸⁸

“Un pueblo com futuro es aquél que conoce, valora y potencia lo que tiene; las personas, su cultura, sus valores, su historia y se esfuerza mediante su participación en el desarrollo económico, social y humano.”

Assim, a autora¹⁸⁹ considera que o processo deve seguir três etapas de desenvolvimento:

- etapa inicial de sensibilização, motivação e informação, com o objectivo de implicar todos os agentes e de levar a população a decidir qual querem que seja o futuro;
- etapa de diagnóstico e de elaboração do projecto, identificando os problemas e descrevendo as acções a levar a cabo no intuito de os resolver;
- etapa de execução e controlo das ideias e projectos.

Mas a aposta no turismo rural como elemento dinamizador e de desenvolvimento de um local ou região, só é ganha se for com um turismo de qualidade, se for executada com o objectivo de proteger os recursos turísticos¹⁹⁰, de melhorar a competitividade e qualidade dos serviços turísticos; de incentivar a formação e a especialização dos profissionais e de criar informação permanente de promoção e divulgação dos produtos criados. As propostas devem ser de preservação e apresentação da paisagem rural como elemento primordial de motivação turística, sobretudo pelo seu atractivo estético, autenticidade e singularidade; de potenciamento do alojamento de qualidade, através da recuperação e restauro de edifícios singulares e de interesse, bem como de elementos tradicionais; de desenvolvimento de uma

¹⁸⁸ Fernández, D. M. (2002) Nuevos Horizontes en el Desarrollo Rural, Madrid: Ediciones AKAL, S.A.

¹⁸⁹ idem

¹⁹⁰ Os recursos turísticos são o conjunto de elementos de carácter natural, histórico ou cultural que configuram um determinado território e pelos estabelecimentos, bens e serviços de carácter residencial, artístico, cultural, social ou de outra tipologia que são capazes de atrair durante um determinado período de tempo a uma população visitantes procedentes do exterior. Destes podemos distinguir os recursos primários, que caracterizam a identidade cultural, física e natural do território e que constituem o foco de atracção e de propaganda para os visitantes e os recursos secundários, compostos pelo conjunto de bens e serviços que acomodam e recebem a

rede de serviços e actividades complementares, como seja a gastronomia e a animação; de melhoramento dos equipamentos públicos, nomeadamente da homogeneização da sinalética; e, de comunicação/promoção junto dos agentes da área.

Em suma, o turismo rural pode induzir o bom desenvolvimento e produzir uma série de efeitos económicos, sociais e culturais positivos. Mas tudo depende da forma e dos métodos utilizados e da habilidade dos responsáveis para superar obstáculos e mobilizar potencialidades e vontades.

De qualquer forma os objectivos estratégicos a englobar num plano de desenvolvimento local de turismo devem ter em conta, para além da procura do bem-estar das sociedades rurais mediante o incremento da qualidade de vida, o facto de:

- compatibilizar a conservação e o desenvolvimento dos recursos patrimoniais do meio rural, provocando efeitos sinérgicos de crescimento em ambos os sentidos;
- gerar uma oferta turística extensiva de alojamento e recreação;
- favorecer o intercâmbio cultural, económico e social entre as sociedades receptoras rurais e as emissoras urbanas, para induzir o re-equilíbrio territorial;
- estimular o contacto dos turistas com o meio natural e rural, a fim de incrementar o respeito, o conhecimento, a sensibilidade, a tolerância e a solidariedade, e contribuir para fortalecer o compromisso com a sua conservação;
- facultar e formar a população rural para se organizar e gerir, no sentido de conseguir um desenvolvimento autónomo;
- desenhar uma estratégia local do turismo com a participação da população.

Como refere Vallina¹⁹¹,

“El territorio, en términos de desarrollo local, es, por una parte, un actor principal y protagonista y, por otra, un complejo recurso «o diferencial, susceptible de desplegar multitud de facetas y elementos constitutivas que pueden dar origen a numerosas oportunidades locales de empleo.”

Assim considera que importa interpretar o território com fins turísticos, de forma a estimular, transmitir, revelar e a oferecer uma visão de conjunto capaz de despertar a curiosidade, provocar emoções, sensações e paixão.

procura turística. In Vallina, J. I. (2002). Manual para Agentes de Desarrollo Rural. Madrid: Ediciones Mundi-Prensa.

¹⁹¹ Vallina, J. I. (2002). Manual para Agentes de Desarrollo Rural. Madrid: Ediciones Mundi-Prensa.

1 – CARACTERIZAÇÃO GERAL DO CONCELHO

Terra alcantilada mas fértil, abundante em água e deslumbrante em belezas naturais, é facilmente compreensível que Resende tenha sido procurada e habitada desde tempos bem remotos.

O nome de Resende parecer ser de origem visigótica. Não se sabe porém ao certo quem seria o senhor que lhe legou o nome. Fala-se de um D. Rausendo Hermegies, discnto do Rei Ramiro II de Leão, que terá reconquistado estas terras aos mouros e que, por volta do ano de 1030, aqui terá mandado construir o seu Paço, a curta distância da Vila Actual.¹⁹²

A) Morfologia:

Situado na vertente setentrional da Serra do Montemuro e com o Rio Douro a banhar-lhes os pés, o Concelho de Resende, pertencendo actualmente à província do Douro Litoral e fazendo parte da Região de Turismo do Douro Sul, confronta com Lamego à Nascente, Cinfães a Poente e Castro Daire a Sul., isto é, encontra-se rodeado por grandes conjuntos montanhosos sendo de destacar o Maciço de Montemuro, cujos topos ultrapassam os 1 300m de altitude. É constituído por dois vales perpendiculares ao Douro e de amplas vertentes. São vales muito encaixados, situados entre cotas de altitude relativamente elevada, decaindo abruptamente em direcção ao rio, originando fortes declives, são normalmente estreitos, à excepção de poucas áreas planas na margem do Douro. Existem poucas superfícies planas, para além dos topos dos principais relevos (S. Cristóvão e S. João) só aparecem alguns interlúdios de topos ligeiramente aplanados. O Sul do Concelho está integrado no conjunto montanhoso do Montemuro, com altitudes elevadas, em geral acima dos 1 000m. Perante isto o Concelho beneficia de um vasto horizonte visual abrangendo, a norte, os concelhos de Baião e Mesão Frio e parte da Serra do Marão.

B) Rede hidrográfica:

O Concelho de Resende localiza-se na bacia hidrográfica do Douro. Este curso de água é de extrema importância, possui um forte caudal, apresentando um perfil longitudinal regularizado pela construção das barragens. O rio corre num vale encaixado formando cotovelos mais ou menos apertados.

¹⁹² Duarte, J. C. (1997). Resende e a sua História. Câmara Municipal de Resende.

Verifica-se assim que a rede hidrográfica do Concelho se organiza em função do Rio Douro, sendo constituída por um conjunto de pequenos ribeiros, que apresenta um desenvolvimento incipiente e pouco hierarquizado, pois aparecem apenas cursos de água de interesse local.

O Rio Cabrum e a Ribeira de S. Martinho, que atravessa o Concelho de Sul para Norte, são os de maior importância na estrutura física-social do Concelho, formando duas amplas bacias. Ambos correm em vales encaixados, de fortes declives e possuem um curso de água mais ou menos regular. Há ainda a salientar um conjunto de pequenas linhas de água que formam um conjunto de pequenas bacias que diversificam o concelho morfologicamente.

Quanto à qualidade da água, pode-se afirmar que os cursos de água não apresentam indícios de poluição. Em relação aos recursos hídricos subterrâneos há a referir a existência de águas termais bicarbonatadas, sulfurosas e sódicas, nas Caldas de Aregos.

O Rio Douro nunca foi uma barreira física, muito pelo contrário. A água é aliás um dos ricos recursos naturais do Concelho, quer na sua utilização para a irrigação, quer no abastecimento às populações, quer ainda como recurso de potencialidades termais, interesse paisagístico e económico, a promover sobretudo na sua componente turística.

C) Demografia, Ensino e economia:

O Concelho abrange 15 freguesias: Anreade, Barrô, Cárquere, Felgueiras, Feirão, Freigil, Miomães, Ovadas, Paus, Panchorra, Resende, S. Cipriano, S. João de Fontoura, S. Martinho de Mouros e S. Romão de Aregos.

A sua área geográfica, aproximada, é de 120,60 km² e a sua população é de 12.370 habitantes.

Desde a década de 40 que se verifica uma tendência decrescente da população residente. Esta tendência justifica-se em certa medida pela existência de factores que contribuíram para que a população de Resende, com o evoluir dos tempos, fosse decaindo. As guerras coloniais constituem um dos factores que conduziram a uma perda de população. Também os fenómenos de emigração e migração levaram muitos Resendenses em busca de melhores condições, em países estrangeiros e nas cidades do litoral de Portugal. A estes factores associa-se uma baixa na taxa de natalidade, à semelhança dos índices nacionais. Tudo isto indica a existência de um mecanismo de repulsão populacional, especialmente na mais jovem, possivelmente justificada pela estrutura sócio-económica da região a qual é agravada

por dificuldades de inserção de meios humanos, pelo que a população do concelho tem envelhecido progressivamente.

O Concelho caracteriza-se por uma densidade populacional muito díspar, pois apenas 6 das 15 freguesias existentes concentram cerca de 70% da população em 40% da área total. A grande dispersão populacional conduziu a inúmeras dificuldades por parte da autarquia em fornecer às populações as condições básicas, tendo surgido para solucionar o problema o Plano Director Municipal (que define as metas a alcançar nos domínios do desenvolvimento económico e social do Município nas suas relações com o ordenamento do território).

Em face dos dados dos Censos 2001, confirma-se o decréscimo da população do Concelho em (9,5%). Também na Sede do Concelho se verifica um decréscimo de (10,6%), assim como na Vila de S. Martinho de Mouros (10,5%) e na freguesia de Barro (13,5%). A população aumentou nas freguesias de Anreade (3%) e Cárquere (6,2%) e, manteve-se praticamente estável em S. Romão de Aregos. Considera-se ainda acentuada a desertificação da Zona Sul/Centro, com taxas negativas da ordem dos 26,0%.

Também o Concelho de Resende não escapa à tendência do país e a pirâmide etária continua invertida, representando tal facto uma população envelhecida. Nas camadas mais jovens a percentagem da população é ligeiramente superior à do país.

A população mais jovem encontra-se em Cárquere (29,3%), enquanto que a mais envelhecida se encontra em Ovadas (37,9%), se bem que possam ser encontradas populações relativamente jovens em Anreade e Resende (27,6%).

As suas acessibilidades são, ainda, fracas, sendo servido pela sinuosa FN 222, que margina o rio, e pela linha ferroviária do Douro, do outro lado. A recém construída Ponte da Ermida, veio facilitar bastante as acessibilidades do Concelho, mas só após a construção da EN 222-2, de ligação ao IP3 e da ligação ao IP4, passando pela referida ponte.

A sua actividade empresarial justifica apenas 0,3% do volume de vendas da NUT III Tâmega, estando fortemente concentrada na Freguesia de Resende, que por si só justifica cerca de 74% do volume de vendas do Concelho. Os sectores económicos dominantes correspondem, para além do comércio, à construção civil, às indústrias alimentares e de bebidas, e à produção de electricidade. O sector primário absorve cerca de 26,08% da população empregada, o sector secundário cerca de 31,88%, enquanto que o sector terciário absorve cerca de 42,04%.

Dentro da actividade agrícola, a cultura preponderante do Concelho é a Cereja, existindo uma empresa de média dimensão que procede à recolha do produto e à sua distribuição.

Conclui-se, que o tecido empresarial do concelho é débil, sendo que a actividade da construção civil é aquela que se apresenta como a mais preponderante e mais dinâmica. Isto porque, verificou-se um surto de construções fruto da emigração, do crescimento económico e das condições de acessibilidade ao crédito. Pode dizer-se que não há carência de alojamento. No entanto, há necessidade de renovação das habitações, face ao envelhecimento do parque habitacional e à carência de infra-estruturas e, houve a necessidade de se concentrar as novas construções na Sede do Concelho, que hoje em dia são muitas, mas que se encontra com uma taxa reduzida de ocupação, dado que na sua maioria pertencem a emigrantes.

Quanto à Educação, segundo os dados dos Censos de 1991 a Taxa de analfabetismo do concelho era de 24,8% e, de acordo com os Censos de 2001, a taxa desceu, para os 21,2%. Verifica-se também uma fraca escolarização da população, pois 25% da população não possui qualquer nível de ensino, 43,6% possui apenas o 1º Ciclo, 8% possui o 3º Ciclo, 6% o secundário e apenas 4% concluiu o ensino superior.

D) património e história local

Sendo o Concelho de Resende essencialmente agrícola e topograficamente condicionado pela orografia, tem nas suas áreas mais elevadas as suas raízes mais antigas e elementos caracterizadores da sua identidade. O grande número de núcleos habitacionais implantados na zona serrana são a sua reserva patrimonial, onde se encontram incólumes técnicas ancestrais de amanho da terra, de edificações, tradições e costumes que urge preservar.

É incogável o seu valor como referências de um “modus vivendi” ancestral, tendo retratados séculos de evolução nas técnicas de edificação, transformação de matérias-primas de adaptação ao meio.

Muitas construções, que nos trazem naturalmente à memória grandezas de outros tempos, estão dispersas pelo Concelho.

São os vestígios funerários pré-históricos e as pedras tumulares do tempo dos romanos; são as pontes arcaicas e as igrejas rurais da época do românico e, são ainda os templos elegantes do barroco e as casas solarengas dos fidalgos duricensis.

- Património Edificado:

- * Igreja Matriz de Barrô - Barrô
- * Igreja Matriz de S. Martinho de Mouros - S. Martinho Mouros
- * Igreja Matriz de Sta. Maria de Cárquere - Cárquere
- * Capela de S. Cristóvão - Felgueiras
- * Pontes sobre o Rio de Cabrum
- * Ponte de Carcavelos - Cárquere
- * Pelourinho de S. Martinho de Mouros

- Património Arqueológico

- * Estância Arqueológica da Mogueira, em S. Martinho de Mouros
- * Estância Arqueológica do Monte de S. Cristóvão
- * Estância Arqueológica do Penedo de S. João
- * Estância Arqueológica de Cárquere
- * Estância Arqueológica da Quinta das Trapas

- Casas Antigas e Solares

- * Casa da Torre - Anreade
- * Casa de Pousada - Anreade
- * Casa da Granja - Anreade
- * Casa de Vila Pouca - Resende
- * Casa de Sais - Resende
- * Casa de Porto de Rei - S. João de Fontoura
- * Casa Solar da Soenga - S. Martinho de Mouros
- * Casa da Torre da Lagariça - S. Cipriano

- Miradouros

- * *Miradouro do Penedo de S. João - Freigil*
- * *Miradouro da Mogueira - S. Martinho de Mouros*
- * *Miradouro de São Cristóvão - Felgueiras*

- PATRIMÓIO CULTURAL:**- Festas, Feiras e Romarias**

- * *Feira Anual de São Miguel - Resende*
- * *Feira Anual de S. Cristóvão - Felgueiras*
- * *Feira Quinzenal de Resende - Resende*
- * *Feira Quinzenal de S. Martinho de Mouros - S. M. Mouros*
- * *Festival de Folclore - Anreade, Cárquere, Paus*
- * *Festa da Labareda - Resende*
- * *Festa da Cerejeira em Flor - Paus*
- * *Festa da Cereja - Resende*
- * *Festa do Quarto Domingo - Cárquere*
- * *Festas Religiosas do Padroeiro de casa Freguesia*

- GASTRONOMIA

Não existe registo escrito dos pratos típicos e característicos, especialmente desvendando os segredos dos mesmos, tudo porque as filhas aprendem com as mães e as mães aprenderam com as mães delas. O que é simples e natural é assim que acontece.

De salientar,

- * Os painços
- * O Anho Assado e o Basolaque
- * O leite de botelha
- * As papas
- * O arroz de vessada
- * O caldo de castanhas
- * As batatas de sarrabulho
- * A açorda de carne,
- * O arroz de vinha d'alhos
- * O farrapo velho
- * As falachas e os formigos
- * Os rosquilhos de Arcgos
- * As cavacas de Resende - segredo bem guardado pelas docciras.

Artesanato

- * tamancos
- * mantas de farrapos
- * bordados à mão
- * chapéus de palha
- * cestos de verga
- * crivos e peneiras
- * carros e arados
- * croças, capelos e polainas de junco
- * meias de lã e capuchas de burel
- * breses de palha centeia
- * violinos, armas e navalhas.
- * candeias de azeite, lampiões de petróleo
- * braseiras para o Inverno e regadores para a água.
- * barro negro

- Usos, Costumes e Tradições:

O povo, dotado de extraordinária imaginação e de enorme criatividade, sempre foi capaz de arranjar brincadeiras de fazer rir, maldades de saborear e de seres de outro mundo para amedrontar. Abandonado tantas vezes nas suas doenças e aflições, acabava por descobrir, por si próprio, remédio para a cura dos seus males em rezas e benzeduras.

Assim, era Costume e Tradição brincar-se ao Carnaval e ao Entrudo e aos Santos Populares. Era hábito e Costume comemorar-se o Domingo de Ramos e o primeiro de Maio.

O Povo tinha e fez perpetuar algumas credices, lendas e tradições. Sobretudo porque Resende esteve afastada, até há pouco tempo, das vias de comunicação e dos meios de transporte, a sua riqueza cultural aguentou-se, por muito tempo, imune das influências, por vezes benéficas, por vezes nefastas, de culturas estranhas.

A maior parte das pessoas nasciam sem sair da sua aldeia. A cultura pela rádio e pela televisão chegou tarde. O povo que em geral não sabia ler nem escrever, tinha outra cultura - a sua, por sinal bem rica e interessante.

E) Equipamentos e Parceiros

As actividades culturais têm como suporte algum tipo de infra-estruturas de equipamentos colectivos. Os espaços que se dispõem para se levar a cabo programas sócio-culturais são múltiplos e variados: bibliotecas, centros sociais, salas de conferências, casas de cultura, casas de juventude, clubes, museus, salas de exposições, teatros, centros de arquivo e documentação, etc..

É por demais evidente que os espaços e equipamentos constituem um elemento de sustentação da política cultural municipal e, esta não pode conceber-se sem o mínimo de infra-estruturas. Mas uma política cultural não pode conceber-se sem equipamentos, mas fazer-se equipamentos sem uma política cultural também não faz sentido, porque não são os equipamentos que contam mais, mas sim as pessoas e os processos culturais, capazes de os vivificar.

Era um dos graves problemas do Concelho de Resende, a falta de infra-estruturas culturais e recreativas, onde se possa praticar e realizar actividades com alguma qualidade. Mas com a construção do Auditório Municipal, do Centro de Animação e com o Museu Municipal, grande parte desses problemas foi colmatado, faltando agora os projectos culturais, ou a política cultural. No entanto, este problema não devia ser motivo da não realização de actividades sócio-culturais. Porque importa, também, de uma forma criativa e imaginativa aproveitar e utilizar os recursos culturais de que se dispõem, quer seja ao nível do património edificado ou quer seja ao nível do património natural.

Ou seja, nem sempre há necessidade de criar novos equipamentos, muitas vezes será mais conveniente a recuperação e a adaptação de edifícios histórica e culturalmente significativos que podem ser aproveitados para a realização de actividades sócio-culturais ou como lugares de encontro. Ou, utilizar e aproveitar os locais que as instituições já dispõem e que normalmente são utilizadas para outras funções, como por exemplo as bibliotecas ou as escolas. Também se deve pensar em remodelar ou reconverter para uso de actividades sócio-culturais locais e casas cujos fins sejam outros.

Parceiros/Colaboradores

No intuito de combater a interioridade e o isolamento das populações importa incentivar a dinamização das estruturas existentes, quer associações ou instituições e, impulsionar a criação e apresentação de eventos ou acontecimentos, de forma a facilitar o acesso à cultura por parte das populações, distribuídas pelas suas aldeias, muitas vezes remotas em relação aos centros de produção artística, importa instituir alguns laços de trabalho e colaboração, no sentido de todos prosseguirem um só fim, o bem da comunidade ao nível cultural.

Assim, aponta-se de seguida algumas associações e instituições, que nos parecem de vital importância, para a dinamização sócio-cultural do Concelho.

- GRUPOS DE ANIMAÇÃO

Rancho Folclórico e Etnográfico de S. Miguel de Anreade
Rancho Folclórico e Etnográfico de Santa Maria de Cárquere
Rancho Folclórico e Etnográfico de S. Pedro de Paus
Rancho Folclórico de Santa Maria de Barro
O Grupo Coral de Resende
Conjunto Musical “Pele e Osso”
Conjunto Musical “Banda D’Ouro”
Conjunto Musical “Banda Fixe”
Conjunto Musical “Raio de Sol”
Banda de Música “A Velha”, de S. Cipriano
Banda de Música “A Nova”, de S. Cipriano
Grupo de Bombos “Bons Mouros”
Grupo de Bombos de Miomães
Grupo de Bombos de S. Romão

- ESTABELECEMENTOS DE ENSINO:

13 Jardins de Infância
21 Escolas do 1º Ciclo
1 Escola EB/2 de Resende

- 1 Escola ES/3 de Resende
- 1 Externato D. Afonso Henriques
- 1 Polo de Formação Profissional

- ASSOCIAÇÕES CULTURAIS, RECREATIVAS E DESPORTIVAS:

- Clube Náutico de Caldas de Aregos
- Grupo Desportivo de Resende
- Associação Desportiva, Recreativa e Cultural de S. Martinho de Mouros
- Casa do Futebol Clube do Porto de Resende
- Associação Desportiva e Recreativa de Barrô
- Comissão de Melhoramentos da Talhada
- Associação Desportiva e Recreativa de S. Romão
- Associação Desportiva, Recreativa e Cultural Pró-Resende
- APROLIF - Associação Pró-Linho de Felgueiras
- Associação de Jovens e Amigos de Ovadas
- AIA – Associação Internacional de Artistas

- OUTRAS ASSOCIAÇÕES:

- Associação de Estudantes da Escola ES/3 de Resende e Associação de Estudantes do Externato D. Afonso Henriques
- Agrupamento de Escutas de Resende e Agrupamento de Escutas de S. Martinho de Mouros
- Associação de Comerciantes de Resende
- Associação de Agricultores

- OUTRAS INSTITUIÇÕES:

- Santa Casa da Misericórdia de Resende
- Irmandade S. Francisco Xavier
- Casa do Povo de Resende
- Casa do Povo de S. Cipriano
- Termas de Caldas de Aregos

A **Câmara Municipal de Resende**, este não será um simples colaborador ou parceiro. À Câmara Municipal cabe o papel de primeiro agente de desenvolvimento local. Ou seja, e a quem cabe dar o ponta pé de saída, ou através do seu próprio quadro de recursos humanos, ou através do incentivo da criação de uma agência de desenvolvimento.

Analisando estatisticamente os planos de actividades/orçamentos da autarquia, podemos afirmar que a aposta da mesma não será num turismo cultural. Especificamente, para o ano de 2004 e 2005, foi disponibilizada uma verba de 400 mil euros para a educação, no entanto, 325 mil foram gastos em questões logísticas como transportes e alimentação. Para 2006 a verba aumentou para 580 mil dos quais 445 será para as ditas questões logísticas. Ao nível cultural, em 2004, foi gasta uma verba de 200 mil euros. Em 2005 foi disponibilizada uma verba de 375 mil euros, da qual 104 mil foi gasta nas festas concelhias, 85 mil em publicações de divulgação/comunicação, 40 mil no festival da cereja, 20 mil no projecto música no douro, 72 mil para a constituição do espólio do museu e animação do mesmo, 12 mil na animação do auditório e centro de animação.

Para a protecção do meio ambiente e conservação da natureza, em plano, está atribuída uma verba de 10 mil euros.

F) Recursos hoteleiros e restauração:

O primeiro hotel de que há memória no concelho terá sido construído em Aregos, para serviço das Caldas e por volta de 1910. Foi o Hotel Parque que funcionou até 1970, nas épocas de veraneio e de funcionamento da Estância Termal.

Com a desactivação das Termas na década de setenta, este e outros hotéis que entretanto haviam surgido, ficaram praticamente fechados por não terem clientela e deles só restam edifícios arruinados, com os nomes na fachada, para testemunho das grandezas de outros tempos.

Actualmente, podemos quantificar, os seguintes recursos hoteleiros:

Pensão Portugal	Caldas de Aregos
Douro Park Hotel	Caldas de Aregos
Albergaria de Caldas de Aregos (13 quartos)	Caldas de Aregos
Residencial Túnel (20 quartos)	Anreade
Residencial da Granja (11 quartos)	Resende
Residencial Califórnia (29 quartos)	Resende

Turismo em Espaço Rural:

Casa de Fundo d'Aldeia (Q:7; C:14)	Anreade
Casa do Souto (Q:4; C:8)	Anreade
Quinta do Carujeiro (Q:5; C:10)	Miomães
Quinta do Ribeiro (Q:4; C:7)	Resende
Casa de S. Gens (Q:2; C:4)	Resende

Restauração:

Empreendimento “Estrela do Douro” – Caldas de Aregos

Restaurante “Douro à Vista” - Resende

Churrascaria “O Túnel” - Anreade

Restaurante da Granja - Resende

Restaurante Catefica - Resende

Restaurante “Paga Tu” - Resende

Restaurante “O Emigrante” - Resende

Restaurante “Bengalas” - Resende

Restaurante “Gentleman” - Resende

Restaurante “O Pitas” – Resende

G) Polos de atracção:

O Rio Douro e o Barco Rabelo, foram dois factores inseparáveis na vida dos povos durienses e das gentes desta terra, mau grado as dificuldades da navegação, num rio de margens alcantiladas e pouco menos inacessíveis, num leito pedregoso e irregular, cheio de mil perigos, com a imagem da morte sempre à vista. Um só tipo de embarcação, o Barco Rabelo, conseguia vencer as galerias.

O Rio já não ouve as vozes húmidas dos arrais e os barcos já não sobem à Régua e ao Pinhão. Estão aposentados. São os últimos descendentes de uma família heróica e generosa, que trabalhou e sofreu e matou a fome a muita gente. Agora apenas servem para consolar olhares de turistas curiosos e fazer publicidade de um vinho que já não trazem, nem bebem, nem conhecem.

No Verão, humilde e pobre, quase ficava sumido e envergonhado. Uma enguia longa, deformada e quase seca. Quase se passava, pulando, para o outro lado. Mas no Inverno, engordava de repente, ficava barulhento, fanfarrão e ganhava tanta força que arrastava troncos e casas, levava vinhas e tonéis e engolia gente e animais. Resende deve muito ao Rio. A sua história, sem o Douro, era diferente. Muita gente matou a sua fome no rio. Muitos poetas foram lá beber a sua inspiração. E foi sempre pelo Douro que Resende partiu para o mundo!...

O Douro hoje, já não tem raivas, nem poço, nem galerias. É uma estrada plana e calma que reflecte, nas suas águas, o colorido do sol-por entre as montanhas e a verdura macia e fresca dos acordares matinais. Mas também já não há sáveis nem lampreias, nem barcos rabelos de velas enfunadas a passar.

Os *Aglomerados Serranos*, na Zona da Serra, associados à exploração agrícola e criação de gado, podemos referir o conjunto de aglomerados existentes, que mantêm as características de aldeia serrana, com as construções muito concentradas ao longo dos caminhos de distribuição e acessos internos, tendo muitas delas o largo/eira como estrutura espacial comum.

As características das construções revelam a sua origem e função agrícola, com a organização dos espaços respondendo às necessidades de guarda de instrumentos e alfaias agrícolas e animais, numa relação de proximidade íntima com a habitação, conservando ainda em muitos casos processos construtivos primitivos originais, como o pavimento de sobrado e a cobertura em colmo.

No entanto, a renovação construtiva e de imagem destes aglomerados processa-se a um ritmo muito lento, destacando-se com maior presença as poucas construções novas que se implantam em terrenos periféricos, mantendo-se, no entanto, o padrão e morfologia dominantes. Este lento movimento de renovação dos aglomerados serranos reflecte o seu progressivo definhamento ocupacional, podendo em alguns casos vir a verificar-se o fim da sua ocupação.

A exploração actual das actividades tradicionais é feita por uma população envelhecida e as novas gerações não encontram razões de permanência suficientemente fortes e compensatórias para a fixação e conseqüente renovação do quadro físico.

E, apesar de serem servidos por novas estradas municipais, a sua localização geográfica não faz deles lugares potenciais para a fixação de novas actividades o que implica que as razões para a fixação de população são escassas e sobretudo ligadas a laços familiares e transmissão de propriedade.

Podemos pois afirmar que os aglomerados serranos, constituem um conjunto bem definido de ocupação territorial, pela sua dimensão, tendências de crescimento e função no tecido económico, são sobretudo uma reserva patrimonial, cujo aproveitamento dependerá de novas oportunidades de actividades económicas que venham a ser exploradas, sejam as ligadas ao aproveitamento de recursos naturais, quer sejam as ligadas ao sector do turismo.

Caldas de Aregos, esta localidade diferencia-se dos restantes lugares quer pela sua localização junto ao rio, quer pela forma como agrupou as suas construções, definindo um núcleo implantado num pequeno morro e que levou à implantação de construções de maior porte que, pelo seu volume e função (pensões ligadas ao turismo termal) conferem a Caldas de Aregos a marca diferenciadora dos restantes lugares da freguesia em que se insere (Anreade) e do Concelho.

Reside, aliás, nesta potencialidade de serviços e turismo baseados na exploração das termas, o factor principal que pode revitalizar este aglomerado, aproveitando as suas características morfológicas e paisagísticas. Caldas de Aregos pode desempenhar um papel importante nas acções de atracção de actividades económicas.

S. Martinho de Mouros, a importância desta Freguesia resulta da sua função de sede de concelho. Esta Vila dispõe de uma organização espacial hierarquizada, ligando dois pólos constituídos pelo núcleo central mais urbano, onde se localiza a igreja do Senhor do Calvário e um conjunto de construções de vários pisos e rés-do-chão com alguma actividade comercial e, um outro núcleo identificado pela igreja românica. Ligando estes dois núcleos, uma rua ladeada de casas de diferentes volumes e tipologias, onde se localiza o pelourinho (monumento nacional). Têm-se verificado um crescimento do aglomerado e uma procura relativa. E, logo na sua fronteira de salientar Porto de Rei, com a sua praia fluvial e histórias de encantar.

Resende - Sede do Concelho, com efeitos de atracção pelo número de serviços e equipamentos públicos que dispõe. Nomeadamente, Museu Municipal, Biblioteca Municipal, Auditório Municipal, Piscinas Municipais, Campo de Ténis, Pavilhão Desportivo, Posto de Turismo

Os aglomerados de S. Martinho de Mouros, Caldas de Aregos e Resende, constituem pois o conjunto de lugares urbanos onde se poderá polarizar os principais investimentos ao nível dos equipamentos, recuperação patrimonial e melhoria do espaço público.

Também a Freguesia de Santa Maria de Cárquere, pela imponência do seu Mosteiro, pela riqueza da sua história, ligada ao nascimento de Portugal e pelo património arqueológico existente pode ser um forte pólo de atracção turístico-cultural.

2 – O MUSEU MUNICIPAL DE RESENDE

2.1 - A VOCAÇÃO DO MUSEU

De acordo com o Programa Muscológico, elaborado pelo Dr. Agostinho Ribeiro, Director do Museu de Lamego, o Museu Municipal de Resende será uma estrutura de carácter cultural e artístico, vocacionada para a recolha, estudo, conservação e divulgação do património resendense, sobretudo na sua vertente arqueológica e etnográfica.

Será uma estrutura cultural porque privilegiará os testemunhos identificativos da vida, usos e costumes tradicionais do Concelho de Resende. E, será uma estrutura artística, porque ficará dotado de uma infra-estrutura que irá permitir o acolhimento e divulgação dos artistas, passados e contemporâneos, nos mais diversos sectores da criação humana.

Assim, pretende-se atingir estes objectivos através de uma intensa actividade de animação, em que as exposições temporárias marcarão os ritmos artísticos e culturais de Resende, quer através do funcionamento do pequeno auditório para realização de concertos, seminários, colóquios e conferências, quer ainda pela utilização do centro de documentação que se pretende instalar no mesmo edifício. Este Museu será tendencialmente pedagógico, pelo que deverá privilegiar-se o público escolar, sem prejuízo da sua abertura ao público em geral, que deseje conhecer com maior profundidade alguns dos aspectos mais marcantes da vida do Concelho de Resende.

A grande riqueza arqueológica e o extraordinário património etnográfico de que é detentor constituem os pilares fundamentais do Museu Municipal, que terá por missão a sua salvaguarda e valorização, pelo que se assumirá como um instrumento de sensibilização para a conservação de todo o património cultural do Concelho, concentrando as suas maiores energias nos grupos etários mais jovens, por forma, a que se consiga construir, a curto e médio prazo, uma geração de resendenses conscientes da importância do património que possuem e da responsabilidade inalienável de o saberem transmitir, nas melhores condições possíveis, às gerações vindouras.

Definida esta grande vocação do Museu, este não poderá nunca “viver” de costas voltadas para a população, pelo contrário, deverá pautar sempre a sua actuação com um permanente diálogo e interligação com o meio envolvente, dando particular atenção às relações que deverá estabelecer com todos os estabelecimentos de ensino existentes na região. Deverá assumir-se como centro interpretativo da evolução do Concelho desde as origens do seu povoamento até à idade contemporânea. Propõem-se prosseguir e aprofundar o cumprimento dos programas sócio-culturais, como instituição destinada a preservar,

investigar, expor e divulgar os seus valores patrimoniais, em comunicação permanente com a comunidade.

As suas colecções pretendem identificar a herança de uma sociedade rural, que foi progressivamente modelando um território aparentemente circunscrito (com os seus montes, os seus campos, os seus rebanhos e o seu artesanato tão activo) mas sempre interligado por múltiplas relações de curta, média e longa distância.

Os objectos a expor são referências históricas de um município que construiu a sua história e a sua cultura rural a partir de uma vida agrícola intensa, onde o agricultor, o pedreiro, o ferreiro, o carpinteiro, o cesteiro, a tecedeira, entre outros artífices do quotidiano foram no seu anonimato, as personagens desta construção cultural que chegou até ao século XXI.

A colecção histórica tem como missão evocar aspectos do passado histórico desta terra através de objectos, sons e imagens que identificam ideias e fenómenos sociais do passado. A história antiga encontra-se também documentada por uma colecção arqueológica.

Enquanto espaço museológico, reconstruído para a preservação e divulgação do património no seu local de origem, o Museu Municipal de Resende visa promover o desenvolvimento cultural das populações, atendendo à ancestralidade dos valores histórico-culturais de cada comunidade, que nele se procurará rever e afirmar.

Como tal, cabe-lhe um duplo papel: retrospectivo e prospectivo.

Retrospectivo dentro da noção mais tradicional e elementar de museu - a salvaguarda e preservação dos elementos que constituem parte integrante da vida e cultura das gentes do Concelho. Prospectivo porque, enquanto instituição viva e dinâmica, deverá ser o pólo potenciador e dinamizador da actividade cultural do Concelho.

Partindo do conceito de multidisciplinaridade como ideia orientadora geral - conceito a que se encontra subjacente a noção de abertura e de investigação constante -, o Museu assume-se como um foco aglutinador de tudo o que sobre e de Resende foi consolidado.

Assim, vértice de múltiplas manifestações culturais, o Museu será ponto de encontro (ou reencontro) das gentes do concelho com a sua própria terra. Pretenderá não só conseguir chamar essas mesmas gentes, mas ir ao seu encontro, assumindo aqui preponderância a colaboração/intercâmbio com as escolas, associações, sociedades recreativas ou outras instituições sócio-culturais. Será também o ponto de partida para a descoberta do património cultural e histórico do Concelho, através da realização de percursos pela história.

De salientar e realçar que o Museu estava a ser constituído aquando da pesquisa para o trabalho e foi inaugurado no dia 3 de Junho de 2006.

2.2 - AS COLECÇÕES:

O espólio fundamental do Museu Municipal será constituído pelas seguintes colecções:

ARQUEOLOGIA:

-» **Espólio megalítico** - de reduzidas dimensões, é constituído por machados de pedra polida, micrólitos em sílex, contas de colar discoidais, lâminas em sílex, fragmentos de cerâmica e moinhos manuais.

-» **Espólio castrejo e romano**, é constituído por pedras epigrafadas, bases de colunas, fustes, tégulas, tijolos, mós, aras, algumas moedas e grandes quantidades de cerâmica.

ETNOGRAFIA:

-» Artesanato, constituído por olaria de barro preto, cestaria, palha, lacado, latoaria, linho, etc.

- » Instrumentos musicais;
- » Objectos de uso doméstico;
- » Alfaias agrícolas;
- » Trajes regionais;
- » Ciclo do linho;
- » Barcos Típicos;
- » Moinhos de Montanha;
- » etc.

Admite-se ainda a **integração de outras colecções**, nomeadamente:

- » Espólio do Engenheiro Edgar Cardoso
- » Numismática;
- » Pintura.

Em face destes elementos, considera-se possível a exposição nos seguintes termos:

* uma sala com algum espólio do Engenheiro Edgar Cardoso, ao nível de maquetas de trabalho e alguns objectos pessoais;

* uma sala com dois núcleos arqueológicos, um sobre o **período megalítico**, com as espécies expostas em vitrines horizontais e/ou verticais e as paredes em fundo com ilustrações elucidativas e, outro sobre o **período castrejo e romano**, seguindo a mesma metodologia de apresentação, mas com as peças de maior dimensões a serem expostas em estrados ou suportes museográficos atractivos que permitam uma fácil leitura da função original de cada peça;

* duas salas com três núcleos etnográficos - **A Casa, O Trabalho e O Lazer** - tentando uma cenografia não aparatosa que retrate, com a fidelidade possível, estas três realidades:

A Casa - recriação de interiores onde se exponham os objectos de uso doméstico e os respectivos trajes;

O Trabalho - alfaias agrícolas, roupas de trabalho e breve descrição das principais fontes de sustento das famílias. Poderá conceber-se um espaço exclusivamente dedicado ao ciclo do linho e aos barcos típicos;

O Lazer - trajes de festa, instrumentos musicais e breve descrição das principais festividades cíclicas de Resende.

Na secção final da última sala, havendo espaço para o cfcito e devidamente demarcada da restante colecção poderá reservar-se um espaço para albergar a colecção de numismática e de pintura.

2.3 - O ORGANOGRAMA DO MUSEU

2.3.1 - O EDIFÍCIO E AS SUAS INFRA-ESTRUTURAS

O edifício onde está instalado o Museu Municipal serviu de cadeia.

É um edifício de dois pisos, cujos espaços estão organizados em função da sua primeira vocação, sendo possível, com a introdução de algumas modificações estruturais, adaptá-lo às novas funções museológicas (com o mínimo de alterações estruturais).

De acordo com a proposta do Director do Museu de Lamego, os arquitetos, Manuel Magalhães e Eduardo Oliveira, elaboraram um projecto de reconstrução/adaptação do edifício para Museu, tendo em conta a necessidade de criar espaços adequados ao funcionamento dos seus principais serviços, que resultam das atribuições gerais de qualquer Museu - recolha, conservação, estudo, exposição e divulgação de um dado património artístico e cultural e, a possibilidade de existência de outros serviços complementares, no sentido de transformar esta estrutura num espaço de arte e lazer, atractivo e acolhedor a qualquer utente/visitante.

Importava ainda considerar a necessidade de se criar espaços para a existência de serviços administrativos, técnicos e de animação/divulgação. Nos primeiros serão integrados a competência da organização administrativa do Museu, nos segundos serão incluídos todas as responsabilidades inerentes à recolha, estudo, conservação e exposição das espécies e nos terceiros serão enquadrados os sectores ligados à actividade cultural e de lazer do Museu (serviços educativos, exposições temporárias, auditório, cafetaria, loja, etc.).

Os espaços do Museu são definidos segundo o nível de acessibilidade dos utentes/visitantes. Pelo que, se pode equacionar os espaços públicos, públicos controlados e privados:

- » Espaços públicos - recepção, vestiário, sanitários, loja e cafetaria;
- » Espaços públicos controlados - galerias de exposição permanente e temporária, auditório, biblioteca/centro de documentação e locais de animação;
- » Espaços privados - gabinetes de direcção, conservadores, técnicos de conservação e administrativos, sala de reuniões, arquivos, oficinas de restauro, laboratório fotográfico, reservas, armazéns de materiais para exposições, sanitários e vestiários, centrais de segurança, etc..

No entanto, tendo em conta a classificação dos espaços funcionais, podemos fazer a seguinte caracterização:

-> **Centros de investigação** - que se constituem como base de todas as actividades da instituição, dado que investigar é o ponto de partida da actividade museológica - suporte da sua política de gestão e de acção cultural;

-> **Centro de Documentação e Informática** - que aglutina toda a informação resultante da pesquisa proveniente do Centro de Investigação e disponibiliza ao público - estudantes, professores e investigadores, todo o material documentador da história e património local;

-> **Arquivo Histórico** - que é constituído por um acervo de documentos de origem municipal, devendo vir a integrar outros fundos ou documentos isolados - provenientes de entidades públicas ou privadas - que sejam de interesse histórico para o Concelho (sala de leitura - consulta e presença de público);

-> **Salas de exposição** - as exposições potenciam os resultados da investigação e permitem às populações estabelecer um maior domínio e conhecimento sobre o seu próprio processo histórico.

-> **Auditório do Museu** - assume-se como um espaço vocacionado para a realização de eventos sócio-culturais e pedagógicos, sejam da responsabilidade do Museu, da Câmara ou de Identidades externas;

-> **Ateliers/Oficina** - seguem a ideia da pluri-funcionalidade, devendo adotar-se sempre que possível à temática das exposições temporárias;

-> **Pólos Museológicos** - a criação de pólos ou núcleos museológicos prendem-se com a valorização e conservação do Património local e assenta na ideia de que sempre que possível a musealização de espaços deve fazer-se *in situ*.

Assim, fruto do trabalho elaborado, o futuro Museu Arqueológico e Etnográfico do Município de Resende terá as seguintes infra-estruturas:

- **Cave** (a incluir) - Reservas, Oficina e Sanitários.

- **Rés-do Chão** - Recepção e loja, sanitários, 4 Gabinetes, Galerias de circulação de exposição permanente, 3 espaços de Museu, Nave de exposições temporárias (19m x 11m), espaço multiusos para serviços educativos e oficinas de expressão (17m x 5m), oficina de restauro e Auditório.

- **1º Andar** - Centro de documentação, 1 gabinete, cafetaria/esplanada, sanitários, Sala Museu e 3 Galerias de circulação.

2.3.2 - O QUADRO DE PESSOAL DO MUSEU

Sendo o Museu de pequenas dimensões alguns dos serviços propostos serão assegurados pelos mesmos responsáveis, não fazendo sentido a constituição de um quadro de pessoal contemplando, para cada sector, um corpo específico de profissionais que iriam onerar as despesas correntes do seu funcionamento.

O número de postos de trabalho especificamente vocacionadas para as tarefas museológicas foi estabelecido em função da dimensão do Museu e, de acordo com os pareceres do Museu do Lamago e da Rede Portuguesa de Museus, com quem se pretende estabelecer protocolos de colaboração, no sentido de garantir a plena eficácia da sua acção, beneficiando do apoio daquelas estruturas nas áreas em que se encontre tecnicamente menos apetrechado.

O Museu integra o Sector da Educação e Cultura, cuja orgânica institucional esta dependente da Repartição dos Serviços Sociais e Culturais.

Assim, a composição, dimensão e qualificação do pessoal previsto para o Museu contempla o pessoal mínimo indispensável ao seu bom funcionamento:

-» **Conservador** - que realiza e coordena trabalhos de inventariação, investigação, estudo, exposição, divulgação e organização do património cultural. Coordena, ainda, acções de conservação;

-» **Técnico Superior (de Museologia)** - que colabora com o Conservador nas áreas do planeamento, gestão, investimento, investigação e divulgação museológicas;

-» **Técnico Profissional de Museografia** - que executa sob orientação do Conservador ou do Técnico Superior, trabalhos diversos nas áreas da conservação preventiva, inventariação, estudo, exposição e comunicação do património cultural;

-» **Administrativo** - que desempenha as funções de apoio administrativo necessárias ao bom desempenho do Museu;

-» **Vigilante-Recepcionista** - que zela pela integridade do património; executa as tarefas necessárias de manutenção, vigilância e segurança sobre os bens móveis e o imóvel; usa os meios audio-visuais e outros adequados à função; apoia acções de emergência de

salvaguarda do património, devidamente comprovadas; acolhe o público, orienta, encaminha e presta informações de carácter geral sobre o património, colecções e espécies sob a sua responsabilidade;

-» **Auxiliar de limpeza** - que executa tarefas indispensáveis à boa apresentação do Museu, do ponto de vista da higiene e limpeza de todos os seus espaços.

As áreas funcionais a que correspondem acções de conservação curativa e de restauro das espécies museológicas, bem como de acções de formação do pessoal do Museu, serão asseguradas com recurso a protocolos de colaboração com o Museu de Lamego e com a Rede Portuguesa de Museus, ou com empresas privadas, devidamente creditadas junto destas entidades.

3 - PROPOSTA DE INTERVENÇÃO

3.1 - INTRODUÇÃO

Compete ao Poder Local estabelecer as grandes linhas estruturantes do desenvolvimento dos Municípios ao nível do ordenamento, do planeamento, da programação, da regulamentação e da execução. Torna-se necessário, para isso, de traduzir as metas programáticas nos domínios do desenvolvimento económico-social, do planeamento territorial e urbano, do fomento das actividades, das infra-estruturas e dos equipamentos.

São várias as funções das Autarquias, que se consideram fundamentais para se poder desenvolver sustentadamente um Concelho, sendo de salientar: garantir a conveniente utilização dos recursos naturais, do ambiente e do património cultural, a melhoria das acessibilidades, a criação de incentivos à fixação das populações, sobretudo dos mais jovens, a salvaguarda da reserva agrícola, potenciar o desenvolvimento do sector agro-pecuário e florestal, a promoção e recuperação do património e a protecção dos valores naturais e paisagísticos.

O principal estrangulamento que se verifica nos municípios, sobretudo de interior é no domínio dos Recursos Humanos, principalmente no que diz respeito a empreendedores e técnicos capazes de promover iniciativas produtivas que empurrem os concelhos para uma dinâmica que lhes permita romper o bloqueio do sub-desenvolvimento. Razão pela qual se julga necessário: promover acções de formação nos domínios da cooperação, do associativismo e da gestão moderna; promover acções com a participação dos elementos dinâmicos existentes, explorando os principais recursos como seja o património e o turismo; promover iniciativas para valorizar o património cultural, permitindo às populações um importante acesso à cultura; promover operações que divulguem o concelho; promover a defesa da paisagem como recurso de interesse local e nacional.

Ou seja, o desenvolvimento de uma região exige a criação de condições básicas, mas também de condições culturais de motivação, de valores, de instrução e de tradições.

Diversos municípios ou regiões, pela sua singularidade e pela riqueza e diversidade da oferta turística e cultural e, pelas sinergias que são capazes de gerar, a partir do que há e do que pode ser aproveitado ou instalado para o seu enriquecimento, podem e devem potenciar outros sectores de actividade em razão da atracção de visitantes ou de turistas. Desde o incentivo à produção agropecuária e artesanal, ao aproveitamento das águas minero-medicinais, à prestação dos mais diversos serviços, designadamente na área dos guias dos

desportos tradicionais ou radicais, ao apoio na realização de percursos ou de passios, a mostras dos usos, costumes e tradições, etc.

Tendo em conta o património histórico, as tradições, o artesanato, a gastronomia e a doçaria, o folclore e os atractivos das próprias barragens e albufeiras, as feiras e as romarias, a caça e a pesca, assim como as estruturas turísticas e hoteleiras existentes e/ou a criar para a fixação de turistas, será possível constituir, interessantes circuitos e estruturas de animação que proporcionem uma aprofundada observação e usufruição do património natural e construído, que dêem consistência a um produto turístico e cultural explorável comercialmente.

Por isso, a aposta deve ser numa valorização concertada e articulada entre os vários recursos locais que podem conferir valor turístico e cultural, de forma a alcançar um pleno desenvolvimento.

As políticas culturais a levar a cabo devem ter em conta que as indústrias culturais são um ramo importante da economia, porque criam emprego. A cultura, no seu sentido mais amplo (educação, comunicação, saber-fazer), é um factor de desenvolvimento económico, porque o património cultural, sob a forma de museus, monumentos, locais históricos, paisagens, para além de dimensão identitária é também um recurso turístico.

Para o efeito o Museu tem de ser uma instituição viva e interveniente, tem de ser um espaço polivalente de animação, tem de ser um recurso da escola, uma ponte na vida de uma comunidade local entre o passado e o presente. Terá de ser um porto seguro e solidário para com os problemas ecológicos, sociológicos e humanitários, devrá ser um ponto de partida para a problematização, para o questionamento e a intervenção na comunidade local, tendo em vista o seu desenvolvimento social, económico e sobretudo cultural.

Os municípios devem participar na prossecução de uma política globalizante de desenvolvimento cultural que promova o aparecimento e a realização de projectos culturais próprios e da iniciativa privada, ao nível individual ou em colectividades, de reconhecida qualidade e de interesse para o município. A dinamização cultural, singular ou colectiva é uma das grandes motivações para uma vida saudável, cultivando o espírito de grupo, a inserção na sociedade e a formação cultural a que todos devem ter acesso.

Importa evidenciar esforços no sentido de se realizar um aproveitamento e uma dinamização, em ordem a uma prática política mais profunda, de efeitos globais, a partir da base real da vida das populações. Importa articular propostas de animação e dinamização sócio-cultural, promovendo uma oferta regular, descentralizada e de qualidade ao nível da acção cultural e turística. Num município onde haja um património cultural de interesse

nacional, a defesa e a preservação da matriz cultural, o respeito e o reforço da identidade, a afirmação e o protagonismo de um Concelho no contexto regional e o desenvolvimento sócio-económico das populações, devem ser os princípios e objectivos orientadores da acção do poder local.

Para o efeito devem realizar-se actividades capazes de oferecer aos utentes a oportunidade de reviver as práticas, os valores e as tradições culturais e gastronómicas das sociedades rurais, beneficiando da sua hospedagem e de um acolhimento personalizado, que permite assegurar a revitalização do tecido económico rural. Através do artesanato, da produção, venda e exploração dos produtos tradicionais, os serviços de transporte e restauração, de animação e de guias, etc.

O património é importante para o reencontro da identidade e da vitalidade pela população de um determinado território, tornando-se urgente criar mecanismos que permitam por fim à sua degradação e que promovam a sua recuperação e reanimação.

O direito à memória, assim como o direito ao ambiente e ao desenvolvimento, faz parte da nova geração de direitos fundamentais, pelo que se deve lutar não apenas pela defesa do ambiente e do património natural, mas também pelo património construído e a sua carga cultural inerente, ou seja pelo *cultivo de memórias*.

Assim, o planeamento baseado na comunidade deve ser usado no campo do desenvolvimento para integrar os residentes locais e os utilizadores de serviços em processos participativos para desenvolver e implementar projectos e programas de serviço local.

O papel institucional da animação é o de fazer circular todo o tipo de discurso cultural da maneira mais eficaz possível, ou seja, é o de gerar processos de participação cultural da maneira mais ampla possível. Cabendo ao animador o papel de ser mediador entre a arte e o povo e a função de comunicar bens culturais, desencadeando processos de dinamização cultural.

O Museu, encerrando em si uma visão de conjunto do contexto em que se insere, é um instrumento ao serviço da sociedade e da sua cultura, da mudança social, da educação e do seu desenvolvimento.

Partindo deste pressuposto, o Museu Municipal de Resende será o ponto de partida para o desenho de um Plano estratégico de desenvolvimento local.

3.2 - ANÁLISE SWOT

Para que um projecto de desenvolvimento local, ou qualquer outro, funcione e seja eficaz, importa que seja edificado sobre bases e pilares estruturados, específicos e criados para uma realidade em concreto. Neste caso, para um território delimitado, com uma identidade própria e com determinados recursos endógenos.

Ainda antes de fixar os seus objectivos para o futuro, ou os seus programas concretos, devesse proceder a uma análise da situação real no contexto e no meio onde se insere. O primeiro passo será pois analisar, em traços gerais, o que o território tem de positivo e de negativo e, o que a partir daí se pode construir. Recorrendo, para isso, a informação objectiva e a informação qualitativa complementar

Para o efeito elaborou-se uma análise SWOT, ou seja, elaborou-se o diagnóstico das Potencialidades, dos Riscos e Ameaças, das Oportunidades e das debilidades, do Concelho de Resende

POTENCIALIDADES	RISCOS E AMEAÇAS
-» Aumento da procura do Turismo Cultural -» Localização Geográfica do Concelho -» A riqueza dos recursos naturais e culturais: - O Rio Douro e seus afluentes - Os Aglomerados Serranos - Caldas de Aregos - Porto de Rei - Património Edificado - A Arqueologia - O Artesanato e a Etnografia - Os usos, costumes e tradições - A gastronomia	-» Alteração dos recursos naturais e culturais -» perda dos costumes tradicionais -» falta de participação -» incapacidade para captar programas de desenvolvimento e outros recursos financeiros -» inadequação do público-alvo

OPORTUNIDADES	DEBILIDADES
<p>-» crescimento do interesse pela cultura e turismo rural</p> <p>-» incremento da preferência por produtos ecológicos e artesanais</p> <p>-» possibilidade de captar novos mercados e fluxos turísticos</p> <p>-» possibilidade de oferta de produtos rurais diferenciados e exclusivos</p> <p>-» condições para por em marcha um processo de desenvolvimento local e sustentável, fruto da possibilidade de desenvolver sectores como o sector agrícola, agro-alimentar ou do turismo alternativo</p> <p>-» criação de postos de trabalho, qualificado, de actividades económicas não tradicionais e de actividades tradicionais</p>	<p>-» limitado alojamento turístico de qualidade</p> <p>-» inexistência de infra-estruturas de apoio aos recursos históricos e culturais</p> <p>-» situação de abandono do património arqueológico</p> <p>-» desertificação e envelhecimento da população activa, em especial das aldeias serranas</p> <p>-» falta de sensibilidade para o património e para o ambiente</p> <p>-» desconhecimento e desvalorização da cultura autóctone</p> <p>-» desmotivação dos empreendedores e fluxo estacional da procura turística</p> <p>-» burocratização</p> <p>-» incapacidade para conseguir processos de participação</p> <p>-» não aposta da autarquia no turismo</p> <p>-» baixa qualificação</p>

3.3. - PLANO ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL

Para muitos autores¹⁹³ a planificação¹⁹⁴ é o elemento fundamental na direcção das organizações, pelo que a análise do meio ambiente, a previsão, a fixação de objectivos, a eleição de estratégias e a selecção de projectos e programas são acções primordiais.

Roche¹⁹⁵ considera que um plano estratégico deve, no entanto, ser: flexível (que permita a possibilidade de uma adaptação permanente); global (que abarca toda a organização no seu conjunto); operativo (que seja possível de se levar a cabo); participativo (resultando de um processo de participação da equipa); formal (escrito de acordo com uma metodologia); conhecido (pelo conjunto da organização envolvida).

Assinaladas as Potencialidades, os Riscos e Ameaças, as Oportunidades e as Debilidades do Concelho, verifica-se que a preservação do meio natural ou construído é importante e necessário, mas não é menos necessário de este ser completado pela animação turística e pelo lazer, sem nunca esquecer a especificidade e a autenticidade do produto que se quer sempre genuíno. A diferenciação deverá ser com base na tradição na autenticidade e originalidade da história e da realidade local, na hospitalidade, no folclore, na gastronomia e no artesanato.

As políticas deverão ser concertadas de apoio ao comércio tradicional, ao turismo no espaço rural e às microempresas, explorando as artes e ofícios tradicionais, potenciando oportunidades e estratégias de desenvolvimento local e rural de grande impacto nas preocupações de base, de preservação do ambiente do património, da criação de emprego e da democratização da cultura.

Será pois necessário levar a cabo medidas de:

- valorização ambiental das albufeiras, frentes ribeirinhas e orlas costeiras; criação de praias fluviais, apoio a desportos fluviais e actividades lúdicas relacionadas com a água, criação de percursos pedonais e cicláveis perto da água; prémios literários e artísticos relacionados com o tema da água; defesa e protecção de vistas sobre zonas fluviais e ou espelhos de água; ordenamento do território que contrarie a densificação da construção; sensibilização com vista ao controle do abastecimento privado de captações subterrâneas; redução ou eliminação e cumprimento das normas de descargas de efluentes domésticos e industriais não tratados nos cursos de água; etc.

¹⁹³ Roche, F. P. (1998) - *La Planificación Estratégica en Las Organizaciones*. Barcelona: Editorial Paidotribo

¹⁹⁴ elaboração de planos, onde consta antecipadamente o que deve ser feito para que se consigam atingir os objectivos pretendidos.

- de promoção da educação ambiental, de divulgação de temáticas ambientais na comunicação social, da criação de prémios municipais de “boa conduta ambiental”, apoio a associações ambientalistas e criação de observatórios de opinião para registar e avaliar a evolução das atitudes, que ensine a observar. E, implementar medidas que conservem a natureza, nomeadamente elaborando planos municipais de intervenção florestal, de combate aos fogos florestais, diminuição do uso de pesticidas, sinalização do Património Natural nos mapas, guias e roteiros turísticos, bem como “in loco”, aumentar e tratar as áreas verdes, criar parques ecológicos municipais, divulgar o “manual para utilizadores locais” de Turismo, apoiar o desenvolvimento do eco-turismo e, incentivar à redução, reutilização e reciclagem máxima de resíduos domésticos e industriais, etc.

- de promoção cultural e patrimonial; de identificar, classificar e salvaguardar as zonas históricas (centros urbanos, aldeias ou locais arqueológicos de interesse relevante; defender e salvaguardar a paisagem rural, promovendo o agro-turismo e outras actividades compatíveis com a defesa ambiental; promover a valorização habitacional e turística das aldeias históricas, recorrendo a programas específicos de animação sócio-cultural e iniciativas locais de emprego e desenvolvimento rural; valorizar os produtos tradicionais de áreas protegidas; revitalizar o comércio das zonas históricas, em articulação com a requalificação habitacional e urbanística e com a promoção do turismo cultural; valorizar a cultura rural tradicional, divulgando jogos populares, folclore, usos e costumes, festas e figuras populares; valorizar a cultura popular urbana (formas de expressão plástica, musical, figuras notáveis, gastronomia, ...); divulgar obras literárias e artísticas que valorizem a paisagem e a cultura popular portuguesa; promover levantamentos e estudos sociológicos sobre fenómenos específicos da paisagem portuguesa (como por exemplo as casas de emigrantes); promover o restauro dos edifícios classificados; divulgar e respeitar a Lei do Património Cultural Português; aproveitar eventos locais para desencadear operações de restauro, limpeza e iluminação de edifícios públicos e monumentos; desenvolver programas integrados de preservação e manutenção de centros históricos rehabilitados; dinamizar o acesso aos museus, arquivos históricos e bibliotecas municipais; promover o orgulho pela identidade histórica local e apoiar o seu estudo e divulgação.

- de combate às exclusões geracionais ou funcionais, ligados ao ambiente e ao desenvolvimento pessoal e social.

¹⁹⁵ Roche, F. P. (1998) – La Planificación Estratégica en Las Organizaciones. Barcelona: Editorial Paidotribo

Em suma, medidas com o intuito de promover o interesse comum das suas comunidades locais e sensibilizá-las para um trabalho de parceria para definir, distribuir e aplicar objectivos ambientais, económicos, sociais, culturais e da comunidade.

3.3.1 – OBJECTIVOS GERAIS

Os objectivos são um dos elementos fundamentais para dar consistência a uma organização, mas só se forem escassos, mensuráveis, reais e possíveis de se levar a cabo, claros e compreensíveis, motivantes, assumidos e aceites.

Assim, dada a análise e diagnóstico dos recursos disponíveis, que nos permitiu dispor de mais elementos informativos, o plano estratégico de desenvolvimento local que propomos terá como principais objectivos:

- » *a melhoria das condições de vida da população;*
- » *a conservação e divulgação do meio natural e o património cultural;*
- » *o desenvolvimento cultural do Concelho.*

Para o efeito e no sentido da sua concretização, apoiando-nos nos pontos fortes, corrigindo ou minimizando os pontos débeis, neutralizando as ameaças e aproveitando as oportunidades, propõem-se como chaves estratégicas:

- » actuar sobre os recursos endógenos para desencadear iniciativas locais de emprego e desenvolvimento;
- » equipar os serviços técnicos municipais com técnicos capazes e qualificados para executar as actividades de promoção e recuperação do património;
- » reactivar sítios e tradições de modo a que se integrem na actividade quotidiana das populações;
- » criar infra-estruturas que permitam a utilização para actividades de animação cultural;
- » promover os valores patrimoniais no exterior;
- » animar os locais e monumentos de valor, com actividades culturais;
- » integrar a utilização dos valores patrimoniais do Concelho nos planos sectoriais do turismo e da cultura.

3.3.2 – OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS

Como estratégias de actuação propõem-se:

- a revalorização do acervo cultural;
- a conservação, preservação e recuperação da paisagem e do património arquitectónico;
- a mobilização do património histórico como recursos;
- a utilização racional do meio físico;
- a optimização dos recursos produtivos;
- programas de informação, formação e mobilização de recursos humanos;
- a utilização de tecnologias compatíveis com o meio ambiente;
- o desenvolvimento e melhoria das infra-estruturas internas;
- a melhoria das acessibilidades;
- desenvolvimento de programas de promoção da identidade.

Grosso modo a proposta vai no sentido de intervir no património natural e cultural, nas actividades tradicionais e de lazer e nas infra-estruturas, equipamentos e serviços. Isto é, de construir ou desenvolver infra-estruturas, equipamentos e serviços públicos capazes de melhorar as condições de vida da comunidade rural e, ao mesmo tempo de conservar, defender e divulgar o seu património cultural.

Para o efeito, e tendo em conta que nem o Quadro de Pessoal do Museu Municipal, nem o Quadro da própria Autarquia, possuem técnicos qualificados, considerados necessários para desenvolver o projecto que se apresenta, propõem-se a criação de uma Agência de Desenvolvimento, de estrutura simples, mas funcional e criadora de dinamismo:

- Comissão Geral:
 - Presidente – representante da autarquia
 - Vogais – representante da Associação de Comerciantes
 - representante da associação de agricultores
 - representante das associações culturais e desportivas
 - representante dos estabelecimentos de ensino
 - representante da Comissão de Gerência
 - Secretário – funcionário administrativo que fará também a ligação com a Comissão de Gerência, onde terá também a função de secretário.

- Comissão de Gerência:

- Gerente/Agente de Desenvolvimento Local
- Secretário
- Tesoureiro
- vogal

A equipa multidisciplinar de trabalho, que julgamos de extrema importância, para podermos levar a bom termo as propostas de acção, seria composta pelos seguintes técnicos:

-> **Historiador**, com o objectivo de desenvolver funções de estudo, concepção e adaptação de métodos e processos e com formação nos domínios de investigação e estudo da história regional e local, organização, conservação e estudo de fundos documentais, elaboração e organização de colóquios, exposições e publicações sobre a história e património locais, organização e acompanhamento de actividades que visam a sensibilização do público para a defesa do património cultural, designadamente exposições e visitas guiadas;

-> **Arqueólogo**, a fim de executar ou coordenar a execução de todo o tipo de trabalhos no âmbito da arqueologia, elaborar estudos, conceber e desenvolver projectos, ou seja, de prospecções, escavações, peritagens e informações, estudos diversos, trabalhos bibliográficos sobre os materiais, sobre as estações, realização de exposições, conferências, condução de visitas, elaboração de publicações, ensino. Deverá também participar na gestão do património arqueológico ou sobre projectos de conservação, restauro e musealização de imóveis e ou sítios arqueológicos;

-> **Animador Cultural, Sócio-Cultural ou Sócio-Educativo**, no intuito de programar, planear e executar acções/eventos que dinamizem e tornem vivo o Museu e os seus núcleos; e, sobretudo de produzir e desencadear processos de participação comunitária;

-> **Sociólogo**, com o objectivo de desenvolver funções de investigação, estudo e de desenvolver projectos e acções ao nível da intervenção na colectividade; proceder ao levantamento das necessidades da autarquia, propor medidas para corrigir e ou combater desigualdades, promover e dinamizar acções tendentes à integração e valorização dos cidadãos; realizar estudos que permitam conhecer a realidade social, nas áreas da saúde, do emprego e da educação;

-» **Técnico de Turismo**, a fim de realizar estudos e trabalhos conducentes à definição e concretização das políticas do município na área do turismo; recolher e tratar e difundir toda a informação turística necessária ao serviço; planejar, organizar e controlar acções de promoção turística; participar em acções de licenciamento de unidades hoteleiras ou de turismo no espaço rural;

-» **Pedagogo**, essencial para desenvolver projectos e materiais didácticos; e, fazer a ligação com as escolas e o público em geral;

-» **Técnico de Gestão do Património**, dado que o projecto se baseia na riqueza patrimonial, importa que a sua gestão seja eficiente e eficaz;

-» **Técnico de Multimédia**, para elaboração dos materiais promocionais, de divulgação e sinalização.

3.3.3 - PROPOSTAS DE ACÇÃO:

No intuito de executar o plano estratégico que se propõem, apresentam-se de seguida, um conjunto de projectos a desenvolver, no sentido de alcançar os objectivos gerais sublinhados.

3.3.3.1 - PROGRAMAÇÃO/ANIMAÇÃO PARA O MUSEU MUNICIPAL

MEMÓRIA DESCRITIVA

Com este projecto de programação sócio-cultural pretende-se fundamentalmente sensibilizar o corpo docente para a necessidade de implementar cada vez mais nos currículos académicos a educação patrimonial e alertar para a necessidade de se construírem novas formas de cooperação entre a escola e o museu, entre a escola e outras associações e instituições do concelho, em suma, entre a escola e a comunidade, no sentido de possibilitar a comunicação de saberes, usos, costumes e tradições. Ou seja, no sentido de possibilitar a transmissão da cultura e identidade do povo, de geração em geração.

Com este projecto pretende-se ainda transformar quer a escola quer o museu num agente e pólo de dinamização cultural, promovendo para o efeito uma série de acções e eventos sociais, educativos e culturais.

Este projecto tem por base propostas que pretendem chamar a atenção do público-alvo (corpo-docente e comunidade estudantil) para a importância da educação patrimonial e sobretudo para a necessidade de preservar a cultura popular do povo, especialmente a literatura de tradição oral.

As acções sociais, educativas e culturais propostas serão produzidas por uma Comissão organizadora constituída pelo Corpo docente, pela equipa do Museu e pelos agentes das associações concelhias, tentando envolver o maior número de pessoas da comunidade em geral.

MISSÃO

“Mostrar o passado, explicar o presente, sugerir o futuro...”

ESTRATÉGIAS

-» **Investigar** - fazer/promover estudos, inventários e pesquisar sobre a história e o património local, ao nível arqueológico, pré-industrial, construído, artístico, etnográfico e etnológico.

-» **Documentar e Conservar** – realizar e promover a recolha de acervo e a conservação do espólio material e documental;

-» **Divulgar e Educar** - dar a conhecer os resultados das pesquisas, essencialmente através de exposições, colóquios e publicações, bem como promover a educação patrimonial (em colaboração com as escolas e as instituições sócio-culturais do Concelho);

-» **Dinamizar e Promover** - dinamizar a cultura tradicional e promovê-la junto da comunidade, transformando-a num espaço vivo e de convívio divertido e educativo. Promover eventos capazes de gerar interesse e desejo pelo conhecimento da história do município e do modo de vida das suas gentes.

OBJECTIVOS

-» desenvolver as capacidades lúdicas e artísticas dos intervenientes;

-» promover a divulgação, preservação e valorização da cultura tradicional;

-» promover e preservar as artes e tradições;

-» investigar e divulgar realidades ancestrais, usos e costumes da gente;

-» difusão, promoção e transmissão de conhecimentos junto do grande público;

-» criar condições que ajudem a manter os saberes no artesanato, na Gastronomia, nos Ofícios Tradicionais e na Literatura Popular de Tradição Oral;

-» contribuir para a preservação e unidade de uma herança cultural;

-» criar incentivos à manutenção das produções da cultura popular.

-» colaborar com um espaço museológico que preserve e perpetue a memória dos antepassados;

-> consubstanciar os processos de investigação, incorporação, inventariação, conservação e divulgação do legado que o Município possui;

-> criar uma área especialmente vocacionada para o lazer sem esquecer ou diminuir a importância e referência cultural do passado;

-> renovar espaços de cultura capazes de proporcionar conhecimentos alargados e formação de vida cívica;

-> provocar o encontro e diálogo inter-geracional.

ACCÕES A REALIZAR

-> **Seminário – A Cultura Popular**, a ser realizado no início do ano lectivo com o objectivo de dar a conhecer o património cultural do Concelho ao corpo docente e incentivá-lo para a efectivação de trabalhos, com os seus alunos, relacionados com a recolha e preservação de costumes, tradições e usos dos seus antepassados. Terá a duração de dois dias com a apresentação de painéis relativos: ao Artesanato Popular, à Gastronomia e à Literatura de Tradição Oral;

-> **Workshop de Gastronomia**, a realizar no âmbito do Seminário para transmitir as receitas dos pratos tradicionais da Freguesia/Concelho e, possibilitar o contacto com os sabores e saberes da gastronomia Resendense;

-> **Workshop de artesanato**, a realizar no âmbito do Seminário para demonstrar os materiais e as técnicas utilizadas na construção do artesanato utilizado no concelho; para o efeito serão convidados vários artesãos que ainda fazem obra;

-> **Percursos**, a realizar no âmbito do seminário para mostrar o património edificado, natural e cultural que Resende possui e pode ser trabalhado;

-> **Feira do Livro**, a realizar no âmbito do seminário com o objectivo de apresentar diferentes obras que trabalham o património e possibilitar assim o contacto com a literatura popular;

-> **Encontros com a História**, a realizar em cada escola, por cada turma, no sentido de estudar e inventariar os usos, costumes e tradições da sua freguesia respectiva; pretende-se que o professor incentive a conversa e o encontro intergeracional, de forma a perpetuar a cultura popular, sobretudo a literatura de tradição oral, levando a cabo recolha de histórias, lendas e contos junto dos avós, encenando situações do quotidiano de um povo, que sempre viveu da terra (ex: desfolhada, vindima, sova, vessada, serões na aldeia, bailes, ...), dinamizando os sítios e locais patrimoniais e museológicos, como as igrejas, os sítios arqueológicos, as eiras, as cozinhas tradicionais, os lagares, o museu, ...; convidando idosos e/ou contadores de histórias para nos locais (fora do espaço aula) contarem as suas histórias, falarem da sua vida, das suas dificuldades, alegrias ou tristezas. Ou melhor, que transmitam aos mais jovens toda a história da vida passada, levando assim os alunos a conhecerem a sua própria história e monumentos, com o objectivo de perpetuar no tempo a identidade do povo; deverão ainda ser realizadas exposições dos trabalhos elaborados e das possíveis histórias recolhidas, no Museu Municipal;

-> **Elaboração de um Jornal Escolar**, a realizar no intuito de publicar as histórias recolhidas, divulgar as acções e eventos a realizar e a comunicar os seus resultados, por forma, a envolver cada vez mais a comunidade no processo desenvolvido;

-> **Tertúlias/serões**, a realizar com o objectivo de representar cenários passados e de discutir problemas actuais e que digam respeito ao desenvolvimento humano;

-> **Serviços Educativos**, que terão a responsabilidade de dinamizar e atrair visitantes de todas as idades, no intuito de cumprir com as funções do museu;

3.3.3.2. - PROMOÇÃO E ANIMAÇÃO TURÍSTICA

Entendemos que - a curto prazo - a promoção turística de Rescnde, deverá assentar em programas de fins-de-semana e de férias curtas, cuja estrutura organizacional tenha por base o seguinte esquema:

6º Feira: - Até às 21horas - Chegada aos locais de alojamento;

- 22 horas - reunião com todo o grupo num local previamente estabelecido, para:

- Ceia de boas-vindas;

- Visionamento de um vídeo sobre Rescnde;

- Esclarecimentos sobre o programa do fim-de-semana.

Sábado: - Dia - Circuito Turístico ao Concelho (opção por um dos três circuitos);

- Noite - Festa numa Quinta, com turismo de habitação, com: Jantar Medieval e Animação Medieval (Lança chamas, bobos,

Domingo: Manhã - Visita a uma exposição no Museu ou outro local, sobre o Concelho

Tarde - Tarde rural numa quinta: - Almoço Tradicional;

- Jogos Tradicionais;

- Contemplação;

- Animação (actuação de um Rancho Folclórico);

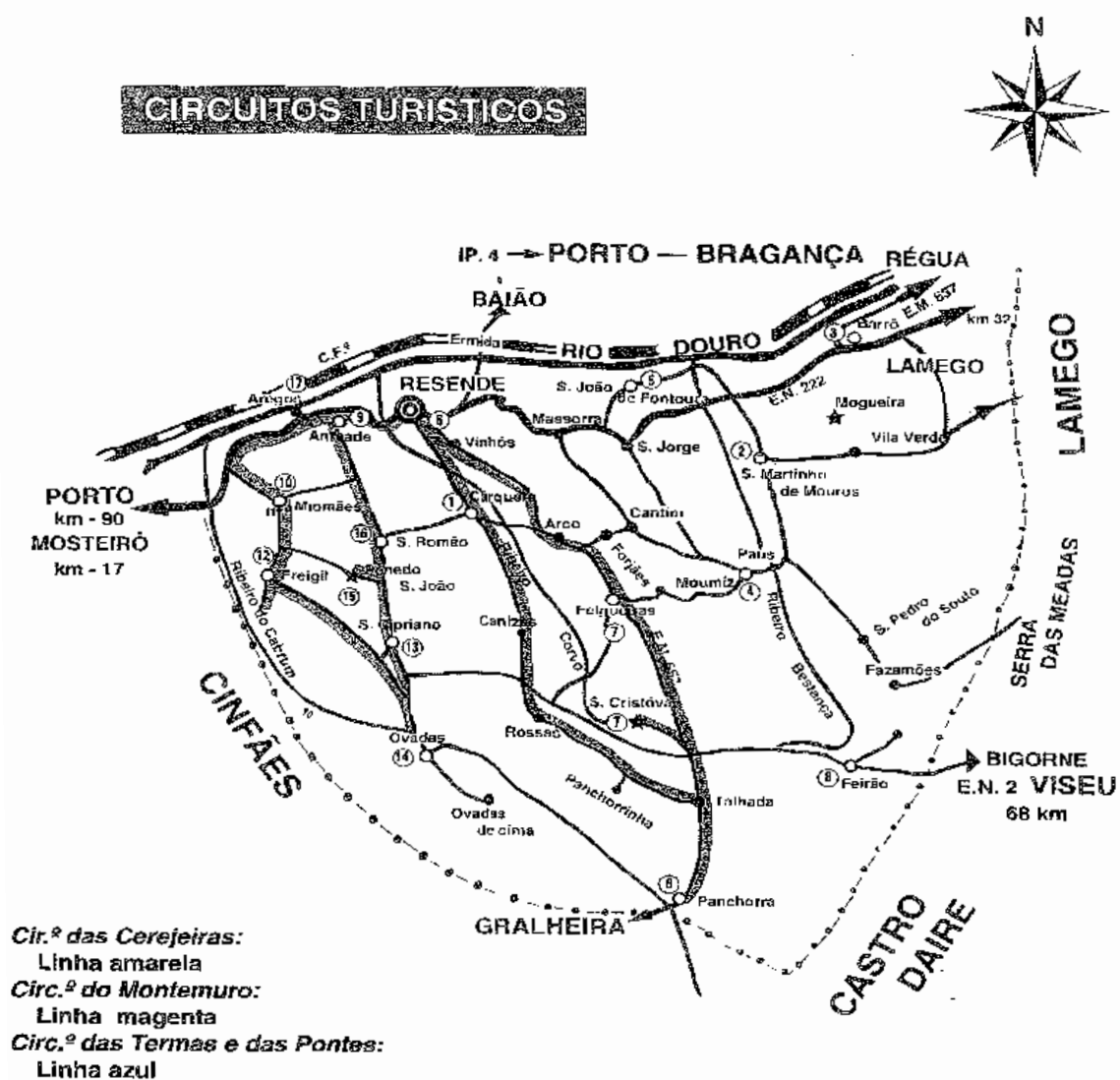
- Lanche de despedida.

(Nos períodos de férias curtas, o programa poderá ser enriquecido com a inclusão de mais um ou dois dos circuitos concelhios, passeios alternativos aos passageiros que sobem o rio de barco ou nos históricos.)

A promoção, venda e gestão dos programas serão assegurados pelo Promotor Turístico.

Será ainda necessário formar acompanhantes/animadores dos diversos circuitos, que poderão ser seleccionados de entre os colaboradores de empresas de animação ou de entre os estudantes do Concelho.

Sugestões para três circuitos turísticos:



1 - Circuito Das Termas e Pontes (9h às 18h)

- Saída de Resende para Caldas de Aregos

- Em Aregos, visita à estância termal (informação sobre a história das termas e os tratamentos que ali se fazem);

- Visita à Ponte Antiga de Aregos

- Visita à Ponte da Lagariça:

* Visita aos moinhos (onde poderão assistir ao processo do fabrico do pão);

* Concurso relâmpago de pesca;

* Café e doces regionais;

* Compra de artigos regionais (artesanato e pão quente “caseiro”).

NOTA - A visita à Ponte da Lagariça exige:

- A criação de espaço para que o autocarro possa inverter a marcha e arranjo da via de acesso;

- Recuperação da Ponte;

- Limpeza de todo o espaço envolvente;

- Instalação de uma Loja;

- Instalações sanitárias;

- Repovoamento piscícola do rio.

- Ponte de Ovadas Covelinhas;

- Ovadas de Cima (onde deverá ser servido o almoço);

NOTA: Será necessário conseguir alguém que (de preferência numa casa antiga), sirva esta refeição, podendo recorrer-se à falta de melhor solução, a uma empresa de catering.

- Albufeira de Ovadas

* Safari fotográfico

NOTA: Será necessário pavimentar 1,3 km de estrada e alargar a saída da ponte para que o autocarro possa circular.

- Rossas

- Granja

- Penedo de S. João:

* Panorama;

* Jogos Tradicionais;

* Merenda e compra de produtos regionais (compotas e outras conservas, licores, vinhos, fumeiro, outros...).

NOTA - Esta visita exige que o local disponha de:

- Uma Loja e Café;

- Armazém para arrumo do material dos jogos tradicionais e bicicletas BTT.

- Regresso a Resende

2 - Circuito do Montemuro (9 às 18 horas):

- Saída de Resende para Cárquere;
- Visita a Cárquere e a todo o seu património;
 - * Caça ao tesouro;
 - * Café e doces regionais (Instalações da Residência Paroquial);
- Visita à povoação de Talhada
- Panchorra:
 - * Visita à ponte;
 - * Safari Fotográfico.

NOTA: Na Panchorra junto ao rio deverá ser instalado um parque de campismo rural com o equipamento mínimo de apoio.

- Almoço na Panchorra (Restaurante existente);
- Miradouro de São Cristóvão
 - * Jogos Tradicionais;
 - * Contemplação do Vale;
 - * Merenda e compra de produtos regionais.

NOTA - Esta visita exige que o local disponha de:

- Uma Tenda para a merenda e a loja;
- Um elemento gráfico descritivo de tudo o que se vê a partir do Miradouro.

- Regresso a Resende.

3 - Circuito das Cerejeiras:

- Saída de Resende para Paus (Fazamões)

- Visita a Fazamões e ao oleiro (Mestre Joaquim);

* Café e doces regionais no antigo restaurante típico, cuja reabertura se deverá verificar.

Nota - Esta visita exige que no local exista:

- Espaço para o autocarro dar a volta;
- Preservação do centro da povoação;
- Painel descrevendo o trabalho do Oleiro.

- S. Martinho de Mouros:

* Visita a todo o seu património, incluindo o Castro da Mogucira.

- Almoço em Vila Verde (Restaurante existente);

- Barrô;

- S. João de Fontoura:

* Visita ao Solar de Porto de Rei (palácio);

* Recreio na albufeira (jogos tradicionais e desportos náuticos);

* Merenda e compra de produtos regionais.

- Regresso a Resende

- O Programa de Domingo:

Das 10h30m às 11h 30m os participantes na viagem visitarão o Museu Municipal onde deverão estar patentes exposições, por exemplo, subordinadas aos temas:

Out./Nov. - Etnografia, Folclore e Artesanato

Dez./Jan. - Arqueologia e Património

Fev./Mar. - Fotografia (o concelho visto pelos seus visitantes)

Abr./Mai. - Resende nas artes e nas letras

Jun./Julh. - Resende rumo ao futuro: a gente e as suas iniciativas

Às 12h00m, início das Actividades numa Quinta:

- Piscina

- Jogos Tradicionais;

- Ténis;

- Jogos de Sala;

- Classificação das fotografias feitas no Safari fotográfico (Votadas pelos participantes);

- Almoço;

- Animação local, conforme o estado do tempo;

- Mercenda de Despedida.

Às 17h00m, será feita a recolha de testemunhos escritos ou gravados, sobre o programa e a forma como decorreu.

Às 18h00m - Regresso a Casa.

Para que o programa elaborado possa estar operacional, será necessário, assegurar:

- A conveniente e exaustiva sinalização de todos os percursos;

- A colocação, em cada local de paragem dos grupos, de um painel esclarecedor do interesse daquele sítio ou construção;

- A construção dos edifícios ainda que pré-fabricados, desde que com muita qualidade e enquadrados na paisagem, para as lojas e armazéns necessários e faça a concessão da sua exploração, para além da limpeza, restauro e melhoramentos dos monumentos e locais a visitar.

Uma vez garantidas as condições referidas, este produto turístico deverá começar a ser vendido junto de instituições públicas e privadas, que tenham quadros e outros empregados que se possam interessar por um programa deste género.

Parece-nos, do mesmo modo conveniente o envolvimento de organizações dos trabalhadores das empresas ou das instituições que poderão inclusivamente aparecer como co-organizadoras da iniciativa.

A título de exemplo sugerem-se:

- Quadros e outros empregados das grandes empresas nacionais, tais como Bancos, Companhias de seguros, Telefones, Aviação, Exportadores, Companhias Marítimas, outras...);
- Dirigentes, Quadros e outros empregados de grandes instituições do Estado (Universidades, Hospitais, Ministérios, etc.);
- Casas dos Grandes Clubes;
- Grupos excursionistas.

Também nos parece que deverá haver a preocupação de se conseguir, de início, a vinda a Resende de um Grupo de cada um dos distritos do país e das províncias do norte de Espanha que têm fronteira com Portugal

Ao nível da Promoção e Divulgação deverão ser realizados novos e actualizados Roteiros Turísticos, Vídeo promocional sobre o Concelho e Exposições temáticas sobre o Concelho, para distribuição pelas diversas feiras levadas a efeito por todo o país, quer de Turismo quer de Artesanato.

3.3.3.3. - OUTRAS PROPOSTAS:

ACTIVIDADE: ATELIERS DE RESIDÊNCIA

DESCRIÇÃO: disponibilização de instalações para criadores externos, nacionais e estrangeiros (pintores, escultores, fotógrafos, cineastas, escritores), se fixarem temporariamente. A estadia destes criadores deverá ser regulamentada pela assinatura de protocolos com diversas instituições. Em troca da cedência temporária de alojamento, os artistas comprometem-se a realizar na localidade palestras, exposições, animação de atelies, concertos, etc.

JUSTIFICAÇÃO: a região apresenta um déficit de produção artístico-cultural, e, possui condições excelentes para a criação.

OBJECTIVOS: fomentar a criação artística no Concelho e promover a imagem desta. Dar a conhecer às populações locais o que leva os artistas a criar e o que eles produzem por esse mundo fora.

DESTINATÁRIOS: os artistas
a comunidade local

LOCALIZAÇÃO: Aldeias Serranas
Anreade - Casa de Fundo D'Aldeia

Financiamento: Autarquia e o Programa LEADER

ACTIVIDADE: Centros de lazer para crianças e jovens, em aldeias

DESCRIÇÃO: Transformar uma aldeia serrana em Centro de acolhimento turístico para crianças, ou locais de visita temporária, com estadia durante um período de férias escolares ou de visita de estudo organizadas pelas escolas. Trata-se de aproveitar as aldeias pouco povoadas e adaptá-las a espaços pedagógicos, onde as crianças e jovens possam ter contacto com a cultura rural, desenvolvendo actividades culturais e de lazer integradas no território. Poderão ser criadas muitas actividades, segundo as necessidades dos destinatários: sonhar, imaginar, criar, comunicar, conhecer o meio ambiente.

JUSTIFICAÇÃO: a fraca densidade populacional das aldeias e o envelhecimento da população, leva ao abandono de muitas casas e ao despovoamento de muitas localidades. Esta será uma forma de as tornar atractivas e impedir o seu abandono total. A escola poderá ser transformada num museu, animada por um funcionário e, poderá ser criada uma quinta pedagógica.

OBJECTIVOS: Tornar as aldeias pouco povoadas locais mais atractivas para acolhimento turístico, permitir manter viva a escola fechada, reabilitar o parque habitacional dando-lhe novas funções, manter e preservar a cultural rural. Aumento do número de empregos, pois todas estas infra-estruturas precisam de funcionários para as manter vivas e a funcionar.

DESTINATÁRIOS: as crianças e os jovens;
a população das aldeias

LOCALIZAÇÃO: Aldeia da Talhada, Granja, Panchorrinha

FINANCIAMENTO: Autarquia e o Programa LEADER

ACTIVIDADE: Património Arquitectónico como difusor de cultura

DESCRIÇÃO: Consiste em incentivar a descoberta do património cultural, através dos monumentos. Os monumentos (igrejas, capelas, ruínas, solares, etc.) deverão tornar-se locais de acolhimento dos visitantes, enviando-os para outros locais de interesse patrimonial através de painéis explicativos. Estes monumentos deverão ser animados através da realização de concertos e outros espectáculos que atraíam não só turistas mas a população local, tornando-se assim lugares de identidade para a comunidade local e pontos de referência para os turistas.

JUSTIFICAÇÃO: a necessidade de sinalizar e estudar o património, rico nos seus estilos arquitectónicos (sobretudo o religioso), mas pouco difundido e, potencializar os monumentos como espaços culturais, num concelho onde as infra-estruturas culturais são escassas.

OBJECTIVOS: promover a identidade local através da valorização do património e alargar a oferta cultural ao meio rural.

DESTINATÁRIOS: os visitantes
a população das aldeias

LOCALIZAÇÃO: Barrô, S. Martinho de Mouros, Cárquere, Caldas de Aregos

FINANCIAMENTO: Autarquia e Ministério da Cultura

ACTIVIDADE: Ecomuseus

DESCRIÇÃO: a criação de ecomuseus, poderá facilitar a promoção do património etnográfico e natural do concelho. Os ecomuseus deverão ser instalados em localidades que ainda possuam uma forte tradição artesanal e deverão não só conservar os instrumentos dos antigos ofícios, mas também o próprio saber fazer. Para tal deverão possuir Ateliers de actividades que poderão ir desde o fabrico do pão até à tecelagem. Funcionando não só como um excelente instrumento pedagógico, mas também, como reanimadores de ancestrais usos e costumes, contribuindo para a viabilidade económica dos produtos aí fabricados.

JUSTIFICAÇÃO: as culturas ditas tradicionais surgem como recursos fundamentais no cruzamento da economia, do emprego e da cultura, como vista ao incremento de uma perspectiva desenvolvimento sustentado.

OBJECTIVOS: permitir à comunidade local compreender a evolução no tempo e situar-se na continuidade histórica; contribuir para o desenvolvimento, potencializando o património na vertente económica, social e estética; fomentar a emergência de um turismo cultural.

DESTINATÁRIOS: as crianças e os jovens estudantes

comunidade local

turistas

LOCALIZAÇÃO: Fazamões - barro preto

Felgueiras - Produção do linho até ao produto final (aprolif)

Freigil - Fabrico do pão (moinho)

FINANCIAMENTO: Autarquia e o Programa LEADER

ACTIVIDADE: LOJAS DE PRODUTOS DA TERRA

DESCRIÇÃO: a criação de uma rede de lojas localizadas em pontos estratégicos onde se vendam produtos da terra. procurando-se valorizar o que é característico, histórico ou típico do Concelho. Trata-se de uma forma de recuperar especificidades locais, numa procura de identidades, origens e tradições.

JUSTIFICAÇÃO: promover e defender os produtos culturais locais através da sua certificação e da sua venda em locais estrategicamente localizados.

OBJECTIVOS: permitir o desenvolvimento local conjugando-se materiais, saberes e sabores tradicionais como novas formas de apresentação, de divulgação e comercialização modernas, adaptando-as e refuncionalizando-os, enquanto elementos que fazem parte do imaginário colectivo e que importa preservar mesmo que a utilidade ou características originais se tenham perdido com a evolução dos costumes e modos de vida

DESTINATÁRIOS: artesãos

comunidade local

turistas

LOCALIZAÇÃO: Caldas de Aregos

S. Cristóvão

Fazamões

Porto de Rei

Penedo de S. João

Freigil

Cárquere

Financiamento: Autarquia e o Programa LEADER

ACTIVIDADE: ENCONTROS DE ARTES JOVENS

DESCRIÇÃO: organização de encontros de jovens criadores de arte, numa perspectiva multidisciplinar. Estes encontros deverão ter o formato de Workshops, colóquios, conferências, ateliers, exposição de trabalhos e concertos, em simultaneidade durante três dias.

JUSTIFICAÇÃO: necessidade de estimular a criação e produção artística, bem como a formação das populações juvenis.

OBJECTIVOS: promoção e incentivo da criação de arte entre os jovens. Criação de hábitos de consumo artístico e cultura no Concelho.

DESTINATÁRIOS: os jovens criadores de arte
comunidade local

LOCALIZAÇÃO: Sede de Concelho
S. Martinho de Mouros
Sta. Maria de Cárquere
Barrô
Caldas de Aregos

FINANCIAMENTO: Autarquia

ACTIVIDADE: FEIRA DE DESPORTOS DA NATUREZA

DESCRIÇÃO: realização de uma mostra de equipamentos destinados a Desportos de Natureza, que deverá incluir espaços onde se possam experimentar diversas modalidades: paredes de escalada, percursos de BTT, tiro ao arco, rappel, slide, etc. Haverá também a realização de caminhadas por percursos pedestres e corridas de orientação.

JUSTIFICAÇÃO: o Concelho possui excelentes condições para a prática de Desportos de Natureza e importa divulgar novas modalidades desportivas não poluentes.

OBJECTIVOS: incentivar a prática de modalidades de desporto de natureza, atrair visitantes e praticantes deste tipo de desportos para o Concelho.

DESTINATÁRIOS: empresas de equipamentos
comunidade local
turistas

LOCALIZAÇÃO: Penedo de S. João

FINANCIAMENTO: Autarquia
IND
Região de Turismo

ACTIVIDADE: FEIRA DE ARTESANATO

DESCRIÇÃO: promoção de uma feira de artesanato no sentido de conjugar o artesanato, a tradição, a cultura e a economia.

JUSTIFICAÇÃO: necessidade de estimular a criação, modernização e desenvolvimento das unidades artesanais, com vista a melhorar a qualidade, originalidade, rentabilidade, estabilidade, gestão e competitividade dos produtos tradicionais, tendo, por isso, de conjugar tradição com modernidade na concepção de actividades, dos ofícios e das micro-empresas artesanais.

OBJECTIVOS: renovar e valorizar os ofícios tradicionais, assentando em novos princípios onde se cruze a tradição com a modernidade e se combinem os saberes tradicionais com os novos saberes, designadamente nos novos domínios do design, das novas tecnologias e da capacidade empresarial em geral.

DESTINATÁRIOS: artesãos
comunidade local
turistas

LOCALIZAÇÃO: Sede do Concelho

FINANCIAMENTO: Autarquia
Instituto do Emprego e Formação Profissional

ACTIVIDADE: FESTIVAL DE GASTRONOMIA

DESCRIÇÃO: deverão participar todas as empresas/restaurantes que privilegiem no seu “cardápio” receitas tradicionais.

JUSTIFICAÇÃO: a riqueza do património gastronómico e não existência deste tipo de eventos.

OBJECTIVOS: contribuir para a preservação e divulgação da gastronomia regional e promover a imagem do Concelho.

DESTINATÁRIOS: empresas de restauração
comunidade local
turistas

LOCALIZAÇÃO: Sede do Concelho

Financiamento: Autarquia

CONCLUSÃO

A pesquisa efectuada para elaboração da tese de mestrado foi orientada no sentido de recolher e obter ensinamentos sobre a temática da Museologia, fundamentalmente da Nova Museologia e de todas as possibilidades e soluções que esta pode trazer à sociedade. Ou melhor, pretendia-se saber de que forma a Museologia e por consequência os seus museus influenciam e são influenciados pela sociedade em que estão inseridos e, de que maneira, podem influir no desenvolvimento desta.

A Museologia está a estruturar-se enquanto área do conhecimento, na medida em que procura compreender, teorizar e sistematizar a especificidade da relação entre o Homem, como elemento de uma sociedade, e o objecto, como elemento de uma colecção e fragmento de um património, num cenário conhecido.

Assim, os pressupostos teóricos em que assenta a nova museologia centram-se no interesse das comunidades e na identificação dos seus problemas. Utilizam a museografia como instrumento privilegiado de comunicação e intervenção social. E a função essencial de um Museu é, assim, estabelecer um diálogo com a população, pelo que não se pode fechar em si, mas abrir-se para o exterior de forma a mostrar, ensinar, responder e promover, isto é, de forma a ser uma escola ou uma instituição de educação permanente. E, face aos conhecimentos que proporciona e às emoções e reacções que pode suscitar, o Museu é ou pode ser um elemento de grande informação e de educação permanente.

O que leva a afirmar que, para a Nova Museologia, o Museu deve ser activo e participativo e, que deve recorrer a saberes multidisciplinares de forma a ser um veículo não só de promoção de uma maior consciencialização por parte da população da importância da salvaguarda da sua herança cultural, patrimonial e natural mas igualmente de disseminação de conhecimentos científicos e tecnológicos com a finalidade de melhorar o bem-estar económico, físico, social, cultural e natural da comunidade. Uma maneira possível e eficaz de intervir é, incorporando objectivos que visem a participação comunitária nas instituições educativas e culturais.

Em meados do século XX (décadas de 50/60) gerou-se um movimento de renovação do conceito de museu e da mensagem museográfica, acompanhando o movimento do alargamento do conceito de património que importa preservar, que já não é apenas as grandes obras de arte e os objectos raros de civilizações antigas, mas tudo quanto represente a vida, a criatividade e a evolução do homem e das suas sociedades organizadas.

Isto é, o museu democratizou-se e passou a ser um instrumento de cultura e de recreio dirigido a camadas cada vez mais vastas de público. E, dado que as pessoas vão ao museu

para se recrearem e educarem, através dos serviços educativos o museu pode ser protagonista na educação e na recreação, uma vez que serve de guia aos visitantes e os tenta prender às colecções quer através das emoções, do prazer e da transmissão de uma mensagem. Ao mesmo tempo que cria estratégias que despertem no possível público o desejo de participar na protecção e animação da memória colectiva.

Importa pois abranger todos os cidadãos da comunidade nas actividades e acções de forma a permitir que estes descubram a história e o património da sua comunidade e que num exercício de descoberta da sua identidade o proteja e valorize ao mesmo tempo que contribui para o seu desenvolvimento.

O Museu deve levar o homem a tomar consciência da realidade presente e de si próprio, a dialogar, a participar, a compreender sem falsos intelectualismos. Até porque os factores de identidade podem ajudar na fixação da população, e no reatamento da relação entre a comunidade e os valores tradicionais.

A Animação Sócio-cultural é educação se entendermos educação como um conceito cósmico intemporal e sem época e, dado que a educação é uma tarefa humana que pretende o perfeccionismo do homem em todas as suas facetas no mundo social. E que tudo influencia a pessoa: a natureza, a técnica, o meio ambiente, a informática e tudo aquilo que nos define como seres frágeis e quebradiços. Devemos apostar numa metodologia ecológica, por uma investigação-acção daquilo que nos rodeia, por um sentido lúdico e festivo dos espaços humanos.

O objectivo social de ambos os conceitos é a criação de uma sociedade plenamente democrática na qual todos os cidadãos dispõem de iguais oportunidades e são estimulados a utilizar da melhor forma as suas capacidades pessoais e o seu meio social. Mas para que haja democracia cultural é necessário que haja: Desenvolvimento Cultural e Educação Permanente. Daí que se tenha de: eliminar todos os factores que limitem o exercício (de todo o indivíduo, grupo ou secção da população) da liberdade, criatividade, produtividade ou participação; orientar um sistema capaz de compensar as deficiências, promover um meio sócio-cultural que em todos os sectores sócio-económicos da sociedade contribua para o desenvolvimento da personalidade e que permita utilizar o mais amplamente possível, uma bio-energia que não seja diminuída pela ignorância, pelos hábitos, pelas esperanças medíocres ou pelos recursos insuficientes.

A Animação Sócio-Cultural dirige-se cada vez mais a nichos de população mais insensíveis, ou à atracção dos equipamentos educativos e do desenvolvimento cultural existentes.

A Animação Sócio-Cultural, tem por objectivo essencial promover a igualdade de oportunidades no que se refere ao desenvolvimento pessoal, assim como estabelecer um diálogo construtivo no seio da colectividade, da criatividade e da expressão não competitiva, assim como melhorar a qualidade de vida do grupo sócio-cultural.

Ou seja, a Educação Permanente está centrada na necessidade de uma capacitação/formação contínua e no desenvolvimento de boas atitudes culturais, de acordo com as mudanças que se produzem na sociedade. A Animação Sócio-Cultural procura superar e vencer atitudes de apatia e fatalismo em relação ao esforço para “aprender durante toda a vida” que é o fundamental da Educação Permanente.

A função da Animação Sócio-Cultural cumpre, assim, uma tripla tarefa (motivadora, criativa e participativa) de uma educação integral e integrada no meio. E a tripla dimensão da Animação Sócio-Cultural é uma vez mais educativa (motivação), cultural (Criativa) e social (participação), que se põe ao serviço da educação.

Os museus não se fazem para o turismo, mas podem beneficiar deste, porque os financiamentos têm de vir de algum lado. O museu pode assim e, por vezes de forma significativa contribuir para a rentabilidade de empreendimentos turísticos.

O Turismo é um facto irreversível, ao nível social, humano, económico e cultural. A sua influência no que respeita a monumentos e locais de interesse cultural é particularmente importante, e não pode senão aumentar, em vista das conhecidas características que apresenta o desenvolvimento desta actividades.

Através das suas colecções ou das exposições que progressivamente organizam, os museus podem armazenar fragmentos da vida quotidiana, fragmentos da cultura simbólica, definições de acontecimentos e relações. A colecção indivisível de significações e comportamentos comuns valorizados que a comunidade procura preservar e reproduzir para garantia da sua originalidade, o canto, o documento escrito, a ponte de pedra, a torre de ferro, o templo e a muralha.

Em suma, tentamos aqui abordar a questão da Museologia, partindo do pressuposto que esta pode ser uma ferramenta essencial para o desenvolvimento cultural de um Concelho ou região. Se trabalharmos em estrita colaboração e harmonia com todos os actores de determinado território e para o mesmo fim, podemos, a partir de um Museu e, na sequência das suas funções e valências, participar no desenvolvimento de uma região.

A aposta é pois no sentido de aplicar ao Concelho de Resende, uma Cultura de Desenvolvimento.

BIBLIOGRAFIA:

CAPÍTULO I – Fundamentação Teórica

1 – A museologia

- Agenda%20LOCAL%2021_1_ficheiros/parte/htm/

- AZEREDO PAIS, T. (1993). Sobre o Conceito de Museologia Social. Cadernos de Sociomuseologia. Lisboa: ULHT.

- BRUNO, M. C. (2002). Entre a Museologia e a Museografia: propostas, problemas e tensões
- Texto apresentado no Seminário Internacional História Representada: o dilema dos museus realizado no Rio de Janeiro – 7 a 11 de Outubro e, cedido no âmbito do Seminário do Mestrado de Museologia

- Cadernos do MINOM, nº 1. Lisboa

- CARIDE, J. A. E Meira P. A. (2001). Educação Ambiental e Desenvolvimento Humano. Lisboa: Instituto Piaget.

- CORDOVIL, M. M. (1993). Sobre o Conceito de Museologia Social . Cadernos de Sociomuseologia. Lisboa: ULHT.

- CRUZ, A. L. e COQUET, E. O Museu a escola e a comunidade – Lisboa: Cadernos Encontro.

- DAVALLON, J. (s/d) O papel e a missão de um centro de estudos sobre os utilizadores de museus e a interpretação do património cultural, O museu a Escola e a Comunidade. Lisboa Cadernos Encontro.

- DECLARAÇÃO INTERNACIONAL DOS DIREITOS À MEMÓRIA DA TERRA (1991)
DIGNE

- FERNÁNDEZ, L. A. (1999). Museologia y Museografia. Barcelona: Ediciones del Serbal.

- FERNÁNDEZ, L. A. (1999). Introducción a la nueva museología. Madrid: Alianza Editorial.
- GIL, F. B. (s/d) O objecto como gerador de informação, Iniciação à Museologia – Lisboa: Universidade Aberta.
- GOTTESDIENER, H. – O que se sabe dos visitantes dos museus. O museu a escola e a comunidade. Lisboa: Cadernos encontro.
- GUILLAUME, M. (2003) A Política do Património. Porto: Campos das Letras.
- HERNÁNDEZ, F. II. (2001). Manual de Museologia. Madrid: Editorial Síntesis, S.A.
- HERNÁNDEZ, J. B. e Tressnas, J. J. (2001) Gestión del Patrimonio Cultural. Barcelona: Ariel Patrimonio.
- HORTA, M. L. P. (s/d) Papel Social dos Museus e Intervenção Comunitária. Lisboa: Ministério da Cultura e Instituto Português de Museus
- HUGUES DE VARINE, (1996). Museus e Acção Cultural- Cadernos de Sociomuseologia. Lisboa: UHLT.
- LOPES, C. Construir uma memória da Terra a Favor do Desenvolvimento (texto fornecido no âmbito do Mestrado de Museologia, original, com autorização do autor, s.p.d.p.)
- LOPES, C. (1993). Museologia e Ambiente. VI Jornadas sobre a Função Social do Museu. Novos Desafios/Novas Museologias. Póvoa de Varzim.
- MARINETTI, F. T. (1909). Manifesto Futurista (documento fornecido NO SEMINÁRIO DO Mestrado de Museologia, de 19/12/2003).
- MEIA, A., BELLONI, M. C. e DAVICO, L. (2001). A Sociologia do Ambiente. Lisboa: Editorial Estampa.

- MOUTINHO, M. (s/d) Papel Social dos Museus e Intervenção Comunitária. Lisboa: Rede Portuguesa de Museus.
- MOUTINHO, M. (1993) Sobre o Conceito de Museologia Social - Cadernos de Sociomuseologia. Lisboa: ULHT.
- OLIVEIRA, I. F. (2001). Educação Ambiental – Guia prático para professores, monitores e animadores culturais e de tempos livres. Lisboa: Texto Editora.
- PÓVOAS, I. e LOPES, C. (1998). Construir uma Memória da terra para o Futuro – Actas do V Congresso Nacional de Geologia – Comunicações do IGM, Tomo 84, Fasc. 2, Lisboa.
- PRADO F. G. C. (1999) Ecopedagogia e Cidadania planetária. Lisboa: Instituto Paulo Freire.
- PRIMO, Judite (1999). Pensar Contemporaneamente a Museologia. Cadernos de Sociomuseologia nº 16. Lisboa: UHLT.
- PRIMO, Judite (1999). Museologia e Património: Documentos Fundamentais. Cadernos de Sociomuseologia. Lisboa: UHLT.
- REDE PORTUGUESA DE MUSEUS (s/d). Papel Social dos Museus e Intervenção Comunitária. Lisboa: Ministério da Cultura e Instituto Português de Museus
- RIBEIRO, A. (1993) Sobre o Conceito de Museologia Social – Cadernos de Sociomuseologia. Lisboa: UHLT.
- RIVIÉRE, G. H. (1993). La Museologia. Madrid: Akal/Arte y Estetica.
- ROCHA-TRINDADE, M. B.(1993). Iniciação à Museologia. Lisboa: Universidade Aberta. Lisboa

2- Cultura de Desenvolvimento

- CAMACHO, C. V (1994). ACTAS DO V ENCONTRO NACIONAL DE MUSEOLOGIA E AUTARQUIAS. – cadernos de Sociomuseologia. Lisboa: UHLT.

- BRUNER, J. (1996). A cultura da Educação. Lisboa: Edições 70.

- DUARTE, A. (1994) Educação Patrimonial, Guia para professores, educadores e monitores de museus e tempos livres. Lisboa: Texto Editora.

- ELIOT, T. S. (1996). Notas para uma Definição de Cultura. Lisboa: Edições Século XXI, Lda.

- FARIA, M. L. (2001), 25 a 27 de Outubro. A Cultura em Acção: impactos sociais e território. A Função Social dos Museus. Porto: Conferência Internacional.

- FILIPE, M. G. S. (1994). ACTAS DO V ENCONTRO NACIONAL DE MUSEOLOGIA E AUTARQUIAS. – cadernos de Sociomuseologia. Lisboa: UHLT.

- FERREIRA, J. A. B. (1998). Dircito do Património Histórico-Cultural. Coimbra: CEFA

- LEITE, E. (2002) A Escola, o Museu de Arte Contemporânea e o Parque de Serralves. Porto: Habitares Serralves.

- NABAIS, A. (1998). ACTAS DO VII ENCONTRO NACIONAL DE MUSEOLOGIA E AUTARQUIAS – experiências e perspcctivas. Seixal: Câmara Municipal do Seixal
- NEVES, K. R. F. N. (2003). Programa Museológico e Museologia Aplicada. Lisboa: ULHT

- NUNES, G. M. Soares. (1994). A História Regional e Local – V Encontro Nacional de Autarquias e Museologia.

- PAIS, C. (2000). Janciro. Fórum Turismo Cultural: Desafios e Oportunidades de Negócios, FIL - Parque das Nações. Lisboa.

- PESSOA, F. S. (2001) Reflexões sobre Ecomuseologia. Porto: Edições Afrontamento.
- PRIMO J. (2000). A Importância dos Museus Locais em Portugal. Texto fornecido no âmbito Seminário do Mestrado em Museologia

- PRIMO, J. (s/d) O Museólogo-Educador frente aos desafios Económicos e Sociais da Actualidade. Texto fornecido no âmbito do seminário do mestrado.
- RIUTORT, P. (1999). Primeiras Lições de Sociologia. Lisboa: Gradiva.
- SANTOS, A. C. (2001), 3 de Fevereiro. Expresso.
- SANTOS, M. C. T. M. (1996). Processo Museológico e Educação. Lisboa: ULHT
- TINOCO, A. (2003) Retirado do Seminário do Mestrado de Museologia
- VILHAR, M. B. C. (2001). A Cidade Educadora – Nova Perspectiva de Organização e Intervenção Municipal. Lisboa: Instituto Piaget.
- VILLEGAS RAMOS, E.L. (2001) Espacios para el desarrollo local. Barcelona: PPU.
- WARNIER, J.P. (2002). A Mundialização da Cultura. Lisboa: Notícias Editorial.
- KAPPERT, J. (2003). Territórios do Turismo – Revista Científica do ISAI.
- KEMNITZ, E.M. (1998). ACTAS DO VII ENCONTRO NACIONAL DE MUSEOLOGIA E AUTARQUIAS – experiências e perspectivas. Seixal: Câmara Municipal do Seixal

3- A Animação Sócio- Cultural como Método:

- ANDER-EGG, E. (s/d). O Léxico do Animador. Galiza: Portugaliza Editora
- ANDER-EGG, E. (1989) Metodologia y práctica de la Animación Sociocultural. MADRID: ICESA
- BADESA, S. M. (1995). Perfil del Animador Sociocultural. Madrid: Narcea, S.A de Ediciones.
- BESNARD, P. (1986). Animateur Socioculturel, fonctions, formation, profession. Paris : Les Edicions ESSE.

- DUARTE, A. (1994) Educação Patrimonial, Guia para professores, educadores e monitores de museus e tempos livres. Lisboa: Texto Editora.
- FARIA, M. L. (2000). Projecto: Museus e Educação. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional.
- FERREIRA, P. T. (1999). Guia do animador – animar uma actividade”. Porto: Multinova.
- JARDIM, J. (2002). O Método da Animação. Porto: AVE.
- MAILLO, A. (1979). Un método de cambio Social. Madrid: Narcea
- QUINTANA, J.M (1986) Fundamentos da Animação Sócio-Cultural. Madrid: NARCEA
- QUINTANA, J. M. (1993) Los ámbitos profesionales de la Animación. Madrid: Narcea.
- QUINTAS, F. S. (s/d) “Animacion Sociocultural Novos Enfoques”. Madrid: Narcea.
- UNESCO (1983) El desarrollo Cultural. Paris: UNESCO.

4 – O Desenvolvimento Local

- COLBERT, C. Y CUADRADO M. (s/d). Marketing de las Artes e la Cultura. Porto: Ariel.
- CRAVIDÃO, F. D. (2003) Territórios do Turismo - Porto: Revista Científica do ISAI.
- ESDIME – Agência para o Desenvolvimento Local no Alentejo Sudoeste (s/d). Desenvolver (Dês)Envolvendo. Messejana: Gráfica Comercial
- FARIA, M. L. (2003) A Cultura em Acção – Impactos Sociais e Território. Porto: Edições Afrontamento.
- FERNÁNDEZ, D. M. (2002). Nuevos Horizontes en el Desarrollo Rural. Universidad Internacional de Andalucía. Madrid: AKAI.

- HOOPER-GREENHILL, E. (1991) Museums and Gallery Education, Leicester Museums Studies, Leicester University Press
- MARCHIONI, M. (2001). Comunidad, Participación y Desarrollo. Madrid: Editorial Popular.
- MARQUES, H. T. (2003) Territórios do Turismo – Porto: Revista Científica do ISAI.
- MYRAND, P. (2004). Encontro Nacional do MINOM Portugal “Cultura e Democracia Participativa”. Lisboa: UIHT.
- SANDELL, R. (2003) A Cultura em Acção – Impactos Sociais e Território. Porto: Edições Afrontamento.
- SEMEDO, A.(2003) A Cultura em Acção – Impactos Sociais e Território. Porto: Edições Afrontamento.
- SILVA, I. (2003) A Cultura em Acção – Impactos Sociais e Território. Porto: Edições Afrontamento.
- Vallina, J. I. (2002). Manual para Agentes de Desarrollo Rural. Madrid: Ediciones Mundi-Prensa.

CAPÍTULO II – Aplicação Prática

- CENSOS 1991 E 2001
- DUARTE, J. C. (1997). Resende e a sua História. Câmara Municipal de Resende
- PLANO DIRECTOR MUNICIPAL (1991/2001). CMR. RESENDE
- ROCHE, F. P. (1998) – La Planificación Estratégica en Las Organizaciones. Barcelona: Editorial Paidotribo

Anexo I – Dados estatísticos

População Por Freguesias - Residentes

	1991	2001	Variação
Total de habitantes	13 675	12 370	(09,50%)
Anrcade	1 134	1 168	02,90%
Barrô	1197	1 035	(13,50%)
Cárquere	886	941	06,20%
Feirão	158	131	(17,00%)
Felgueiras	412	315	(23,50%)
Frcigil	493	480	(02,60%)
Miomães	467	391	(16,30%)
Ovadas	428	337	(21,20%)
Panchorra	242	178	(26,40%)
Paus	869	643	(26,00%)
Resende	3 215	2 873	(10,60%)
S. Cipriano	912	858	(05,90%)
S. João de Fontoura	892	857	(03,90%)
S. Martinho de Mouros	1 943	1 738	(10,50%)
S. Romão de Aregos	427	425	(00,50%)

(Fonte: Censos 1991 e Censos 2001)

População por estrutura etária

	Total	0-14	15-24	25-64	>65
Total de habitantes	12 370	2 214	1792	5 833	2 531
Anreade	1 168	244	162	571	191
Barrô	1 035	154	135	524	222
Cárquere	941	205	145	449	142
Feirão	131	25	23	54	29
Felgueiras	315	59	42	135	79
Freigil	480	85	64	228	103
Miomães	391	60	63	185	83
Ovadas	337	47	42	120	128
Panchorra	178	11	33	82	52
Paus	643	93	90	268	192
Resende	2 873	545	448	1 359	521
S. Cipriano	858	171	106	396	185
S. João de Fontoura	857	144	129	407	
S. Martinho de Mouros	1 738	293	249	858	
S. Romão de Aregos	425	78	61	197	

(Fonte: Censos 2001)

NÍVEL DE ENSINO

	Total	Nenhum	1º ciclo	2º ciclo	3º Ciclo	Sec.	Médio	Sup.
Total de habitantes	12 370	3 119	5 402	1 645	961	788	10	445
Anreade	1 168	232	559	151	85	91	1	49
Barrô	1 035	270	452	139	72	67	2	33
Cárquere	941	222	426	139	76	55	x	23
Feirão	131	42	50	21	5	7	x	6
Felgueiras	315	90	130	52	18	12	x	13
Freigil	480	114	227	85	38	13	1	2
Miomães	391	79	193	48	26	34	1	10
Ovadas	337	135	120	50	17	10	x	5
Panchorra	178	35	71	34	19	15	x	4
Paus	643	204	293	64	43	23	2	14
Resende	2 873	631	1 031	398	327	313	3	170
S. Cipriano	858	236	410	126	42	29	x	15
S. João Fontoura	857	240	425	81	55	32	x	24
S. M. de Mouros	1 738	449	837	209	108	72	x	63
S. Romão Aregos	425	140	178	48	30	15	x	14

(Fonte: Censos 2001)

A Freqüentar o ensino

	HM	Homens	Mulheres
Total de estudantes	2 827	1 281	1 189
Pré-Escolar	258	118	140
1º ciclo	699	380	319
2º ciclo	328	182	146
3º ciclo	453	241	212
Secundário	479	231	248
Médio	15	6	9
Superior	175	85	90
Profissional	60	38	22

(Fonte: Escolas - dados de 2001)

ANEXOS II - Património e História Local

- Património Edificado:

Igreja Matriz de Barrô - Barrô

Situada em lugar desafogado e de belíssima panorâmica, a Igreja de Santa Maria de Barrô foi declarada Monumento Nacional, por decreto de 3 de Junho de 1922. A sua construção é do início do século XIII, tem uma fachada lindíssima, onde se pode admirar uma rosácea excepcional. De admirar também a talha barroca do altar-mor, o notável Calvário com esculturas em madeira estofada, os castiçais D. João V e uma custódia em prata dourada.

Igreja Matriz de S. Martinho de Mouros - S. Martinho Mouros

S. Martinho de Mouros é uma Vila Medieval que continua a guardar ciosamente o seu Pelourinho, a sua Casa Municipal e a sua Igreja Românica. A Construção da Igreja deve remontar aos finais do século XII e, não se sabe muito bem se foi construída pelos mouros ou pelos godos. Mas é um misto de fortaleza e casa de Deus bastante imponente. Foi classificada como Monumento Nacional por decreto de 3 de Junho de 1922.

Igreja Matriz de Sta. Maria de Cárquere - Cárquere

Classificada como Monumento Nacional, por decreto de 16 de Junho de 1910, de origem anterior à nacionalidade, a Igreja passou por diversas obras de reconstrução e nela podem observar-se expressões do românico (séc. XII), do gótico (séc. XIII) e do manuelino (séc. XVI), a sua fundação tem sido, por isso, muito discutida. A maior parte dos autores, relacionam a construção da Igreja com o tão falado “milagre de Cárquere”,

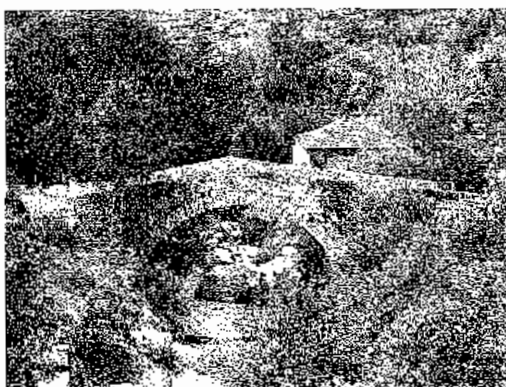


que curou o nosso primeiro Rei que, em gratidão a Nossa Senhora, ali teria mandado construir o Mosteiro.

Capela de S. Cristóvão - Felgueiras

Na Freguesia de Felgueiras, para lá do morro do Espírito Santo, onde existe uma capelinha de muito interesse dedicada ao Divino Espírito Santo (séc. XVIII) com uma imagem nada vulgar representando a SS. Trindade e, de onde se pode apreciar um bonito panorama, encontra-se o Monte de S. Cristóvão, com a capelinha do mesmo nome, a 1 141m de altitude.

Pontes sobre o Rio de Cabrum



A Ponte da Lagariça, fica nos fundos da Freguesia de S. Cipriano, há quem diga que é romana, assim como *Ponte Antiga de Aregos*, em Miomães, a *Ponte arcaica da Panchorra* e a ponte *românica de Ovadas*. Dizem que haveria junto a este Rio uma via romana a caminho do planalto do Montemuro, mas esta ideia é muito contestada.

Ponte de Carcavelos - Cárquere

É um ponte grandiosa, com arco perfeito de grandes dimensões, elegantemente aberto e de construção impecável. Dá passagem sobre o Rio Corvo, no lugar de Carcavelos e liga as freguesias de Resende e Cárquere

Pelourinho de S. Martinho de Mouros

S. Martinho recebeu foral de Fernando Magno, confirmado em 1121, por D. Teresa sua neta e mulher do Conde D. Henrique.

- Património Arqueológico

Estância Arqueológica da Mogueira, em S. Martinho de Mouros

Do lado esquerdo da estrada quem sobe a Vila e, em plano bastante inferior à mesma, existe uma elevação curiosa. Trata-se de um castro proto-histórico mais tarde romanizado, com três séries de muralhas a defendê-lo. Para além disso encontram-se ainda restos de uma construção que se julga ter sido o Castelo de S. Martinho de Mouros, bem como sepulturas cavadas na rocha.



Estância Arqueológica do Monte de S. Cristóvão

Constituída por diversas mamoadas, a mamoa nº 1 já estudada é composta pela câmara mortuária, com cinco grandes lages. É um dólmen simples, sem corredor, sem chapéu ou cobertura. Durante as escavações surgiram diversos objectos como moinhos manuais, machados, micrólitos cortantes em sílex e vários fragmentos de cerâmica. Pelos estudos já realizados, pode-se concluir que já no Eneolítico (2500 a 3000 a.c.) as terras de Resende eram habitadas por seres humanos. Pelo que a existência desta necrópole no monte de S. Cristóvão é um património cultural importantíssimo.

Estância Arqueológica do Penedo de S. João

Trata-se também de um Castro Proto-histórico, mas sobre esta estância, não se sabe ainda distinguir o que é História do que é lenda. Pois fala-se de uma galeria subterrânea por onde os Mouros iam ter ao Rio Douro e, que o penedo é uma anta céltica. Esta Estância está ainda pouco estudada e trabalhada.

Estância Arqueológica de Cárquere

Estância é uma das mais importantes pela riqueza que tinha e, muito pobre pelo que tem, ocupa também uma grande superfície de terreno. Pelos achados arqueológicos e pelos nomes dos lugares crê-se que se trata de um povoamento pré-histórico. Os achados arqueológicos são diversos e de muito valor: fustes e capitéis de colunas, colheres de ferro, objectos de bronze, tijolos debruados, telhas de rebordo, caldeirões de cobre, etc.

Estância Arqueológica da Quinta das Trapas

Constituída por algumas sepulturas, colocadas a descoberto acidentalmente por uma escavadora. Após um breve estudo conclui-se tratar-se de uma “Necrópole tardo-romana e mocárabe”, considerada muito rara, que nós dá informações sobre o período medieval pré-românico.



- Casas Antigas e Solares

Casa da Torre - Anreade

A Casa da Torre é um dos Solares mais bonitos e mais bem situados de todo o Concelho. Tem Capela particular como elemento estrutural da própria casa, que inclui um riquíssimo oratório, de dourado barroco (1800). O brasão que se encontra bordado em tapeçaria, no átrio principal, apresenta as armas dos Corrcias e Sás.

Casa de Pousada - Anreade

Esta casa possui uma elegante fachada, um largo terreiro ensombrado de plátanos gigantes e, uma elegante capela particular, em cuja fachada se pode ver um lindo brasão, com as armas dos antigos senhores da casa.

Casa da Granja - Anreade

A Casa está abandonada, mas o seu edifício data da última época da Renascença (séc. XVII), mas o que mais sobressai é o portão luxuoso e imponente do solar, todo em pedra lavrada, em gosto rocaille, com um riquíssimo brasão de armas.

Casa de Vila Pouca - Resende

Situa-se perto da Vila, em lugar aprazível, este solar do século XVIII. Tem quatro alas ou pavilhões, com pátio inferior à maneira de claustro, amplo terreiro com jardim e, entrada luxuosa para o salão nobre, com escada dupla e balaustrada. Uma porta está encimada com o brasão de armas da família. A capela particular do solar, com rica frontaria barroca, é dedicada a Nossa Senhora da Conceição

Casa de Sais - Resende

Solar do século XVIII, onde actualmente funciona o Seminário Menor de Resende. Num artístico portão de ferro, com data de 1855, existe o brasão de armas de barão. No século passado foi reduto de partidários do liberalismo. Junto a esta Casa foi erigida uma Capela em honra de Nossa Senhora de Lourdes.

Casa Solar da Soenga - S. Martinho de Mouros

Grandioso Solar do século XVIII é constituído por duas grandes alas, um amplo terreiro, um lindíssimo jardim e capela privativa dedicada a Nossa Senhora do Desterro. O palácio está enquadrado numa grande quinta, num local de vistas invejáveis e tem um parque enorme, com árvores exóticas e frondosas, com lago ao centro e muita água, vinda dos montes de S. Martinho, através do aqueduto de pedra de bastante interesse.



Casa de Porto de Rei - S. João de Fontoura

A Casa Grande de Porto de Rei, em S. João de Fontoura, crê-se que foi mandada construir no século XVI, por Luís Oliveira. No interior do palácio há diversos salões, todos com tectos riquíssimos de madeira de castanho disposta em luxuosas figuras geométricas. O Povo diz que o palácio tem tantas janelas quantos dias tem o ano e conta ainda, lendariamente, que era nele que o rei D. Afonso Henriques se hospedava quando vinha a Cárquere.

Casa da Torre da Lagariça - S. Cipriano

Este solar deve ter sido uma villa romana e desde cedo se terá tornado solar de nobres, com torre senhorial. Trata-se de uma Honra Medieval. No Solar, de estrutura muito arcaica na parte mais antiga, sobressai a torre medieval que lhe dá o nome, um pequeno jardim a imitar os jardins fidalgos que os nosso romancistas do século passado tão bem descreveram. E, deve ter sido este tão antigo solar senhorial, com todo o seu enquadramento incomparável, o ambiente escolhido por Eça de Queiroz, para fazer pulsar e viver todos os rurais personagens da “Ilustre Casa de Ramires”.

- Miradouros

Miradouro do Penedo de S. João - Frcigil

Num cabeço à cota de 560m, à vista de S. Romão e de Caldas de Aregos, encontra-se um estranho penedo, em posição vertical, que é visível de muitas léguas em redor. O Povo chama-lhe Penedo de S. João, por causa da Capelinha do mesmo nome que existe ao sopé, há muitas lendas ligadas ao local.



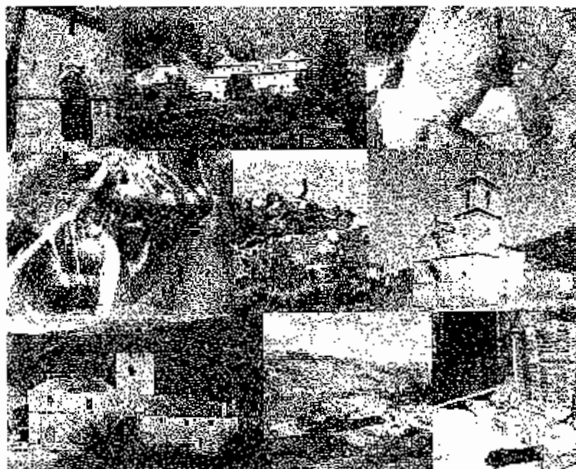
Miradouro da Mogueira - S. Martinho de Mouros

Situado num planalto na Vila de S. Martinho de Mouros, goza de uma paisagem privilegiada, que encanta quem vê.

Miradouro de São Cristóvão - Felgueiras

Junto à Serra do Montemuro encontra-se o Monte de S. Cristóvão, do qual se pode admirar quase todo o Concelho e, em especial a serra do Marão.

- PATRIMÓIO CULTURAL:



- Festas, Feiras e Romarias

Feira Anual de São Miguel - Resende

Feira que se realiza no dia 29 de Setembro de cada ano, por ser o Feriado Municipal e, por ser nesta altura que os caseiros das Quintas vendiam os seus produtos agrícolas, faziam contas com os patrões, ou mudavam de quinta. Nesta Feira vende-se de tudo, desde animais a produtos agrícolas, desde confecções a automóveis.

Feira Quinzenal de Resende - Resende

Trata-se de uma feira que se realiza ao dia 7 e 20 de cada mês e, onde se vende de tudo um pouco.

Feira Anual de S. Cristóvão - Felgueiras

Feira essencialmente de gado e da raça arouquesa, que se realiza todos os anos no dia 25 de Julho e, onde acorre gente toda as redondezas. Noutros tempo iam, ao Monte de S. Cristóvão nesse dia, várias procissões cantando ladainhas de penitência, também porque o S. Cristóvão é invocado como o “libertador” dos “cravos”. Hoje é a luta de vacas que atrai as multidões.

Feira Quinzenal de S. Martinho de Mouros - S. M. Mouros

Trata-se de uma feira que se realiza ao dia 1 e 15 de cada mês e, onde se vende de tudo um pouco

Festival de Folclore - Anreade, Cárquere, Paus

Os Festivais de Folclore são organizados pelos Ranchos do Concelho nas suas Freguesias, o de Anreade é no terceiro sábado de Agosto, o de Cárquere no terceiro domingo de Agosto e, o de Paus no primeiro Domingo de Setembro.



Festa da Labareda - Resende

Trata-se das Festas Concelhias, organizadas pela Autarquia, no intuito de comemorar também o Feriado Municipal e, realiza-se na última semana de Setembro.

Festa da Cerejeira em Flor - Resende

Trata-se de uma Festa organizada pela Rancho Folclórico de S. Pedro de Paus, no primeiro domingo de Abril, no intuito de atrair visitantes para apreciar a beleza das Cerejeiras em Flor. É essencialmente composta por um Festival de Folclore.

Festa da Cereja - Resende

Trata-se de uma Festa organizada pela Autarquia, no terceiro domingo de Maio, no intuito de atrair visitantes para apreciar o sabor das Cerejas. É essencialmente composta por um Cortejo etnográfico, com carros etnográficos, Ranchos Folclóricos e uma Feira da Cereja.



Festa do Quarto Domingo - Cárquere

Sabe-se que já na Alta Média se fazia, pois a Igreja de Nossa Senhora de Cárquere era um dos principais lugares da diocese de Lamego visitada pelas procissões das freguesias distantes. Assim, no quarto Domingo do mês de Maio, realiza-se a Festa em honra de Nossa Senhor de Cárquere, na qual participa uma procissão de cada freguesia do Concelho. A tradição de ali virem todas as freguesias teve a sua origem num voto feito pelas populações, por ocasião de uma grande calamidade.

Festas Religiosas do Padroeiro de casa Freguesia

Há-as em todas as freguesias, todos os anos. Não há Igreja ou Capela que não faça a festa do seu Santo Padroeiro, no dia que lhe corresponde no calendário litúrgico ou no Domingo mais próximo. Normalmente com missa solene de manhã e procissão com anjinhos e andores de tarde. Hoje em dia também não falta o arraial popular, por norma na véspera da Festa Religiosa.

- GASTRONOMIA

Não existe registo escrito dos pratos típicos e característicos, especialmente desvendando os segredos dos mesmos, tudo porque as filhas aprendem com as mães e as mães aprenderam com as mães delas. O que é simples e natural é assim que acontece.

De salientar,

O anho assado:

Em Resende, não se faz boda, nem festa ou casamento sem o anho assado com batata e arroz do forno, nos alguidares de barro preto.



O anho é tirado dos rebanhos, criados ao ar livre pelos montes, sem produtos ou rações. Preparado antecipadamente, com sal, vinho, alho, banha de porco e salsa é colocado no cimo do alguidar já com o arroz, em cima de uns pauzinhos que servem de grelha. Quando o forno da lenha já está bem quente, mete-se lá dentro o alguidar com o arroz e o anho, que então vai ficando assado com o calor do forno deixando cair para o arroz a gordura tenra e fresca que se transforma em molho.

O basolaque:

Uma espécie de aperitivo para o anho assado. Num pote de ferro é feito um refogado com cebola picada. Em seguida, é metido no pote pão de trigo aos pedaços, com o sangue e os miúdos do anho: fígado, coração, pulmões etc. Tudo partido aos bocadinhos. Que depois de cozido é servido em travessas de cerâmica.

Outros pratos tradicionais, bem característicos, que ainda se usam, não tanto em dias de festa, mas sobretudo em serões de Inverno e familiares, são:

- Os painços * O leite de botelha As papas O arroz de vessada
- O caldo de castanhas As batatas de sarrabulho A açorda de carne,
- O arroz de vinha d'alhos Os formigos O farrapo velho,

Doçaria Regional:

São doces típicos:

- As falachas, feitas de castanhas secas no *caniço*, durante ao inverno, ao calor e ao fumo da lareira.
- Os rosquilhos de Aregos são pequeninas rodas de massa de farinha de trigo, molhadas em açúcar em ponto.
- As cavacas de Resende são um segredo bem guardado pelas doceiras.

- *Artesanato*

As pessoas tinham de bastar-se a si próprias, com o engenho dos habitantes e os materiais da natureza. Daí que as habitações fossem todas de granito ou de madeira, com barro e palha a fazer de cimento, cobertas de telha mourisca nas terras ribeirinhas e de colmo de centeio nas aldeias mais altas.

Também o vestuário e o calçado, os instrumentos de trabalho, os utensílios agrícolas e o próprio mobiliário, eram fabricados pelos residentes.

Ainda hoje há quem faça tamancos em Moumiz e S. Cipriano, mantas de farrapos em Corvo e Freigil, bordados à mão em Felgueiras e Rendufe, chapéus de palha no Vale de Paus, foguetes e cestos de verga em S. João de Fontoura, crivos e peneiras no Bulho.



Há moleiros em muitas freguesias e, ainda existem ferreiros, carpinteiros de carros e arados, alfaiates e costureiras.

Nas aldeias serranas ainda se fabricam croças, capelos e polainas de junco para abrigar da chuva, e meias de lã e capuchas de burel, para resistir ao frio nos dias gelados do Inverno. Na Talhada fazem breses de palha centcia, em Felgueiras, há quem faça violinos, armas e navalhas.

São ainda do conhecimento geral grandes mestres de pedreiros e carpinteiros. Em S. Martinho de Mouros havia um canqueiro, que de madeira de castanho e aros de zinco ou chapa de ferro fazia canecos para guardar a água em casa e baldes para levar a vianda aos suínos. E havia os latoeiros na Vila, que faziam candeias de azeite, lampiões de petróleo, braseiras para o Inverno e regadores para a água.

O Mestre Joaquim, o oleiro de barro negro de Fazamões, que trabalhava o barro com uma roda medieval, umas mãos de mágico e uma simplicidade de criança. Fazia alguidares de ir ao forno, púcaros, panelas, assadores de castanhas e também miniaturas para decoração. A seguir leva tudo para a *soenga* e ali, com *torrões*, *moinha* e lenha, faz a cosedura.



- GRUPOS DE ANIMAÇÃO

Com o objectivo de fazer profundas recolhas dos usos, costumes e tradições do povo de Resende, enriquecendo a sua roquesta as suas danças e cantares e os seus trajes. Fazer recolha de artesanato para o seu Museu Etnográfico. Fazer anualmente o seu Festival de Folclore e manter outras tradições, como seja o cantar dos reis. Para além de levar a cultura de Resende por todos os cantos do país e do mundo:

Rancho Folclórico e Etnográfico de S. Miguel de Anreade

Rancho Folclórico e Etnográfico de Santa Maria de Cárquere

Rancho Folclórico e Etnográfico de S. Pedro de Paus

Fundado em 1991, com o objectivo de recolher e divulgar a riqueza musical do concelho, hoje em dia, encanta multidões não só com a música tradicional, mas também com a música erudita - **O Grupo Coral de Resende.**

Grupos de amigos que se encontram para tocar música ligeira e “pimba”:

Conjunto Musical “Pele e Osso”

Conjunto Musical “Banda D’Ouro”

Conjunto Musical “Banda Fixe”

Conjunto Musical “Raio de Sol”

Com o objectivo principal de divulgar a música junto de populações de outras localidades e de contribuir para a dinamização, desenvolvimento e expansão da Cultura Musical e Associativismo, por forma a propor e dinamizar soluções para as principais limitações dos jovens da freguesia e continuar a ensinar e formar jovens músicos:

Banda de Música “A Velha”, de S. Cipriano

Banda de Música “A Nova”, de S. Cipriano

Grupos que se constituem para ocupar os tempos livres e participarem num intercâmbio com outros grupos, na área dos “bombos”:

Grupo de Bombos “Bons Mouros”

Grupo de Bombos de Miomães

Grupo de Bombos de S. Romão

- ESTABELECIMENTOS DE ENSINO:

13 Jardins de Infância

21 Escolas do 1º Ciclo

1 Escola EB/2 de Resende

1 Escola ES/3 de Resende

1 Externato D. Afonso Henriques

1 Polo de Formação Profissional

- ASSOCIAÇÕES CULTURAIS, RECREATIVAS E DESPORTIVAS:

Clube Náutico de Caldas de Aregos, colectividade desportiva, cultural, recreativa e artística, tem como principais objectivos desenvolver, praticar e difundir a prática da pesca desportiva, vela, natação, remo e voleibol, bem como incrementar o desenvolvimento de actividades culturais. Desde há 4 anos para cá tem tido uma actividade constante e de grande valor, não só ao nível desportivo como cultural. Têm realizado várias provas desportivas como seja a Regata “Varanda do Douro” e o Torneio de Volei de Rio; também tem apostado ao nível da formação, com a realização de Cursos de Vela e Canoagem; tem também promovido passeios pelo Douro nas diferentes embarcações; ao nível cultural tem colaborado bastante com a Autarquia, nomeadamente através da participação na Animação de Verão de Caldas de Aregos, através da realização de exposições, encontros de música, cinema ao ar livre, teatro, etc.

Grupo Desportivo de Resende, Clube essencialmente dedicado ao Futebol, tem uma equipa Sénior, uma de iniciados e outra de Juniores, na I Distrital. E, não realiza qualquer outra actividade.

Associação Desportiva, Recreativa e Cultural de S. Martinho de Mouros, ao contrário do que o nome possa indicar, trata-se de um Clube de Futebol, que não promove qualquer outra actividade.

Casa do Futebol Clube do Porto de Resende, esta Associação tem realizado vários eventos desportivos nas modalidades de futebol e basquetebol e, aposta também na formação das crianças e jovens. Tem ainda uma actividade razoável ao nível cultural e recreativo, através da realização de pequenos espectáculos de música, sobretudo fado, na sua sede e organização de passeios e jantares.

Associação Desportiva e Recreativa de Barrô, esta associação tem evidenciado esforços no sentido de formar uma consciência de prioridades na área da defesa do património e do ambiente, na criação de espaços de recreio e convívio, assim como desportivos e culturais. Promovendo para o efeito, diversas campanhas de sensibilização para a preservação do ambiente e, aquisição de terrenos para instalação de equipamentos, para além de organizar e participar em alguns torneios desportivos.

Comissão de Melhoramentos da Talhada, que tem como principais objectivos criar ocupação para a sua população, ao nível desportivo, recreativo e cultural, tendo criado a sua sede convívio, onde realiza as suas actividades.

Associação Desportiva e Recreativa de S. Romão, que tem dirigido os seus objectivos para a realização de actividades que ocupem os seus habitantes e que os fixem na freguesia, mantendo a sua sede aberta com a prática de jogos de mesa e com a realização de jogos tradicionais.

Associação Desportiva, Recreativa e Cultural Pró-Resende, tem direccionado as suas forças para a área da acção social, através da empresa de prestação de serviços ao nível domiciliário e de apoio aos idosos e mais carenciados.

APROLIF - Associação Pró-Linho de Felgueiras, esta associação tem como objectivos (re)criar o Ciclo do Linho e tem uma pequena empresa de inserção, como cerca de 10 teares e 10 funcionárias que produzem artigos decorativos e de lar.

- OUTRAS ASSOCIAÇÕES:

Associação de Estudantes da Escola ES/3 de Resende e Associação de Estudantes do Externato D. Afonso Henriques, estas Associações promovem basicamente actividades direccionadas para a comunidade escolar, como sejam, realização de saraus culturais, bailes de carnaval e final do ano, passios escolares, apoio e dinamização de grupos de dança e teatro, boletim escolar e realização de torneio de futebol e outros.

Agrupamento de Escutas de Resende e Agrupamento de Escutas de S. Martinho de Mouros, sendo eles uma associação de juventude, destinada à formação integral de jovens, com base no método criado por Baden-Powell e, como movimento católico, que pretende contribuir para a formação de cidadãos capazes de tomarem uma posição construtiva na sociedade, aptos a participarem na constante transformação do mundo à luz do Evangelho, segundo a doutrina católica, realizam actividades de formação e sensibilização do indivíduo para as problemáticas do mundo, participam em caminhadas e acampamentos criando laços de amizade e convivialidade e colaboram na realização de actividades culturais e sociais de outras instituições ou associações.

Associação de Agricultores e Comerciantes, associação de empresas ou pessoas do mesmo ramo que juntas trabalham no intuito de alcançar os objectivos a que se propõem.

- OUTRAS INSTITUIÇÕES:

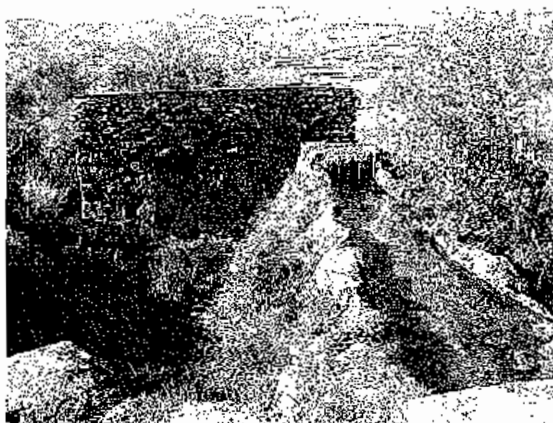
Santa Casa da Misericórdia de Resende, sendo uma Instituição Particular de Segurança Social a sua missão é criar valências capazes de melhorar as condições de vida dos idosos (dado que tem um Lar de Idosos), das crianças e dos jovens (através da sua creche e Lar para Adolescentes), não podendo, por isso, deixar de descurar a parte espiritual da vida. Tem contratado para os seus quadros pessoal capaz de dinamizar e animar os seus frequentadores, através da leitura em voz alta para os idosos e da prática de outras actividades, como sejam os jogos de mesa; criou o centro de produção de artesanato, onde nenhum indivíduo é discriminado pelas doenças físicas ou mentais que possam ter.

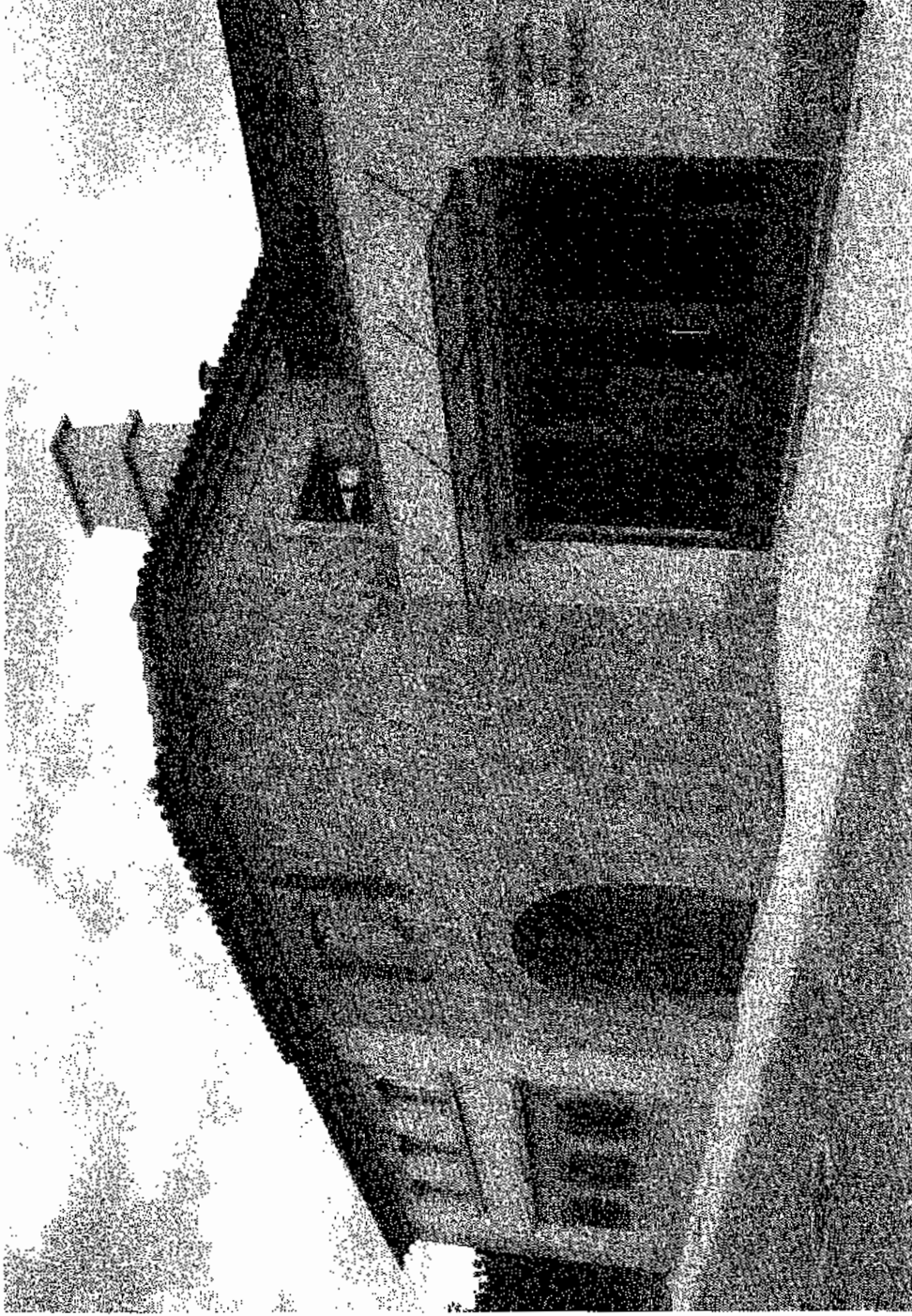
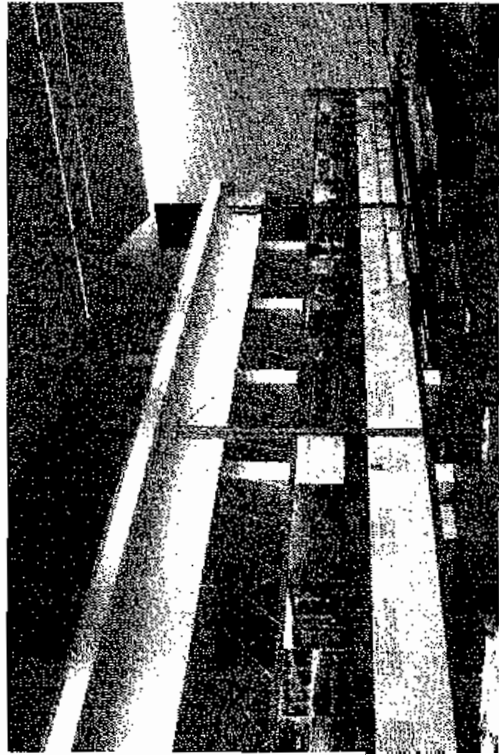
Irmandade S. Francisco Xavier, para além das actividades constantes que realizam na área da Acção Social, no intuito de melhorar a vida daqueles que ainda passam dificuldades, realiza várias actividades culturais e tem um Grupo de Teatro bastante dinâmico e impulsionador de dinâmica.

Casa do Povo de Resende tem realizado uma actividade cultural bastante positiva, apostando na formação de públicos, sobretudo para a música clássica e, tem criado o hábito de haver cinema quase todos os fins-de-semana, fruto das excelentes condições que possuem. Criou também um Centro de Dia, onde os idosos podem basicamente conviver e praticar jogos de mesa.

Casa do Povo de S. Cipriano, tem tido pouca actividade, fruto da sua luta na criação de condições físicas para realização de grandes eventos e de qualidade.

Termas de Caldas de Aregos, tem na época de Verão colaborado na realização de alguns eventos culturais, através da cedência das suas excelentes instalações para efectivação das mesmas.





Museu Museu Museu Museu Museu Museu Museu Museu

